



Rodas de Diálogos



Quero a utopia, quero tudo e mais
Quero a felicidade nos olhos de um pai
Quero a alegria muita gente feliz
Quero que a justiça reine em meu país
Quero a liberdade, quero o vinho e o pão
Quero ser amizade, quero amor, prazer
Quero nossa cidade sempre ensolarada
Os meninos e o povo no poder, eu quero ver
São José da Costa Rica, coração civil
Me inspire no meu sonho de amor Brasil
Se o poeta é o que sonha o que vai ser real
Bom sonhar coisas boas que o homem faz
E esperar pelos frutos no quintal
Sem polícia, nem a milícia, nem feitiço, cadê poder ?
Viva a preguiça viva a malícia que só a gente é que sabe ter
Assim dizendo a minha utopia eu vou levando a vida
Eu viver bem melhor
Doido pra ver o meu sonho teimoso, um dia se realizar

CORAÇÃO CIVIL_MILTON NASCIMENTO

Sumário

Apresentação	4
Rodas de Diálogos	6
Análise das Rodas nos Territórios	15
Roda de Diálogo em Casimiro de Abreu	16
Roda de Diálogo em Silva Jardim	30
Roda de Diálogo em Nova Friburgo	41
Roda de Diálogo em Teresópolis	53
Roda de Diálogo em Niterói	66
Roda de Diálogo em Itaboraí	77
Roda de Diálogo em Rio Bonito	87
Roda de Diálogo em Tanguá-Itaboraí	96
Roda de Diálogo em Guapimirim	105
Roda de Diálogo Temática em Teresópolis e Nova Friburgo	112
Roda de Diálogo Temática em São Gonçalo – Mulheres	123
Roda de Diálogo em São Gonçalo	133
Roda de Diálogo em Saquarema – Maricá	141
Análise Geral das Rodas nos Territórios	152
Destaques na análise dos indicadores/temas por similaridades/divergências entre regiões, proximidades de território e lutas por direitos	152
Destaques das potencialidades apresentadas pelos grupos participantes de sustentação do INCID (plenárias)	160
Considerações Finais	165

Apresentação

O Sistema de Indicadores da Cidadania – INCID –, produzido pelo Ibase em parceria com a Petrobras, é formado por indicadores que visam monitorar a situação da cidadania em quatorze (14) municípios¹ do Rio de Janeiro situados na área de influência do empreendimento COMPERJ.

Os indicadores Incid foram produzidos a partir do conceito básico de Cidadania Efetiva, conceito que articula diferentes dimensões da Cidadania que expressam e dão sentido à ideia de que a Cidadania se efetiva por meio da ação de pessoas que reivindicam a sua condição de cidadãos e cidadãs, assumem responsabilidades de participação em processos decisórios e agem para assegurar e/ou reivindicar seus direitos. Conforme esta perspectiva, a Cidadania é atitude e não omissão e indiferença em relação ao exercício do poder (Introdução ao Incid, p.29).

Assim, o Sistema de Indicadores da Cidadania foi pensado a partir de quatro dimensões principais que dão forma à Cidadania Efetiva, são elas:

- **Cidadania Viva** – consiste numa fotografia das condições de vida no território revelada a partir de pesquisa com dados secundários, principalmente levantados junto aos órgãos governamentais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/ Censo 2010, o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o Instituto de Segurança Pública (ISP), dentre outros.
- **Cidadania Garantida** – a partir do mapeamento de políticas, programas e ações do poder público nos três níveis de governo dá visibilidade às políticas públicas ativas no território que promovem (ou não) a garantia aos direitos cidadãos. Este conjunto de indicadores põem em destaque a responsabilidade do Estado em promover e assegurar os direitos, bem como procura evidenciar o grau de realização desta responsabilidade no território.
- **Cidadania Percebida** – retrata a forma como as pessoas percebem e se sentem em relação aos seus direitos e se relaciona também com as expectativas e esperanças que têm diante de suas condições de vida. Para construção destes indicadores foi realizada pesquisa quantitativa, com aplicação de 5.600 questionários aos transeuntes (pesquisa “de fluxo”) nos 14 municípios.
- **Cidadania em Ação** – dá visibilidade às formas de participação política e às ações da sociedade civil organizada na luta pelos direitos cidadãos com informações sobre como as pessoas participam, se mobilizam e se organizam nos 14 municípios. A construção destes indicadores envolveu o levantamento de dados relacionados à organização da participação da sociedade civil em conselhos de direitos; coleta de informações sobre comparecimento eleitoral e a organização de um sistema de armazenamento e filtragem de informações sobre espaços de participação cidadã e suas ações políticas no território.

1. São eles: Niterói, São Gonçalo, Maricá, Itaboraí, Tanguá, Saquarema, Rio Bonito, Magé, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Nova Friburgo e Teresópolis.

A integração sistêmica de um conjunto de indicadores a partir dessas quatro dimensões da Cidadania teve por objetivo reunir dados que estão dispersos e criar condições para que a população possa conhecer e se apropriar de informações sobre a situação em que vivem e como anda a garantia dos direitos nos seus municípios de modo a contribuir para o fortalecimento das lutas locais. Além disso, para consolidar o Incid como um sistema de indicadores consistente, didático e mobilizador, os indicadores são apresentados de maneira simples, de um modo que faça sentido e que possa ser apropriado pela população que vive no território (Introdução ao Incid, p.34). Uma das formas de assegurar esta apropriação foi promover, no curso de construção do Incid, apresentações dos dados utilizados, de alguns indicadores construídos e a construção de outros indicadores junto às organizações locais, possibilitando o envolvimento e contribuição das mesmas.

Assim, a metodologia de construção do sistema Incid contou também com a atuação de articuladores/as locais e a participação de representantes da sociedade civil no processo de validação dos indicadores por meio da discussão e qualificação na participação nas Rodas de Diálogos e considerando as demandas e lutas preexistentes no território. Essa prática pouco comum em projetos deste gênero, conforme observou o sociólogo Napoleão Miranda, evita:

“de um lado, a produção de indicadores distanciados da realidade e dos interesses locais, já que fruto frequente de uma decisão política e/ou puramente acadêmica do pesquisador ou pesquisadora, e, de outro, o desinteresse e a desinformação da população local acerca dos resultados do trabalho produzido nesses moldes, tornando-o, em geral, inócuo e desconhecido por ela.” (Miranda 2013: 22).

A contribuição dos grupos locais organizados através das Rodas de Diálogos e as questões e contribuições surgidas a partir destes encontros podem ser consultadas e analisadas neste material que permite compreender como se deu parte do processo de construção do sistema Incid, que tem o compromisso com a construção da cidadania que só se faz através da ação de pessoas e coletivos que buscam a melhoria das condições de vida e garantia de direitos.

O Incid tem como uma de suas diretrizes a democratização das informações e de tudo o que for produzido em termos de dados e métodos. Deste modo, na etapa preparatória das Rodas de Diálogos, foi entregue todo o material produzido às Prefeituras dos 14 municípios da área de atuação do Projeto. Relatórios e Cadernos sobre cada uma das etapas percorridas e seus resultados estão disponíveis no site do Incid² e o uso e a replicabilidade do Sistema é desejado. A experiência e as lições na construção do Incid estão sendo documentadas e socializadas. No entanto, o Ibase não se responsabiliza pelo uso que pessoas, órgãos e instituições possam fazer das informações disponibilizadas.

Neste Caderno, apresentamos informações específicas sobre a metodologia que orientou as Rodas de Diálogos, o perfil dos participantes e uma análise das Rodas nos territórios, trazendo os temas abordados e as principais contribuições dos participantes. Completamos a publicação com uma análise geral das Rodas a partir de quatro eixos: destaques na análise dos indicadores e de temas; divergências entre regiões; proximidades de território e organizações; e principais potencialidades dos grupos de sustentação do Projeto.

Rodas de Diálogos

As Rodas de Diálogos foram importante instrumento técnico-metodológico do Incid para qualificar os indicadores e possibilitar a apropriação destes pelos grupos participantes, como também, promover um exercício prático que contribuísse para revelar a potencialidade do uso da ferramenta Incid e as potencialidades dos grupos participantes de sustentação do Projeto.

A realização das Rodas de Diálogos baseou-se nos seguintes pressupostos:

- Proporcionar a liberação do potencial criativo do grupo participante e favorecer a mobilização de agentes sociais estratégicos no enfrentamento de questões relativas à condição da cidadania no território;
- Promover a articulação do conhecimento produzido e sistematizado pelo Incid à argumentação, à ação conjunta de agentes sociais estratégicos e à mudança objetiva da realidade dos envolvidos.

A concepção das Rodas levou em consideração:

- A importante oportunidade que se tinha de refletir sobre o cenário que o Incid revelou por município. Assim, as Rodas de Diálogos foram organizadas por temas (nos casos em que se acordou um recorte por temas relevantes em diferentes municípios) e/ou por questões chaves de cada município;
- Questões chaves orientaram o trabalho a ser desenvolvido em cada Roda de Diálogos;
- As organizações locais parceiras através de seus representantes e equipe de campo contribuíram para a identificação das questões chaves em cada município;
- O perfil e a pluralidade dos participantes de cada Roda foram discutidos e identificados pela equipe de campo em acordo com o Grupo de Trabalho;
- Foi realizada pelo menos uma Roda por município, sendo que em alguns municípios ocorreu mais de uma Roda por haver maior pluralidade de grupos e densidade populacional.

A metodologia que inspirou as Rodas de Diálogos é conhecida como World Café ou Café Carrossel. Esta metodologia tem como propósito o fomento ao diálogo colaborativo, compromisso ativo e possibilidades construtivas para ação. (www.theworldcafe.com/translations/world_cafe_para_viagem.PDF).

Para viabilizar a realização das Rodas com base neste método foi necessário:

- Ambiente agradável e amplo com espaço para quatro pequenas mesas (redondas, se possível) que acomodassem de 5 a 6 pessoas cada uma, possibilitando a participação de 20 a 30 pessoas, sendo necessário a presença de no mínimo 16 pessoas para realização de uma Roda;
- Em cada mesa uma toalha de pano (ou plásticas) forrada com toalha de papel branco por cima, pote com canetas de diferentes cores, pote com tarjetas coloridas e post-its (10 x 15 cm), fita crepe e giz de cera;

- A publicação do Marco Zero como referência para as Rodas e sua distribuição aos participantes na chegada;
- A fixação de dois banners em locais visíveis da realização das Rodas, um versando sobre o Incid e outro com a estrutura de dupla entrada (ou “árvores”) do Sistema Incid: Dimensões de Cidadania e Conjuntos de Direitos;
- A fixação em local de destaque do mapa político do município, seus distritos e pontos relevantes para discussão previamente destacados.

As Rodas foram organizadas para durarem até 5 horas, com a realização de atividades orientadas em cinco momentos:

1. ACOLHIDA DOS PARTICIPANTES/ CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES (30 MINUTOS)

A chegada dos participantes foi um momento importante e crucial para o bom funcionamento das Rodas. As pessoas foram recebidas de forma acolhedora para que todos se sentissem à vontade, convidadas a preencherem a ficha de presença e a colarem um post-it com o nome de sua organização/grupo no mapa político do município, indicando a localização aproximada de onde ela se situa.

2. CONVERSAÇÃO INICIAL EM PLENÁRIA (30 A 40 MINUTOS)

- Esse momento foi pensado para realizar uma fala inicial de apresentação do Ibase; para a apresentação do Incid e do material disponível para consulta (folder, banner com a “árvore”); e para destacar a importância da presença dos participantes, representando um compromisso com a proposta do Incid e o fortalecimento do Incid com a participação das organizações locais;
- Apresentava-se também a metodologia das discussões coletivas, dando destaque para os indicadores que mais demonstram violação dos direitos no município em que estava sendo realizada a Roda ou na região, mencionando-os e identificando-os no banner do Sistema Incid³. Ressaltou-se, por vezes, a incompletude ou os vieses que os dados apresentados poderiam ter para então convidar os participantes a qualificá-los com a participação nas mesas de discussão;
- Seguia-se uma explicação breve da metodologia das Rodas de Diálogos, especificando os temas de cada mesa e pontuando a obrigatoriedade de todos participarem da discussão da mesa 4 sobre a Ferramenta Incid.
- Por fim, era realizada a apresentação e acordo sobre as regras para o funcionamento das Rodas, expostas em painel escrito afixado na parede e que poderiam ser complementadas, conforme as sugestões do grupo de participantes.

3. RODADAS PROGRESSIVAS DE DIÁLOGO (ATÉ TRÊS RODADAS DE 30 MINUTOS CADA E 5 MINUTOS DE INTERVALO ENTRE CADA UMA DELAS, TOTALIZANDO CERCA DE 2 HORAS)

- Os participantes eram organizados nas três mesas temáticas, com temas selecionados previamente: em cada uma das mesas estava disponível o gráfico dos indicadores e em algumas havia também os mapas correspondentes de cada tema. Um(a)

³. Estes indicadores eram previamente selecionados pelo Grupo de Trabalho (GT) e equipe de articulação territorial atuante no município.

anfitrião(ã) fixo(a) por mesa foi responsável pela acolhida dos participantes e por iniciar o debate apresentando as informações/dados sistematizados pelo Incid, levantando sempre questões-chaves a respeito do tema contemplado. Ele/as também provocaram a discussão sobre a percepção dos participantes a respeito do indicador e dados levantados, incentivando-os a complementar a informação registrando no mapa político fixado na sala e na toalha de papel disponível sobre a mesa. O(A) anfitrião(ã) se responsabilizou por sistematizar as discussões das três rodadas da mesa, pedindo ajuda aos participantes de cada rodada para o registro livre do que foi retratado na toalha de papel que fez parte da exposição final;

- A mesa 4 abordou o Sistema Incid e suas ferramentas, explicando o funcionamento do mesmo Incid e do Banco de Dados. Foi apresentado o site do Incid e tirada as dúvidas dos participantes quanto ao uso das ferramentas. A discussão foi sistematizada também com a ajuda dos participantes que fizeram registros na toalha de papel;
- As rodadas foram realizadas simultaneamente, com quatro ou cinco participantes em cada mesa. Os participantes passaram no total por 3 mesas, sendo que a mesa 4 foi obrigatória para todos;
- A síntese das rodadas feita pelo(a) anfitrião(ã) foi entregue digitada à pessoa relatora do dia;
- Sempre que possível foi feita a ponte entre as temáticas debatidas nas Rodas e as organizações já mapeadas no Banco de Dados, de forma a se incentivar o uso da ferramenta do Sistema Incid;
- Um(a) coordenador(a) dos trabalhos – âncora – circulou pelas mesas e atuou na facilitação das plenárias inicial e final. O/A âncora também foi responsável por controlar os tempos de todo o encontro, tocando o “sino” nos momentos de finalizar e iniciar as rodadas;
- Indicadores de temas transversais eram usados para estimular a reflexão sobre as temáticas abordadas nas mesas sempre que se julgasse pertinente e possível.

4. EXPOSIÇÃO NO VARAL DAS TOALHAS DAS MESAS (15 MINUTOS)

- Os registros das rodadas nas toalhas de papel foi exposto em varal ou fixado na parede da sala. Um tempo foi dado para que as pessoas circulassem livremente pela exposição das toalhas de mesa. Nesse momento também foi oferecido um café e quitutes para os participantes.

5. CONVERSAÇÃO FINAL EM PLENÁRIA (2 HORAS)

- A abertura da plenária se dava perguntando aos participantes se tinham algum comentário a fazer sobre as rodadas de mesas, ressaltando porém que o foco da plenária seria outro debate;
- Na plenária, as cadeiras estavam dispostas em meia lua e a(o) facilitadora(o) utilizou o bastão da fala, garantindo o direito a fala e ao silêncio daqueles que não quiseram se manifestar, bem como, provocou o debate sobre as seguintes questões: “Como podemos inserir o Incid em nossas práticas?” “Como as nossas práticas podem fortalecer o Incid?”;

- Foi dado 5 minutos para reflexão individual, seguido de 10 minutos de cochicho com a pessoa do lado (em duplas) antes de se abrir para o debate em plenária;
- A ideia de se realizar a cartografia cidadã de cada território pelos movimentos pode ser lançada e discutida se as condições foram favoráveis a isso. Nesses casos, discutiu-se sobre a questão: “Que elementos novos esta cartografia pode trazer ao Sistema de Indicadores da Cidadania?”

Nas Rodas de Casimiro de Abreu, Itaboraí, Tanguá e Itaboraí, São Gonçalo e a Roda temática de Mulheres em São Gonçalo, além das atividades acima descritas, realizou-se também uma dinâmica de mapeamento das instituições ou questões caras às discussões propostas. Para isso, foi afixado um mapa grande com limites dos distritos onde, na chegada, os participantes eram convidados a anotar a sigla ou nome da sua instituição e colar no mapa a área sede e a área de atuação (diferenciadas por uma bolinha vermelha no ícone de localização da sede).

Na Roda de Casimiro de Abreu, propôs-se o mapeamento das organizações que atuam na luta pela melhoria do saneamento básico diferenciando iniciativas populares das iniciativas em parceria com o poder público. Do mesmo modo, mapeou-se a atuação pelo direito à saúde. Na Roda de Itaboraí, optou-se por realizar uma atividade diferente, levando-se em consideração a centralidade da discussão sobre transporte público e mobilidade urbana. Assim, os participantes traçaram as linhas de transporte que atendem as suas necessidades com uma canetinha de cor específica e traçaram as que deveriam existir para atender com mais eficácia suas necessidades com outra cor. Na Roda de Tanguá e Itaboraí, tendo acesso à visualização dos bairros no mapa de Itaboraí, após as discussões nas Mesas, eles foram convidados a identificar as áreas mais violentas do município com etiquetas de cor vermelha e, em seguida, com bolinhas verdes, marcar onde percebem que o maior número de ocorrências de violência é com a população negra. Além disso, também havia etiquetas para identificar a área temática de atuação da entidade (saúde, educação, cultura).

Na Roda temática de Mulheres, as participantes foram convidadas a realizar o mapeamento das organizações que atuam na garantia dos direitos da mulher. A dinâmica do mapa foi orientada de maneira a estabelecer um retrato da violência contra as mulheres na região, além de explicitar a fragilidade no atendimento das mulheres por equipamentos públicos específicos que hoje são direitos conquistados pelo movimento. Para tanto, elas foram convidadas a identificar os aparelhos do estado com base nas seguintes perguntas: Há delegacia da Mulher em seu município? Atende a necessidade das mulheres? Há Centro/Núcleo de Atendimento a Mulheres em seu município? Atende a necessidade das mulheres? Há atendimento nos Hospitais para Mulheres Vítimas de Violência Sexual?

Por fim, na Roda de São Gonçalo, os/as participantes foram convidados/as a realizar o mapeamento com base nas seguintes reflexões: Quais as áreas/bairros com piores situações de infraestrutura urbana de São Gonçalo? Quais são os bairros mais violentos? Quais áreas que deve haver maiores investimentos nos serviços educacionais? Quais os principais problemas de saúde de seu bairro/região? Quais as regiões com piores condições de espaços públicos (praças e ruas)?

METODOLOGIA DA DEFINIÇÃO DOS PARTICIPANTES

Seguindo os objetivos e pressupostos das Rodas de Diálogos, especialmente a necessária articulação com atores sociais estratégicos, o perfil do/as participantes de cada Roda foi escolhido de acordo com as especificidades do território em questão e/ou temática a ser discutida e com diálogo travado até então em cada município pela equipe de articulação territorial.

PARTICIPANTES: NÚMERO E GÊNERO

MUNICÍPIO	NÚMERO DE PARTICIPANTES POR GÊNERO		QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES PRESENTES
	M	F	
Casimiro de Abreu	12	10	18
Silva Jardim	19	20	9
Nova Friburgo	11	15	21
Teresópolis	16	14	26
Niterói	18	5	21
Itaboraí	16	8	14
Rio Bonito	3	5	7
São Gonçalo/ Niterói	-	26	21
São Gonçalo	9	4	11
Tanguá/ Itaboraí	7	6	13
Saquarema/ Maricá	10	12	18
Teresópolis/ Nova Friburgo	17	12	20
Guapimirim	9	4	12
Total: 13 Rodas	147	141	211
	288		

ÁREA DE ATUAÇÃO E PERFIL DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES⁴

ÁREA DE ATUAÇÃO E PERFIL	INSTITUIÇÕES (QUANT.)	ÁREA DE ATUAÇÃO E PERFIL	INSTITUIÇÕES (QUANT.)
Agroecologia / Grupos Socioambientais	1	LGBT/ Grupos Identitários	2
Agricultura / Associações	2	Lazer / Associações	1
Assistência Social / Associações	5	Lazer / Espaços ou grupos religiosos	1
Assistência Social / ONG/OSCIP/OS	6	Mobilidade e Acessibilidade / Outros	1
Assistência Social / Coletivo de entidades	2	Participação Social / Coletivos de Entidades	1
Assistência Social / Espaços ou grupos religiosos	4	Participação Social / Grupos Comunitários	2
Assistência Social / Grupos Comunitários	4	Participação Social, Educação e Desenvolvimento Local / Grupos Comunitários	1
Cultura / Grupos Comunitários	1	Participação Social, Informação e Comunicação / Outros	1
Cultura / ONG/ OSCIP/ OS	1	Pesca / Pescadores	3
Cultura / Espaços e grupos comunitários	4	Questões Raciais / Espaços e Grupos Culturais	1
Cultura e informação / Comunicação/ Espaços e Grupos Culturais	1	Questões Raciais / Coletivos de Entidades	1
Criança e Adolescente / Poder Público	1	Questões Raciais / Grupos Identitários	3
Desenvolvimento Local / Grupos Comunitários	59	Questões Raciais / Poder Público	1
Desenvolvimento Local / ONG/ OSCIP/ OS	1	Questões Raciais / Grupos de Estudo e Pesquisa	2
Desenvolvimento Local / Coletivo de Entidades	6	Questões Agrárias / Coletivos de Entidades	1
Desenvolvimento Local / Associações	2	Segurança Pública / Poder Público	1
Desenvolvimento Local / Empresa	1	Saúde / Associações	2
Educação / Coletivo de entidades	3	Saúde / Grupos Comunitários	1
Educação / Instituições de ensino	1	Segurança Alimentar / Trabalhadores rurais e pequenos Produtores	12
Educação / ONG/ OSCIP/ OS	1	Socioambiental / Grupos Socioambientais	5
Educação e Cultura / Espaços e Grupos Culturais	1	Socioambiental / ONG/ OSCIP/ OS	5
Educação / Outros	1	Socioambientais / Poder Público	3
Gênero / Grupos Identitários	10	Socioambiental / Coletivo de Entidades	1
Gênero / Grupos de Estudo e Pesquisa	1	Socioambiental / Cooperativas	1
Gênero / Grupos de Geração de Renda	2	Segurança Pública / Poder Público	1
Gênero / ONG/ OSCIP/ OS	1	Trabalho e renda / Sindicatos	5
Habitação e Mobilidade /Acessibilidade / Coletivo de entidades	2	Trabalho e renda / Coletivo de Entidades	1
Habitação e Trabalho e renda / Outros	1	Trabalho e renda / Associações	2
Informação e Comunicação / Grupos Comunitários	2	Terceira Idade / Grupos Comunitários	2
Informação e Comunicação / Associações	1	Outros / Coletivos de Entidades	1
		Outros / Grupos Comunitários	1

4. A área de atuação e perfil das instituições foi definida a partir do preenchimento das fichas de inscrição disponíveis.

METODOLOGIA DA DEFINIÇÃO DOS TEMAS ABORDADOS

A escolha dos temas e dos participantes das *Rodas temáticas* segue uma metodologia diferente das *Rodas municipais*.

As Rodas temáticas foram projetadas a partir da necessidade identificada pela equipe do Projeto em discutir e problematizar temas caros de serem abordados a partir da perspectiva dos direitos, especialmente diante da dificuldade de torná-los visíveis ao longo do Projeto, pela falta de dados e informações. Foram eles:

- 1. Acesso a terra:** perseguido desde o início do Projeto, a discussão desse tema põe foco nas especificidades do contexto rural. A Roda foi fruto da construção conjunta do indicador Situação do Acesso à terra que se deu em diálogo com acampados e assentados de Casimiro de Abreu e de Silva Jardim. Para a Roda, estendemos o convite a assentados e acampados de outros municípios, bem como representantes de sindicatos de trabalhadores rurais e outras organizações atuantes nesse debate.
- 2. Mulheres:** o recorte de gênero sempre foi caro ao Projeto, mas houve pouca oportunidade de produzir dados que dessem visibilidade a esta questão em função dos dados disponíveis; além disso, muitos grupos de mulheres foram identificados ao longo do Projeto, especialmente em Niterói e São Gonçalo, o que fez ficar ainda mais latente a necessidade do Incid aprofundar o debate sobre a situação dos direitos da mulher nesses municípios.
- 3. Habitação:** a escolha desse tema se deu diante do problema específico enfrentado pela população de Nova Friburgo e Teresópolis após as catástrofes das chuvas de 2011. Em todos os encontros com a população desses municípios foi observado que a situação dos mesmos se transformou muito depois disso, o que não é retratado pelos dados oficiais coletados antes desse ano (o Censo do IBGE, por exemplo, é de 2010). As organizações locais trouxeram a necessidade de se discutir mais especificamente esse problema, bem como as possibilidades de mobilização cidadã em torno da resolução do mesmo.
- 4. Meio ambiente:** as reuniões e encontros do Incid sempre tiveram forte presença de pessoas preocupadas (institucionalmente ou não) com o tema do meio ambiente. Por isso, uma Roda com esse tema objetivou possibilitar uma maior articulação entre sociedade civil organizada e alguns órgãos e militantes ambientalistas.

As *Rodas municipais* inauguraram uma nova forma de apresentação dos indicadores que puseram foco nas especificidades intra municipais. Em todas elas a identificação dos temas foi definida no diálogo da equipe de pesquisa e de campo com organizações locais identificadas como pessoas/ lideranças ou instituições chaves. A partir dessa articulação e da definição dos temas foram identificados os outros atores com perfil para debater e contribuir com a Roda sempre levando em consideração quais os atores sociais identificados que possuíam afinidade a partir dos temas e/ ou das formas de militância e atuação dos mesmos.

No processo metodológico proposto, de maio a agosto de 2013 foram realizadas 13 Rodas de Diálogos com os representantes dos grupos locais organizados para socialização e aperfeiçoamento dos indicadores produzidos, conforme tabela a seguir:

MUNICÍPIO	LOCAL RODA	DATA	INDICADOR
CASIMIRO DE ABREU	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil de Casimiro de Abreu	25/05/2013	<ul style="list-style-type: none"> Percepção sobre participação e mudança social Percepção sobre participação e meio ambiente Percepção sobre participação e saúde Percepção sobre participação e garantia de direitos Percepção sobre diferença na saúde Percepção sobre o direito a saúde Situação do esgotamento sanitário
CASIMIRO DE ABREU SILVA JARDIM CACHOEIRA DE MACACU RODA TEMÁTICA DE ACESSO A TERRA	CIEP Vera Lucia Pereira Coelho – Silva Jardim	08/06/2013	<ul style="list-style-type: none"> Condição do produtor Quantidade produzida lavoura temporária Quantidade produzida lavoura permanente Aquisição da terra Concentração fundiária
NOVA FRIBURGO	Sindicato dos Têxteis	08/06/2013	<ul style="list-style-type: none"> Garantia de investimentos em Meio Ambiente Garantia de Atenção Básica Percepção sobre Diferença e Saúde Garantia de Qualidade na Educação Percepção sobre Participação e Meio Ambiente Percepção sobre Participação e Educação Percepção sobre Participação e Saúde Percepção sobre Participação e Garantia de Direitos Percepção sobre Participação e Mudança Social
ITABORAÍ (MUNICIPAL)	Clube Porto das Caixas	22/06/2013	<ul style="list-style-type: none"> Frota de veículos coletivos e de passeio por cada 100 mil habitantes Garantia de atenção básica Percepção sobre o direito a saúde Percepção sobre o direito a espaços públicos de qualidade
TERESÓPOLIS	Pro Arte da Unifesco – Centro Universitário da Serra dos Órgãos	22/06/2013	<ul style="list-style-type: none"> Situação do acesso à água Situação do Direito à Saúde Situação da permanência de jovens na escola (17) Percepção sobre direito à educação Percepção sobre igualdade de condições ambientais Percepção sobre o direito a água limpa Garantia de investimentos em Meio Ambiente Garantia de investimento na educação Garantia de Atenção Básica Percepção sobre Direito à Saúde
NITERÓI ENCONTRO COM GRUPO ESPECÍFICO DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES	Sindicato dos Metalúrgicos (Niterói / São Gonçalo)	29/06/2013	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de roubo de ruas por 10.000 habitantes Taxa de homicídios contra homens brancos e pretos e pardos com mais de 15 anos de idade Situação da desigualdade racial no acesso à vida segura Proporção de domicílios cuja forma de escoamento de esgoto é inadequada Proporção de domicílios com abastecimento de água inadequado Situação de moradores em locais precários
TANGUÁ ITABORAÍ	Associação Missionária Coração de Maria	29/06/2013	<ul style="list-style-type: none"> Percepção sobre direito à educação Percepção sobre participação e educação Percepção sobre diferença e educação Percepção sobre diferença e saúde Percepção sobre direito à saúde Percepção sobre respeito à diversidade Situação da desigualdade racial no acesso a vida segura Situação de desigualdade racial na permanência dos jovens na escola
RIO BONITO RODA TEMÁTICA SOBRE MEIO AMBIENTE	Rio Bonito (Chácara Iru)	13/07/2013	<ul style="list-style-type: none"> Proporção de domicílios cuja forma de escoamento de esgoto é inadequada (Ind. 4 – Cidadania Viva) Proporção de domicílios com abastecimento de água inadequado (Ind. 3 – Cidadania Viva) Garantia de Áreas Protegidas (Gráfico 4 – Cidadania Garantida/Marco Zero) Garantia de investimentos em Meio Ambiente (Gráfico 5 – Cidadania Garantida/Marco Zero)

MUNICÍPIO	LOCAL RODA	DATA	INDICADOR
SÃO GONÇALO NITERÓI MAGÉ TANGUÁ ENCONTRO COM GRUPO ESPECÍFICO DE MULHERES	Associação Comercial em São Gonçalo	18/07/2013	<ul style="list-style-type: none"> Situação da desigualdade de gênero na remuneração. Situação da desigualdade de gênero no acesso ao emprego. Percepção Sobre a Existência de Preconceito Contra Mulheres Respeito aos direitos (cidadania percebida)
GUAPIMIRIM	Tecnoarte / Guapimirim	13/08/2013	<ul style="list-style-type: none"> Situação do Esgotamento Sanitário Situação do Destino do Lixo Garantia de Investimentos em Meio Ambiente
TERESÓPOLIS NOVA FRIBURGO RODA TEMÁTICA SOBRE HABITAÇÃO	SESC Teresópolis	17/08/2013	<ul style="list-style-type: none"> Situação de moradores em locais precários Desigualdade no padrão habitacional (cidadania vivida) Situação da Qualidade dos espaços públicos Direito às condições básicas de vida (cidadania percebida) Respeito aos direitos (cidadania percebida) Mapa habitacional (cidadania em ação)
SAQUAREMA MARICÁ			<ul style="list-style-type: none"> Proporção de domicílios com abastecimento de água inadequado (indicador 3- cidadania vivida) Proporção de domicílios cuja forma de escoamento do esgoto é inadequada (indicador 4 – cidadania vivida) Garantia de investimento na atenção básica em saúde Situação do direito à saúde Percepção sobre diferença e saúde. Diferenças de condições ambientais (indicador 17 – cidadania percebida) Participação e meio ambiente (indicador 18 – cidadania percebida)
SÃO GONÇALO	Associação Comercial do São Gonçalo	30/08/2013	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de roubos de rua por cada dez mil habitantes Garantia de investimento na saúde Percepção sobre direito à saúde Percepção sobre diferença e saúde Percepção sobre o direito a espaços públicos de qualidade Percepção sobre diferença e educação Percepção sobre direito à educação

Análise das Rodas de Diálogos nos Territórios



RODA DE DIÁLOGO EM CASIMIRO DE ABREU

A Roda de Diálogo de Casimiro de Abreu foi a primeira roda realizada e serviu como uma proposta piloto para se observar a adequação da metodologia, sua compreensibilidade e possíveis adaptações necessárias.

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES (18)
SAÚDE Associações	Associação de Usuários e Amigos de Saúde Mental – ASSUASME
SOCIOAMBIENTAL Grupos socioambientais	Associação Organizacional Amigos da Natureza – AOANA
DESENVOLVIMENTO LOCAL Coletivos de entidades	Agenda 21
SOCIOAMBIENTAL Coletivos de entidades	Consórcio Intermunicipal Lagos São João – CISJ
SOCIOAMBIENTAL Cooperativas	Cooperativa CEDRO
SOCIOAMBIENTAL ONG / OSCIP / OS	ONG Ecológica São Verdão
SEGURANÇA ALIMENTAR Trabalhadores rurais Pequenos produtores	Associação dos Trabalhadores Rurais de Sebastião Lan
SEGURANÇA ALIMENTAR Trabalhadores rurais Pequenos produtores	Associação dos Produtores do Assentamento Fazenda de Visconde
AGROECOLOGIA Grupos socioambientais	Articulação de Agroecologia Serramar
ASSISTÊNCIA SOCIAL Associações	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
ASSISTÊNCIA SOCIAL Associações	Associação Casimirense das Pessoas Portadoras de Deficiência – ACAPORD
GÊNERO Grupos identitários	Associação Agita Mulheres de Casimiro de Abreu – ASAMUCA
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Associação de Moradores de Barra de São João
	Amigos Associados de Casimiro de Abreu – AMA-CASIMIRO
	Associação de Moradores do Village do Poeta – AMVIP
	Associação de Moradores do Bairro Industrial – AMBI
	Associação de Moradores do Arroz e Medeiros
PESCA Pescadores	Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA

RESUMO DOS PONTOS MAIS SIGNIFICATIVOS NA DISCUSSÃO DOS INDICADORES, SEGUNDO RELATORIA DAS MESAS

INDICADORES

- Percepção sobre participação e mudança social;
- Percepção sobre participação e meio ambiente

QUESTÃO GERADORA

- Por que quando comparamos os gráficos referente a participação percebemos uma diferença grande entre o meio ambiente e a saúde?

RESUMO DA MESA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Nesta Mesa, os principais indicadores discutidos referiam-se à percepção das pessoas sobre a perspectiva de melhorar as condições de vida no município em que vivem através da participação social. Foram apresentados os indicadores “Percepção sobre participação e mudança social”, “Percepção sobre participação e saúde” e “Percepção sobre participação e meio ambiente”, disponíveis para consulta no site do Incid.

Nas discussões e registros produzidos nas toalhas de papel pelos participantes destaca-se uma percepção bastante crítica sobre a participação social no município de Casimiro de Abreu, ainda que 93,7% da população tenha respondido na pesquisa de fluxo que acreditam que a participação social pode influenciar na melhoria das condições de vida da população⁵. Os participantes observaram que, apesar destes dados, o envolvimento das pessoas é pequeno e que estas não se engajam em movimentos. Há **descrédito na ação da participação social**, considerando que “Boa parte da população não se interessa por participar das questões relacionadas à participação política, seja ela do meio ambiente ou saúde.”.

As opiniões diferiram um pouco, mas destacou-se a **influência do poder dos políticos locais no nível de organização e mobilização da população do município**. Um dos fatores apontados foi o poder de coerção que os políticos exercem sobre a população e que está diretamente vinculado à oferta de empregos no município que tem o poder público como um dos principais empregadores: “A prefeitura é o principal empregador do município, isso significa que a classe política tem muito poder”; “Quem tem opinião diferente dos vereadores e prefeito perde o emprego, pois a prefeitura é a maior empregadora no município” e “O poder público, por ser o maior empregador, inibe as opiniões das pessoas.” Estas foram algumas das observações do/as participantes. Este poder de coerção não é observado apenas na gestão da atual Prefeitura, mas como parte de uma prática política comum e recorrente nas diferentes gestões: “A influência do poder público, no que se refere ao impedimento da participação ativa das pessoas já se tornou uma questão cultural, todos os governos agem do mesmo jeito e a população só aumenta a sua passividade.”

5. Para a produção dos indicadores da Cidadania Percebida foram aplicados 5.600 questionários aos transeuntes em diferentes pontos dos municípios da área de atuação do Projeto. Destes, 400 questionários foram aplicados em Casimiro de Abreu.

Outro motivo apontado para justificar a pouca organização da população foi a observação da **fragilidade da democracia participativa**: “Os conselhos não conseguem divulgar suas ações e a pesquisa demonstra isso. Mesmo o conselho de saúde, que é bem atuante, tem dificuldade em apresentar os resultados das reuniões e encaminhamentos.” e “Às vezes as pessoas não sabem que existem os instrumentos para a participação, por exemplo os conselhos. A falta informação pode ser um indicativo com relação à participação. Falta informação e formação para que as pessoas possam atuar junto aos seus direitos.”

De acordo com a pesquisa realizada, 60,5% das pessoas entrevistadas em Casimiro de Abreu acreditam que podem atuar de modo a influenciar na melhoria dos serviços de saúde no município. Em contrapartida, 81,4% considera que pode melhorar as condições ambientais através da participação cidadã. A análise dos participantes sobre estes dados pontuou que as pessoas levam em consideração ações individuais, isoladas, que são percebidas como forma de ação para melhoria do meio ambiente, já no tocante à melhoria das condições de saúde não há esta percepção: “A questão da saúde é diferente do meio ambiente, a gente consegue separar o lixo, ajudar em mutirão de plantio de árvore. Na saúde, é o médico que define o que temos que fazer, não temos espaço para atuação, ou seja, o que define a atuação participativa é a ação individual.” Ainda: “Diferente da questão ambiental, na saúde não é possível atuar sozinho”.

Além de ser percebido como uma esfera de atuação mais acessível à participação social, o apelo à preservação do meio ambiente traz junto uma perspectiva que afeta diretamente a possibilidade de vida no futuro, o que pode ser um fator de influência na percepção de maior participação social para melhoria do meio ambiente: “A relação da população com a saúde é de forma emergencial, já na questão ambiental temos uma ideia de longo prazo que estimula uma perspectiva de futuro e com isso a possibilidade de participação.”

Ainda que a análise dos dados apresentados tenha possibilitado uma reflexão crítica da participação cidadã no município, a percepção altamente positiva da população sobre a **possibilidade de haver mudança social por meio da participação** foi considerado um bom sinal para as entidades que lutam pela melhoria das condições de vida: “A percepção da população sobre mudanças sociais é positiva, isso caracteriza que as entidades de Casimiro de Abreu têm atuado de forma correta”. A reflexão sobre este dado também possibilitou uma reflexão crítica sobre a forma como estas entidades se relacionam com a população em geral: “Não podemos apenas afirmar que a população não tem participação política. Temos que fornecer informações para que as pessoas saibam o que está acontecendo. Muitas pessoas não sabem o que está acontecendo e nem como se posicionar, isso tem a ver com o grau de instrução, ou seja, não temos a cidadania plena.”

Os participantes observaram que existe maior participação das classes populares, mesmo que esta classe tenha menos acesso à informação que as demais: “A falta de informação tem variação de classe... Às vezes a pessoa que tem mais informação e pode fazer alguma coisa, não faz por que não quer. E a pessoa que mais necessidade corre atrás por que ela precisa muito. Então, a classe que é menos favorecida é a mais ativa, por que ela precisa.”. Do mesmo modo, a população rural foi considerada mais atuante na luta pela melhoria das condições de vida: “As necessidades movem a população rural em busca dos seus direitos.”.

Neste panorama, destacou-se a **importância da ferramenta do INCID no auxílio à mobilização e entendimento da realidade local** junto a importância da capacitação política das pessoas para um maior entendimento de sua relação com as questões da luta por direitos: “Temos que organizar atividades de formação política para as pessoas e o INCID pode nos ajudar.” e “O banco de dados do INCID pode ajudar na mobilização das pessoas, para isso é necessário divulgar o sistema de banco de dados.”

DESTAQUES DA MESA

1. O descrédito na ação da participação
2. O poder de coerção do poder político local sobre a população
3. A fragilidade da democracia participativa
4. Percepção sobre participação e meio ambiente e participação e saúde
5. Percepção sobre participação e mudança social
6. A importância da ferramenta do INCID no auxílio à mobilização e de entendimento da realidade local

REGISTRO DA MESA 1 NAS TOALHAS DE PAPEL

- Na saúde falta, ginecologista, o que tinha saiu e o outro está de férias esta situação é de Barra de São João;
- O que as pessoas estão entendendo por melhoria das condições de vida? Saúde tem que estar incluído;
- Falta escutar a população rural!
- Pouca participação popular;
- Baixo nível de escolaridade;
- Dependência político partidária tendo em vista ser a prefeitura a maior empregadora;
- Capacitação profissional;
- A mobilização acontece por coação política indireta;
- Saúde: é necessário que a população saiba que ela pode decidir sobre as questões de saúde através dos conselhos;
- Meio ambiente: Pode haver uma participação direta do cidadão, nas questões mais complexas não existe o conhecimento necessário para entrar com ações e mobilizações;
- Mudança social: As pessoas ainda acham que podem mudar através de políticas locais, mas não participam de movimento;
- Meio ambiente -> O nível de contribuição;
- Saúde - A participação está relacionada ao engajamento das pessoas;
- Falta de informação;
- Comodismo;
- Não participação;
- Barra: população do litoral;
- Relação clientelismo;
- O domínio da relação ambiental: é mais prático que outras questões;
- O meio ambiente tem um engajamento.

INDICADORES

- Situação do Esgotamento Sanitário
- Situação do Acesso à Água
- Situação do Destino do Lixo
- Percepção sobre o direito à Água Limpa

QUESTÃO GERADORA

- Como avaliam o saneamento do município?

RESUMO DA MESA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Os registros da Roda e os apontamentos realizados nas toalhas de papel põem em destaque a **percepção da situação precária do saneamento no município**, ainda que os participantes tenham observado maior investimento público nos últimos anos em infraestrutura na área urbana, principalmente na área central do município. Para a maioria, o **escoamento do esgoto é realizado de modo inadequado** em grande parte do município. **Na zona rural, a situação é ainda pior**, pois observam que mesmo algumas propriedades possuindo fossa e filtro, grande parte das habitações utiliza sumidouro. Um dos participantes observou que dos quatro distritos de Casimiro de Abreu apenas um deles (Professor Souza) tem parte do esgoto tratado, abrangendo aproximadamente 600 famílias, isso no núcleo urbano. Nos outros distritos, uma parte faz tratamento primário através de fossa, filtro e rede de coleta, mas a grande maioria joga o esgoto “in natura” nos rios.

Também observam que o **destino final do lixo** coletado no município não é adequado: todo o lixo é encaminhado ao Aterro Sanitário em São Pedro da Aldeia. Os participantes observaram que não há programa de coleta seletiva, incentivo à reciclagem e projetos ambientais para conscientização da população. Também ganhou destaque a discussão sobre os **problemas com relação ao abastecimento de água**: existem duas firmas com concessão para captação e abastecimento de água no município, mas elas não atendem adequadamente a população. Um dos participantes observou que existe racionamento de água no município e que a empresa que controla o abastecimento prioriza alguns bairros, principalmente os localizados na região central da cidade. Outro participante relatou que o distrito de Barra de São João não tem fornecimento de água potável, o que impacta diretamente a condição de saúde da população.

Diante destes diagnósticos, a observação dos participantes é que **os dados oficiais apresentados não correspondem à realidade do município**. Uma das observações foi a de que muito mais que 24,3% das habitações no município possuem escoamento de esgoto inadequado, em discordância ao informado pelo Censo de 2010 do IBGE. Algumas hipóteses foram levantadas para refletir sobre o contraste dos dados oficiais com a percepção dos participantes: colocou-se em questão o conhecimento técnico do/as pesquisadores/as do IBGE sobre questões relativas ao saneamento básico, o que pode ter influenciado/ induzido as respostas da população; considerou-se que as pesquisas são realizadas por pessoas que não conhecem a realidade local o que difi-

culta a comprovação das informações fornecidas; finalmente, chegou-se à conclusão de que também a população desconhece informações básicas para avaliar se a coleta de lixo, o escoamento de esgoto e o abastecimento de água é feito de modo adequado. Conforme um dos participantes, “A população não está informada sobre o que é tratamento adequado. A grande maioria tem uma visão equivocada da questão ambiental: na visão do leigo, se ele não vê o esgoto indo diretamente para o rio, está tudo bem.”.

Ele/as também consideraram que a falta de informação da população afeta diretamente a possibilidade de reivindicar melhorias no saneamento básico do município. Para os participantes, é **necessário investir na educação ambiental** para haver uma mudança na situação do tratamento do esgoto, do destino do lixo e abastecimento de água.

Neste contexto, os participantes avaliaram que os indicadores do Incid contribuem para o fortalecimento das entidades e ações que reivindicam melhoria na qualidade dos serviços de saneamento básico, pois apresentam dados mais próximos da realidade local que servem para cobrar ações do poder público.

DESTAQUES DA MESA

1. Situação do esgotamento sanitário; destino do lixo; abastecimento de água
2. Dados IBGE não retratam a realidade do Município
3. Necessidade de implantação de programas de educação ambiental
4. Importância dos indicadores do INCID

REGISTROS DA MESA 2 NAS TOALHAS DE PAPEL

- Barra de São João despeja todo esgoto in natura;
- Os moradores de Casimiro de Abreu (cidade) não sabem o que fazer quando seus filtros estão sujos. O município diz que é atribuição do morador (fossa, filtro e sumidouro);
- Maior fiscalização para que o esgoto seja direcionado corretamente;
- Captação de recursos em todos os níveis para atender a demanda existente;
- A área rural não recebe apoio para destinar seu esgoto;
- O êxodo rural enfraqueceu o desenvolvimento dos projetos existentes e superlota os centros, com residências precárias e sem estrutura de saneamento;
- IBGE 75,7% (domicílios com esgoto sanitário adequado)? As informações supracitadas estão em desacordo com a realidade apontada e vivenciada pela população local. Tal afirmação se faz tendo em vista a falta de consciência sanitária da maioria dos municípios. Acreditam que ter saneamento é simplesmente não ter seu esgoto sanitário a “céu aberto”!
- Situação inadequada para rede de esgoto;
- Para o IBGE coleta pluvial é considerada como rede;
- No município só tem uma ETE (Estação de Tratamento de esgoto) em Professor Souza. Nos outros distritos (sede, Rio Dourado e Barra de São João) não existe ETE – apenas fossa filtra em alguns casos. Na maioria das casas (mais antigas) só existe fossa ou transbordado para os rios.

- Existe uma ETE em fase de construção.
- Resíduos sólidos – existe recolhimento de resíduos sólidos; porém não trata. É encaminhado para aterros sanitários por contrato;
- “Há divergências entre o local do transbordo final”
- Água: Existem duas concessionárias – CEDAE e SAAE – Apesar do Rio São João fornecer água para a região dos Lagos. Não são captadas águas do rio pelas concessionárias.
- “Observa-se má utilização da água tratada por parte da população.”
- Não temos tratamento sanitário.

INDICADORES

- Percepção sobre participação e saúde
- Percepção sobre participação e garantia de direitos
- Percepção sobre diferença na saúde
- Percepção sobre o direito a saúde

QUESTÃO GERADORA

- Como avaliam a saúde nos diferentes distritos de Casimiro de Abreu?

RESUMO DA MESA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Sem diferir de muitos municípios brasileiros, os serviços de saúde em Casimiro de Abreu apresentam diversas precariedades. Nas discussões da Roda e nos registros das toalhas de papel da Mesa 3, o/as participantes destacaram alguns pontos positivos nos serviços de saúde prestados no município, entretanto, o panorama geral foi avaliado como preocupante.

Como melhoria, os participantes observaram que atualmente, por exemplo, não há falta de medicamentos nas farmácias públicas, nem nos postos de saúde e que a saúde básica é boa, regular, apesar de faltar especialidades ambulatoriais. Também consideraram que o Programa de Estratégia de Saúde Familiar (ESF) funciona de forma satisfatória, mas ainda não atende a todos/as os/as moradores/as.

Os serviços de Atenção Básica são prestados nas unidades municipais, mas apresentam **problemas relacionados à demora no atendimento**, levando na maioria das vezes de 2 a 3 meses de espera. Há ainda a **carência de determinadas especialidades médicas**, como, por exemplo, pediatria. Houve relatos de pessoas que não conseguiram atendimento para suas necessidades e também relataram inúmeros exemplos de outras pessoas que também não conseguiram atendimento, passando longo tempo de espera mesmo com pedidos urgentes.

Outro problema é a **ausência no município de atendimento para casos de CTI, UTI Neonatal e mesmo os casos de média complexidade têm atendimento precário**, o que faz os pacientes recorrerem a outros municípios. Somente as cirurgias emergenciais são realizadas em Casimiro de Abreu. Conforme participante, como não há UTI Neonatal, geralmente as crianças que precisam dessa assistência são transferidas para o Rio de Janeiro. Outro participante relatou que há uma placa no hospital regional de Barra de São João informando que os cidadãos de Casimiro que necessitam de atendimento emergencial devem se dirigir ao 2º distrito de Cabo Frio para serem atendidos na UPA.

As dificuldades aumentam para as pessoas que residem nos distritos mais distantes do centro: estas encontram maior dificuldade para ter acesso ao serviço de saúde, para realizar a marcação de exames e também são prejudicadas pela dificuldade de transporte. Para os participantes é notável a percepção do tratamento diferenciado entre os distritos. De acordo as observações, o centro é o que apresenta as melhores condições de atendimento na área de saúde: “No Centro de Casimiro não

há problema com transportes para realização de exames e procedimentos fora do município, sempre que necessitam conseguem.”, informou um participante. Outro observou que “No centro, tanto o acesso aos serviços, quanto o acesso a transporte para outros municípios (subvencionados pela prefeitura) para realização de exames e cirurgias é mais fácil.” Todavia, um dos participantes ponderou que mesmo no centro a qualidade dos serviços de saúde oferecidos é ruim “o hospital não tem aparelhagem e as pessoas são sempre transferidas para outros municípios devido à falta de equipamentos no hospital.”

Nos outros distritos as dificuldades se agravam e envolvem desde a dificuldade de deslocamento para o centro e outros municípios, a marcação de exames e a inexistência de especialidades: “Os moradores de Boa Esperança (bairro de Rio Dourado, distrito que fica a margem da BR depois do Pedágio) são atendidos apenas em Rio Dourado, o que implica que pessoas com a saúde debilitada atravessem a BR a pé para pegar remédios e conseguir atendimento em postos de saúde”; “Não há transporte para atender os pacientes do hospital de Barra de São João que precisam de serviços em Casimiro de Abreu ou outro hospital”; “o distrito de Professor Souza só conta com uma Estratégia da Família, sendo necessário sempre ir à sede de Casimiro para conseguir atendimentos especializados.” Assim, aos cidadãos que não residem no centro e que precisam de tratamento especializado onde é ainda mais recorrente a carência de especialidades, é necessário ir até o centro de Casimiro de Abreu marcar consultas, e, depois, voltar para serem atendidos. Há relatos de que, por vezes, há médicos que chegam cansados nos serviços de saúde, não atendem a população e mandam remarcar todas as consultas do dia. Diante do exposto, os participantes concluíram que **há centralização dos serviços de saúde na sede do município e conseqüente exclusão do acesso à saúde aos moradores/as dos demais distritos.**

Outro problema observado é que o **investimento do governo na atenção básica é realizado por meio de consórcios em diferentes municípios** para garantir atendimentos e exames especializados. Mas muitas vezes os consórcios são realizados entre municípios distantes. Para a população de Casimiro de Abreu realizar exames fora do município, o fluxo necessário para conseguir transporte é 1) ir ao serviço de saúde e pegar o pedido de exame; 2) ir na secretaria de saúde, entregar o pedido, solicitar a marcação e o transporte; 3) esperar a secretaria ligar marcando o dia e o local para pegar o carro.”

Por fim, os participantes **questionaram o aluguel de imóveis onde se localizam os serviços de saúde** caracterizando, segundo a população, um gasto em estrutura que poderia ser utilizado em melhorias no atendimento.

DESTAQUES DA MESA

1. Percepção sobre o direito à saúde: carência de especialidades, demora no atendimento
2. Percepção sobre diferença na saúde: centralização dos serviços de saúde na sede do município
3. Ausência de atendimento de média complexidade, CTI e UTI neonatal
4. Gestão pública

REGISTRO DA MESA 3 NAS TOALHAS DE PAPEL

- Boa Esperança: para atendimento médico precisa atravessar a BR e dependendo do caso vir a Casimiro, ou Macaé e Rio das Ostras;
- Quem não reside na sede tem que vir a Casimiro (centro) marcar consulta e depois voltar para se consultar (caso não tenha especialidade no seu distrito);
- Tempo de fila de espera, dependendo do caso vai de 2 a 3 meses de espera;
- Atendimento adequado às demandas fora do centro é mais difícil o acesso à saúde;
- Dificuldades em cirurgia, é realizado somente as emergências;
- Barra de São João não há água potável, e isso influencia na saúde;
- Bom: Atendimento do ESF e CREM, atendimento do Hospital de Casimiro de Abreu, acesso transporte para cuidados dos usuários de saúde fora do município (centro). Só temos acesso a medicamentos básicos, apesar da farmácia básica fornecer medicamentos, os mesmos não são encontrados pelos usuários;
- Ruim: Atendimento CTI, atendimento neonatal, atendimento média complexidade, atendimento pediatria não tem, atendimento no município, falta transporte para cuidados dos usuários de saúde fora do município (distritos), falta atendimento de emergência em Barra de São João: (Hospital) a 43 km; A prefeitura gasta muito com alugueis. Valores que poderiam ser gastos com saúde;
- Programas federais: atendimento bom, não atende plenamente, ESF- Farmácia básica, Hiperdia - não atende plenamente; Programas estaduais: Hospital estadual não atende todas as especialidades e UTI; Programas municipais: Atende apenas a demanda espontânea quando existe profissional da especialidade. Existem algumas especialidades em alguns distritos que não tem em outro. Há uma placa no Hospital regional que determina que o atendimento emergencial deve ser nas UPAS.

QUESTÃO GERADORA

- O Sistema INCID e suas ferramentas

A proposta de discussão da Mesa 4 tinha o objetivo de propiciar uma reflexão sobre Sistema Incid e suas ferramentas, destacando-se o funcionamento do Sistema Incid e do Banco de Dados, entretanto, o resultado esperado nas discussões desta mesa não foi alcançado. Foram diversos os assuntos abordados, fugindo muitas vezes do objetivo proposto. A experiência desta Mesa orientou a condução desta temática mais voltada para a apresentação do Banco de Dados do INCID.

RESUMO DA MESA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Foi possível perceber que as organizações consideraram **a ferramenta do Incid uma importante contribuição** para ampliar e fortalecer suas ações no território, contribuindo significativamente com o acesso a informações que interessam as mesmas. Destacou-se também que **o Incid permitirá uma maior integração e conectividade entre as organizações** com possibilidade de formação de uma rede.

Também observaram que a inserção do Incid nas práticas das organizações contribui para o fortalecimento do INCID. Outro ponto destacado foi considerarem o INCID “uma forma de intervir junto às organizações”, de suscitar uma análise das práticas das organizações: “A pesquisa é de cidadania e por isso vai fortalecer as ações das organizações. O fato de Casimiro apresentar aqueles índices que precisam ser qualificados é sinal de que as organizações precisam intervir mais. E o Incid pode ser uma forma de intervir junto às organizações.”

Nesta Mesa, contudo, ganhou destaque a discussão sobre **a necessidade de criação de novos indicadores**: de um lado, que apresentem dados relativos à segurança pública e o mapeamento de políticas públicas para tratamento de dependentes químicos; de outro, que evidencie as diferenças entre a zona rural e urbana dentro do município, revelando suas desigualdades. Como exemplo das desigualdades intra-municipais, um dos participantes citou o trabalho de análise da qualidade da água nas áreas rurais que revelou que na maioria das situações a água apresentou índices de contaminação.

Finalmente, abordou-se a **discordância dos resultados da pesquisa**. Um dos participantes considerou que “Em relação ao esgotamento sanitário, antes tudo era “jogado” no rio Guapiaçu e outros córregos. A percepção das pessoas não condiz com a realidade de Casimiro”; além disso, observou-se que as desigualdades entre os bairros não foram captadas pela pesquisa de percepção. Do mesmo modo, os participantes consideraram os dados do IBGE defasados. Um importante comentário foi realizado na discussão sobre a pesquisa de percepção, que levou em consideração que no município, quando alguém fala que vai fazer uma pesquisa, as pessoas ficam com medo e falam somente coisas boas sobre Casimiro.

DESTAQUES DA MESA

1. A inserção do Incid nas práticas das organizações e o fortalecimento do INCID
2. A necessidade de outros indicadores
3. A discordância dos resultados da pesquisa

REGISTROS DA MESA 4 NAS TOALHAS DE PAPEL

- Comparar os dados levantados com os percebidos;
- Os valores apresentados em diferenças não são comparados entre os levantados e os percebidos;
- As bases de dados do IBGE necessitam de confirmação principalmente no trato do esgotamento sanitário (rede de esgoto);
- Boa ideia do Banco de Dados;
- Dar visibilidade às informações;
- Assim como Barra de São João, outros distritos / localidade têm diferenças nos serviços;
- Distância entre a sede e o II distrito dificulta o acesso aos serviços essenciais;
- Barra de São João fica com dificuldades em vários setores;
- Drogas. Um problema de todos!
- “Unificação das políticas para solução desse problema.” OBS: O Incid poderá contribuir com indicadores para direcionar as políticas de garantia de direitos;
- Não conformidade nos dados do Incid em relação à realidade do município de Casimiro de Abreu (Concordo);
- Aumento da criminalidade e precarização da segurança pública;
- Criação de políticas públicas para fixação do homem no campo com destaque à geração de renda;
- Indicador da qualidade da água não bate com a realidade no meio rural;
- Falta “escutar” a população rural!
- Divulgar o Banco de Dados para a população, para alimentar esse Banco de Dados.

QUESTÕES GERADORAS

- Como podemos inserir o Incid em nossas práticas?
- Como as nossas práticas podem fortalecer o Incid?

Durante o cochicho, os participantes se juntaram em duplas e trios. Foi possível perceber que algumas duplas aproveitaram o tempo do cochicho para articular ações, conversar sobre semelhanças nos lugares de atuação das organizações e falar sobre situações específicas da organização que participa. Todos responderam as questões postas para a plenária final.

RESUMO DA PLENÁRIA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

O conjunto de dimensões de cidadania apresentado pelo Incid é antes de tudo uma construção cidadã das organizações e movimentos locais, a apropriação desta ferramenta no processo das Rodas de Diálogos permitiu um **maior entendimento da realidade do município**, mas, sobretudo, o reconhecimento da pluralidade local, da importância da integração e interação das forças locais para as transformações necessárias a universalização dos direitos.

Este momento de conversa com os representantes dos grupos locais organizados também foi importante para **socialização e aperfeiçoamento dos indicadores produzidos**. É inegável o reconhecimento pelos participantes da importância das informações do Banco de Dados e do Sistema do Incid. Mesmo havendo discordâncias com relação a alguns dados, tanto do IBGE quanto da pesquisa de percepção, **os participantes reconheceram que têm que incidir neste processo**, apresentando dados mais fiéis a realidade e divulgando-os para um maior número de municípios, contribuindo para uma maior conscientização e mobilização da população.

As organizações demonstraram ter clareza sobre a importância do conjunto de informações disponibilizado pelo Incid como ferramenta para um melhor conhecimento da realidade local, de suas fragilidades e as reais necessidades do território, apontando com maior fidedignidade o **direcionamento de políticas públicas**. Percebeu-se também a possibilidade de **fortalecer a relação entre as organizações** sendo este fortalecimento reconhecido como estratégico para o processo de luta local.

DESTAQUES DA PLENÁRIA

1. A inserção do Incid nas práticas das organizações
2. O compartilhamento de informações e fortalecimento da relação entre as organizações
3. As práticas das organizações incidindo no fortalecimento do Incid



RODA DE DIÁLOGO EM SILVA JARDIM

INSTITUIÇÕES E PARTICIPANTES

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES (9)
SOCIOAMBIENTAL ONG / OSCIP / OS	ONG Ecológica São Verdão / Casimiro de Abreu
TRABALHO E RENDA Sindicatos	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Silva Jardim
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Casimiro de Abreu
SEGURANÇA ALIMENTAR Trabalhadores rurais Pequenos produtores	Acampamento Sebastião Lan /Silva Jardim
	Assentamento Visconde /Casimiro de Abreu
	Assentamento Olho D'Água /Silva Jardim
	Assentamento Cambucais / Silva Jardim
QUESTÕES AGRÁRIAS Coletivo de entidades	Coletivo Agrário /Silva Jardim

RESUMO DOS PONTOS MAIS SIGNIFICATIVOS NA DISCUSSÃO DOS INDICADORES, SEGUNDO RELATORIA DAS MESAS

INDICADORES

- Aquisição da terra

QUESTÃO GERADORA

- Os nossos dados são de 2006. E hoje aumentou o número de famílias ligadas ao banco da terra? Qual a melhor forma de acesso à terra: desapropriação ou banco da terra? E em caso de desapropriação, é melhor concessão de uso ou domínio da terra?

RESUMO DA MESA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Os participantes fizeram muitas críticas às políticas de acesso à terra, reforçando que tanto o banco de terras quanto o processo de desapropriação de terras são muito burocratizados, dificultando o acesso à terra pelos produtores rurais. Para muitos, a política do Banco de Terras é uma política equivocada, que oferece as terras em piores condições e tem muitas exigências burocráticas, não possibilitando que de fato se priorize a reforma agrária: “Se o sistema de reforma agrária funcionasse, nós não teríamos Banco da Terra. O Banco da Terra nasce por que o sistema de reforma agrária não funcionou. O sistema de PDS é o melhor modelo, o agricultor que gosta de produzir não interessa ter o documento de propriedade. Ele quer produzir e não está interessado em vender a terra. Hoje, existem grupos que ganham dinheiro com o Banco da Terra, eles cobram das pessoas, enganam e depois somem”, afirmou um dos participantes. Outro participante completou: “A desapropriação é a melhor forma, mas a burocracia atrapalha. No banco da terra também temos a burocracia atrapalhando. A condição da terra tem que ser vista, as melhores terras tem preço no mercado, mas o governo não consegue acompanhar. O governo libera apenas R\$ 80 mil reais por família, tem que ser grupo coletivo e parte do dinheiro ainda deve ser usado para pagar topografia, desenvolver um projeto.”

Na visão dos participantes, de modo geral, **os reassentados estão desassistidos pelas políticas do governo**: “As RPPN⁶s servem para dificultar as desapropriações. No banco da terra, são as piores terras que são vendidas”. Já o estímulo à emissão da DAP, Declaração de Aptidão ao Pronaf, que permite que o assentado passe a ser considerado agricultor familiar e conseqüentemente tenha acesso às políticas do MDA, em contrapartida, o leva a perder as condições de trabalhador assentado pela Reforma Agrária, logo alguns direitos como o da assistência técnica. Neste contexto, os reassentados observam que o INCRA não consegue dar prosseguimento aos processos de desapropriações e ao mesmo tempo não consegue manter os assentamentos já existentes. Não há pois política de Reforma Agrária sendo estimulada pelo governo.

6. Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Já os agricultores familiares, poucos são os que conseguem ter acesso a financiamento e créditos rurais, que consideram baixos e sem assistência técnica adequada, porque priorizam o destino dos recursos para o sul do Brasil. Conforme observaram, os técnicos não conseguem se relacionar com a realidade local o que afeta a **qualidade do serviço técnico prestado aos agricultores**: “Os técnicos não sabem como lidar com a gente dentro dos assentamentos, eles muitas vezes não entendem o que falamos”. O mesmo problema é percebido nos órgãos que liberam **financiamento para agricultores**: “O Banco do Brasil tem uma relação muito ruim com o trabalhador rural, é muito difícil a gente ser atendido.” Para os participantes, é fundamental melhorar a condição dos financiamentos, principalmente o atendimento ao trabalhador rural. Destacou-se também a **difícultade de comercialização** da produção da agricultura familiar, que sem apoio do governo fica nas mãos de atravessadores que praticam preços desfavoráveis ao trabalho do agricultor.

A **relação com o poder público** também foi muito criticada. Segundo os participantes, nenhum dos órgãos responsáveis assume a responsabilidade da garantia dos direitos dos assentados, moradores/as e agricultores/as rurais: “Todo mudo quer mandar. O Inea e o Incra não se entendem. Quando um servidor público vai assinar um papel, ele não se preocupa se por trás daquele papel tem famílias, tem seres humanos”.

Também foram muitas as **críticas a atuação dos órgãos ambientais** que veem os agricultores e assentados como inimigos da natureza e não parceiros neste processo de interação meio ambiente e ação humana, desconsiderando-os como responsáveis pela produção de alimentos das cidades. Conforme observaram, os fiscais do meio ambiente da ICMBIO não deixam os pequenos produtores trabalhar e os veem como inimigos: “O meio ambiente trata a gente como bandido, criminoso.”. No meio deste conflito, os latifundiários são os mais beneficiados: “Nesta região o latifúndio vem usando a questão ambiental para impedir a reforma agrária. Os trabalhadores não podem depender de nenhuma instituição municipal, eles têm que se auto-organizar”. Em alguns municípios, os participantes informaram que o ICMS verde é dividido entre os donos de RPPN's. Para eles, para superação deste conflito é necessário que os órgãos ambientais entendam que não existe preservação sem gente, sem as pessoas. “O descaso com o agricultor familiar vai trazer consequências no futuro para todo mundo.”

Diante deste desamparo, muitos **jovens estão se afastando do campo**, ocasionando um esvaziamento destes territórios. Não há perspectiva de futuro, nem há projeto de vida para as populações mais jovens no campo; para os participantes já se faz necessário uma atuação do governo para mudar esta situação: “O governo tem que alterar essa visão que ele tem hoje, os governantes tem que pensar em manter a juventude no campo”.

Na visão da maioria, somente com a **união de todos na luta** por melhores condições de vida no campo é que poderá haver melhoria na vida da população rural. Os participantes saíram motivados e ressaltando a importância da participação para reivindicar seus direitos e denunciar violações: “Precisamos de união entre os assentamentos. Para que a gente consiga ser ouvido, temos que ter força. Vamos organizar mais encontros desse tipo. Precisamos do apoio de todas as instituições que apoiam os trabalhadores rurais.”

Por fim, também ganhou destaque a discussão sobre a **defasagem dos dados apresentados**. Uma das considerações: “Só Cachoeiras de Macacu tem quase a metade dos assentamentos do estado do Rio de Janeiro. No gráfico esse número é muito menor”. Observou-se que o Censo Agropecuário de 2006, com informações oficiais sobre a população rural e agricultura familiar, não retrata mais a realidade: “aqui em Silva Jardim já temos mais terras adquiridas pelo banco da terra. Os dados que o In-cid está usando estão defasados.”

DESTAQUES DA MESA I

1. Aquisição da terra
2. A fragilidade da política de assistência técnica
3. Críticas a política de financiamento rural
4. A relação com o poder público
5. Conflito entre a política ambiental e os trabalhadores rurais e reassentados
6. Afastamento da juventude do campo
7. A importância da participação
8. A defasagem dos dados apresentados

REGISTRO DA MESA 1 NAS TOALHAS DE PAPEL

- “Não existem projetos para pequenos agricultores”
- “Juventude saindo do campo”
- “O atravessador como problema. A união dos agricultores é necessária.”
- “Falta de apoio em Cambucaia, sem prefeitura, sem nada”.
- “Banco da terra: as piores terras são vendidas.”
- “Tem que dar condições de trabalho para os agricultores, tem que criar projetos.”
- “RPPN’S para dificultar desapropriação.”
- “O que segura jovem é lazer! Sem isso, saída do campo.”
- “Sem desapropriações e endividamento no banco da terra.”
- “Não adianta depender de organismos municipais, estaduais. Fortalecer os movimentos!”
- “O acesso à terra pelo banco vem tudo organizado.”
- “Conflito entre órgãos ambientais como um problema”
- “O agricultor familiar está em processo de extinção.”
- “O ideal para o agricultor é não depender da prefeitura”
- “A política local como entrave em alguns casos”
- “O agricultor assentado depende de muitos órgãos públicos. Agricultor livre que é bom”.
- “Interesses particulares a frente de interesses públicos”
- “O ideal da reforma agrária seria pelo governo, se o sistema funcionasse o banco da terra existe por causa da falência da capacidade do governo.”
- “As leis devem ser discutidas com a população no meio impactado.”
- “Temo que as pessoas saiam do campo e nas cidades cometam delitos”
- “Descaso com o agricultor familiar e resultados negativos no futuro.”
- “Que o órgão executor dialogue com a população.”

INDICADOR

- Concentração fundiária

QUESTÃO GERADORA

- Ao olharmos para os gráficos o que chama mais atenção? Os grandes proprietários são mais bem atendidos que vocês pelo poder público? Como?

RESUMO DA MESA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Ficou evidente que para a grande maioria dos participantes há **descrença na atuação do órgão federal** responsável pelos Assentamentos da Reforma Agrária – Incra. Também **falta conhecimento** por parte dos produtores rurais da Legislação Ambiental, o que prejudica o relacionamento entre os órgãos fiscalizadores das três esferas de poder com os assentados e produtores rurais. O diagnóstico realizado pelos participantes da Mesa 2 foi de modo bem similar ao da Mesa 1.

Com relação ao acesso à terra, todos afirmaram que **as políticas do Incra** não permitem aos reassentados obter a titulação da terra, não há vontade política para isto. Por isso, observaram, os dados dos gráficos apresentados na Mesa estavam defasados: “Em Casimiro de Abreu, os pequenos produtores não tem titulação definitiva da terra. O Incra é dono da terra onde produzo e onde morrerei se o Incra permitir. Eles não vão nos dar a titulação da terra definitiva! E por isso é um dos motivos de Casimiro de Abreu não aparecer nos gráficos apresentados.”.

Os participantes reclamaram da **falta de apoio dos órgãos públicos** nas três esferas. Segundo eles, a Prefeitura dificilmente cede as máquinas que necessitam para produção agrícola. Quando as máquinas são cedidas, já passou a época do plantio: “O órgão mais atuante é a EMATER, que vacina o gado, mas com má vontade. Não contamos com o INCRA só com o prefeito e muito pouco. Em Cachoeiras de Macacu, a vacina é paga.” Da mesma maneira, não há apoio na comercialização e eles acabam tendo que negociar com atravessadores: “Quem produz em Cambucais não tem valor, por isso algumas pessoas deixam de plantar, pois ficam trabalhando pra enriquecer os atravessadores. Não tem bom senso da prefeitura pra passar e pegar nossa produção. Tem prefeito que não apoia os assentados. Precisamos de uma retro, não podemos limpar o tanque”.

Alguns projetos chegam até os assentamentos, mas de acordo com os participantes não dão a assistência necessária aos assentados.

Também há **carência de investimentos em obras de infraestrutura** nos assentamentos e comunidades rurais: “as obras de saneamento e de lazer no campo são sempre adiadas”. “Em Cambucais não tem estradas, não tem posto, tem que ir longe para pegar um ônibus”. A percepção dos participantes é que os recursos federais para investimento nas comunidades não chegam integralmente: “São diversas instâncias do governo. O governo federal libera muitos recursos, chega no Estado, os recursos já são diminuídos, segurados pelo Estado, e quando é passado para os municípios, chega menos ainda. Eles não querem que os posseiros cresçam, os produtores cresçam, eles prendem a verba!”

Todos observaram que há maior investimento na melhoria das condições de vida nos centros urbanos em detrimento de investimentos nas comunidades rurais: os projetos são todos direcionados a trabalhos urbanos, **a cidade crescendo e o campo perdendo força**. “Eles não querem ver os pequenos produtores crescer! Se isso continuar assim, todos os agricultores vão se amontoar nas cidades, e como vai fazer? Quem vai produzir alimentos?! Quem segura a agricultura hoje em dia são os antigos, os velhos, que já estão cansados!!! Os jovens não querem.”. Toda essa vivência da desigualdade, das dificuldades da vida no campo são motivadores para empurrar os jovens e muitos agricultores desestimulados para as cidades, que cada vez mais sofrem com o aumento populacional.

A relação com órgão responsável pela fiscalização ambiental também não é boa. Para os participantes, os fiscais e **órgãos de proteção do meio ambiente estão contra o pequeno agricultor**: “O INEA é contra o pequeno agricultor. Eles acabaram com o tanque de peixes, não deixam limpar as valas, mas o fazendeiro que está ao lado pode limpar a mesma vala que está na parte dele. O fazendeiro limpa com equipamento da prefeitura e ninguém fala nada.”.

Para os participantes, os **grandes proprietários são privilegiados pelas políticas públicas**, tanto do ponto de vista de financiamentos quanto da assistência técnica. Possuem uma visão muito crítica deste processo e da importância da organização do coletivo rural para enfrentar esta problemática: “Em Casimiro há muita precarização, o governo cria muitos recursos, mas quando chega no Estado e município tem equipe que não deixa os posseiros crescerem, pois o latifundiário está no legislativo, na prefeitura. Se o município recebe recurso, apenas 1% vai para o pequeno agricultor e o restante pros latifúndios. Os fazendeiros recebem mais assistência da prefeitura”. Não só o financiamento mas a assistência prestada pelos órgãos também são desiguais: “Corremos atrás do INEA há mais de 2 anos pra ajudar a limpar nossas valas!! Porém só limpam dos fazendeiros, de nós, não!!!!”. Para os participantes, o diagnóstico da situação é simples: “O latifúndio apoia o legislativo, apoia o executivo e com isso, a ajuda não chega até o trabalhador, o pequeno produtor!!”.

A discussão encerrou com os participantes pontuando a **necessidade de rearticulação dos movimentos do campo** para melhoria das condições de vida da população: “Pra terminar, não pode ser só o governo o culpado! Nós também somos os culpados disso!!! Hoje a reforma agrária no país deixou de se organizar! Os movimentos pararam!! Os assentados conquistaram um terrenozinho e não precisa mais andar!! Já saímos de Conceição de Macabu a Brasília a pé!!!! As famílias vão abandonando o campo por cansaço!! No acampamento que já teve mais de 130 famílias, atualmente tem cerca de 80 famílias!”

DESTAQUES DA MESA

1. Aquisição da terra – a ausência de titulação de terras
2. A falta de apoio do governo aos pequenos proprietários
3. Campo X Cidade
4. Concentração fundiária – os privilégios dos latifundiários
5. Conflitos das políticas ambientais e os reassentados
6. A importância da organização dos produtores rurais

REGISTROS DA MESA 2 NAS TOALHAS DE PAPEL

- “Não contamos com o Incra, só com a prefeitura (pouco).”
- “Cambucais não há bom senso da prefeitura pra passar e pegar nossa produção.”
- “Cachoeiras há muitas pessoas sem terra e no entanto há muitas terras vazias mas não há apoio”.
- “Cambucais precisa que o povo se una, hoje não há união.”
- “Não há assistência”
- “Quem produz em Cambucais não tem valor, por isso algumas pessoas deixam de plantar, pois trabalham pra enriquecer os atravessadores.”
- “Órgão mais atuante EMATER, que vacina o gado mas com má vontade”.
- “Mal dividida as terras em Cachoeiras.”
- “Depois que começou a questão da área de preservação.”
- “Um caminhão quebrou em uma fazenda na Aldeia Velha.”
- “Fazendeiros abrem vala e não podemos nem limpar por causa do IBAMA.”
- “Cambucais não há posto tem que ir ao Boqueirão depois em Silva Jardim.”
- “Muita exigência pra mandar um trator.”
- “Falta de área de lazer/diversão.”
- “Pra puxar luz tem que ter autorização do INEA e poço também.”
- “O governo não tem projeto pra agricultor(a) rural.”
- “Casimiro não há titulação definitiva de terra, isto está bem distante, a terra é do Incra, os órgãos públicos não me permite e da condição pra eu ter a titulação.”
- “A área rural não tem projeto para os jovens (isso só na área urbana)”
- “Não há ajuda do governo.”

INDICADORES

- Condição do produtor;
- Quantidade produzida lavoura temporária;
- Quantidade produzida lavoura permanente.

QUESTÕES GERADORAS

- O que vocês produzem?
- Vocês conseguem produzir o suficiente para consumo e comercialização?
- Seria possível produzir mais?
- Como é a comercialização e qual seria a melhor forma de isso acontecer?

RESUMO DA MESA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Os produtores locais produzem principalmente milho e aipim. Esta produção, no entanto, é pequena e, em alguns casos, a comercialização está submetida a relação com atravessadores. Um dos maiores problemas que enfrentam é a **dificuldade de obtenção de licença ambiental** para expandir a área de produção e para diversificá-la; junto a isso observaram que há **falta apoio para obterem regularização das terras** em que vivem com o órgão responsável, o Incra. Estes dois fatores foram apontados como os principais responsáveis por impossibilitar a venda da produção para a Prefeitura através do Programa Merenda Escolar. Neste contexto, a principal forma de comercialização dos produtores locais são as feiras do município. Um dos participantes observou que com a obtenção da licença ambiental do Assentamento seria possível ao menos aumentar a produção, o que contribuiria para comercialização sem a necessidade de atravessador, que paga muito pouco para o produtor rural.

Muitas foram as reclamações da **falta de apoio e diálogo das diferentes esferas do poder público** que tomam decisões sem consultar a população local, muitas vezes contrariando os interesses dos produtores rurais. Desde a relação com a prefeitura até a relação com os órgãos estaduais e federais, como o INEA e o Incra, os participantes afirmaram que não são consultados quanto as tomadas de decisões que envolvem o território onde vivem. A assinatura do TAC (Termo de Ajuste de conduta), por exemplo, que inclui um dos Assentamentos, foi realizada por uma prefeitura sem haver a participação dos assentados. Nesse caso, os assentados informaram que além da impossibilidade de aumentarem a produção, estão começando a ter problemas de acesso à água, sendo impedidos de captarem água para consumo e para produção: “em vários terrenos retiraram os canos de captação de água. Tiraram os canos várias famílias.”. Outro exemplo citado foi a decisão de construção de tanques para piscicultura nos assentamentos sem consulta a comunidade; atualmente, os assentados estão proibidos de utilizá-los e podem ser multados por não possuírem as autorizações e licenciamento ambiental necessário. Além de não serem informados pelos órgãos públicos das políticas para o assentamento, os participantes relataram que têm dificuldades de acesso a informação junto a estes mesmos órgãos: “o governo nega acesso à informação e isso é mais que uma exclusão, é um abandono.”

Os participantes observaram que o modo como a **política de meio ambiente atual** está sendo conduzida ocasiona conflito com os interesses dos assentados. Estes en-

tendem a necessidade de haver o licenciamento ambiental, contudo, consideram que é necessário haver também a qualificação dos assentados para entendimento da legislação ambiental e capacitação em educação ambiental para contribuírem com a mesma. Para isso, é importante que os órgãos de proteção do meio ambiente passem a estabelecer uma relação de parceria com assentados e agricultores. Conforme observaram, atualmente as grandes empresas e latifundiários é que têm maiores facilidades.

Um dos participantes observou que a maioria dos municípios ainda não têm Código Municipal Ambiental e que por esse motivo o ICMS verde não é destinado ao apoio a ações de cunho ambiental. Silva Jardim, por exemplo, está em primeiro lugar em recebimento de ICMS Ecológico e é preciso haver um movimento para a criação do Código Ambiental para a regulamentação do uso desses recursos. Outra preocupação dos presentes era a construção da barragem no município de Cachoeiras de Macacu. Conforme observaram, essa obra trará grande prejuízo para os produtores rurais da região e até hoje os órgãos licenciadores não apresentaram EIA/RIMA.

Citaram também uma **situação de conflito com os técnicos do órgão federal** de reassentamento, o Incra. Os assentados reclamaram da falta de apoio do órgão, que se sentem desassistidos, e da demora na obtenção de documentos importantes. Observaram que há ainda muita concentração de terra nos municípios e que as políticas públicas voltadas para a agricultura e meio ambiente deveriam ser mais locais e descentralizadas.

Para os participantes a **organização e união das instituições** é um passo importante na luta por uma vida melhor no campo.

DESTAQUES DA MESA

1. Falta diálogo do poder público com os reassentados
2. O conflito da política ambiental com os reassentados
3. Conflito com o órgão federal de reassentamento - INCRA
4. Produção local e alguns problemas mencionados sobre a comercialização
5. A importância da Participação

REGISTRO MESA 3 NAS TOALHAS DE PAPEL

- “Trazer a discussão para os impactados terem entendimento das leis ambientais conflitos entre os órgãos ambientais, falta de apoio às famílias no campo.”
- “Falta de licença ambiental impede o acesso a recursos e convênios.”
- “Falta de apoio dos órgãos federais (Incra)!!!!!!”
- “Necessidade do uso do atravessador no escoamento da produção.”
- “A força dos sindicatos são os sócios e eu posso passar para os sócios informações sobre o Incid.”
- “O agricultor deve ser informado das atitudes que o governo federal pensa em tomar, com antecedência. Para serem discutidas leis diretas comprometidas com os cidadãos.”
- “Organizar manifestações entre os cidadãos, líderes, todos que possam ajudar em uma negociação com base na cidadania.”
- “Interação entre os grupos (se organizar).”

QUESTÕES GERADORAS

- Como podemos inserir o INCID em nossas práticas?
- Como as nossas práticas podem fortalecer o INCID?

O número de participantes nas três Rodas da Mesa 4 variou muito. Na terceira rodada, houve número reduzido de participantes, porque um grupo de cerca de 16 pessoas não permaneceu até o final da atividade. Houve também participantes que estiveram presentes na Roda realizada em Casimiro de Abreu na semana anterior. Estes já tinham participado da Mesa 4 e julgaram ser mais importante contribuir com as discussões nas outras Mesas.

RESUMO DA MESA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Os participantes observaram que **os indicadores do Incid podem ajudar no processo de luta** pelos direitos nos quais os membros estão inseridos. Consideraram também que a ferramenta do Incid permite o acesso a informações importantes para a população local e que as instituições da localidade, por sua vez, têm como ponto forte o contato com várias pessoas, podendo contribuir para **disseminar o sistema**, apresentando, inclusive, aos sócios dos sindicatos, por exemplo.

Foi apontado pelo grupo que, ao longo do tempo, a falta de informação dos direitos civis e acesso à terra foi muito prejudicial para esses municípios e que **o Incid contribui para terem acesso a informação** que interessa aos assentados. Eles também demonstraram interesse em buscar e pesquisar instituições e ações, pontuando que isso facilitaria o encontro, contato e articulações entre a sociedade civil organizada. Neste sentido, também indicaram que o Incid pode continuar **contribuindo para a articulação dos assentados**, promovendo mais reuniões como as Rodas de Diálogos: “tem que continuar reunindo os assentados e o povo pobre para a gente voltar a se organizar. Sem luta não conseguiremos nada. Temos que organizar um grupo dos assentamentos e acampamentos da região e o INCID tem como nos ajudar.”

Nas duas últimas Rodas após a apresentação do sistema Incid, foi possível indagá-los a respeito de suas potencialidades e apropriação da ferramenta Incid em suas práticas. Mas, aparentemente, eles não têm muita clareza e nem noção das reais potencialidades práticas nesse sentido para além da divulgação da ferramenta.

Por fim, os participantes sugeriram o **desenvolvimento de indicadores** sobre transporte e maior conhecimento sobre a produção local.

DESTAQUES DA MESA

1. A inserção do Incid nas práticas das organizações e o fortalecimento do INCID
2. A necessidade de produzir novos indicadores

REGISTROS MESA 4 NAS TOALHAS DE PAPEL

- “A força dos sindicatos são os sócios e eu posso passar para os sócios informações sobre o Incid.”

QUESTÕES GERADORAS

- Como podemos inserir o Incid em nossas práticas?
- Como as nossas práticas podem fortalecer o Incid?

Neste momento, as pessoas permaneceram em silêncio quase que absoluto, com algumas poucas pessoas conversando entre si. Os olhares permaneceram voltados para as questões propostas e para os murais que traziam informações sobre o Incid. O cochicho aumentou um pouco depois do momento inicial, porém, a dinâmica finalizou aos 5 minutos.

RESUMO DA PLENÁRIA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Foram poucas as falas que abordaram as questões geradoras que direcionaram as discussões na plenária final. Destacou-se que para a inserção do Incid nas práticas das organizações há importância da divulgação das informações do Banco de Dados do Incid, do próprio site do Projeto como forma de se **ampliar o conhecimento da realidade local** e como elementos agregadores de grupos, associações para eventos, reuniões e quaisquer encontros necessários. Há, no entanto, que se observar que muitos não têm o acesso à internet.

Outro ponto de destaque foi a **promoção do encontro de lideranças** de diferentes assentamentos e movimentos rurais que possibilitou desdobramentos que auxiliarão no processo de luta e organização locais, como, por exemplo, o encaminhamento de uma carta de Silva Jardim através do Ibase, ratificando os pedidos de licenciamento ambiental do Assentamento do Visconde; a discussão sobre as leis ambientais que afetam os produtores rurais; e a criação de um grupo de trabalho regional para discutir a situação.

DESTAQUES DA PLENÁRIA

1. A inserção do Incid nas práticas das organizações
2. O compartilhamento entre as organizações
3. Encaminhamentos propostos



RODA DE DIÁLOGO EM NOVA FRIBURGO

INSTITUIÇÕES E PARTICIPANTES

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES (21)
DESENVOLVIMENTO LOCAL ONG / OSCIP / OS	Ong Diálogo – Por Novas Relações Sociais
EDUCAÇÃO Coletivo de entidades	Conselho Municipal de Educação
EDUCAÇÃO E CULTURA Espaços ou grupos culturais	Oficina-Escola As Mãos de Luz
SOCIOAMBIENTAL ONG / OSCIP / OS	Fundação Natureza
DESENVOLVIMENTO LOCAL Coletivo de entidades	Agenda 21 de Nova Friburgo
SOCIOAMBIENTAL Coletivo de entidades	Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMMAM
ASSISTÊNCIA SOCIAL ONG / OSCIP / OS	Instituto Girasol do Brasil
LGBT Grupos identitários	Centro de Referência da Cidadania LGBT
ASSISTÊNCIA SOCIAL Coletivos de entidades	Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA NF
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Associação de Moradores e Amigos de Olaria

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES (21)
TRABALHO E RENDA Sindicatos	Sindicato dos Vigilantes de Nova Friburgo
PARTICIPAÇÃO SOCIAL Coletivos de entidades	GAM - Grupo Articulação dos Movimentos
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Associação de Moradores de Barra de São João
PODER PÚBLICO	Centro de Mediação de Conflitos de Nova Friburgo
INFORMAÇÃO/COMUNICAÇÃO Grupos comunitários	Rádio Comunidade Friburgo FM
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Associação de Moradores e Amigos de Córrego D'Antas
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Associação de Moradores e Amigos de São Pedro da Serra – AMASPS
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Associação de Moradores e Amigos do Vale dos Pinheiros – AMAVALE
EDUCAÇÃO Coletivos de entidades	Conselho Escolar J.L. Bela Vista
ASSISTÊNCIA SOCIAL Associações	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
QUESTÕES RACIAIS Espaços ou grupos culturais	Centro Cultural Afrobrasileiro Ysun Okê - CCAYO

RESUMO DOS PONTOS MAIS SIGNIFICATIVOS NA DISCUSSÃO DOS INDICADORES, SEGUNDO RELATORIA DAS MESAS

INDICADOR CENTRAL

- Percepção sobre Participação e Meio Ambiente

QUESTÕES GERADORAS

- Diante deste cenário (indicadores selecionados), o que mais chama a atenção? Isso corresponde à realidade?
- E você? Acredita que, hoje, através da Participação é possível melhorar as condições (Ambientais, da Educação, da Saúde) em Friburgo? Como?

INDICADORES E MATERIAIS COMPLEMENTARES

- Percepção sobre Participação e Garantia de Direitos
- Percepção sobre Participação e Mudança Social
- Garantia de investimentos em Meio Ambiente
- (Espaços e Ações / Meio Ambiente cadastrados no BD)

RESUMO DA MESA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Os participantes da Mesa consideraram que apesar de muitas pessoas terem destacado a importância da participação nos processos de garantia de direitos e mudança social, são céticos quanto ao maior envolvimento da população no processo de mudança. Chegou-se a conclusão de que têm que ser tomadas atitudes para **estimular a participação popular** nas tomadas de decisão pelo poder público. O diagnóstico realizado foi o de que **é preciso haver maior mobilização**, pois “De nada adianta a população ter a crença de que a participação pode mudar a realidade, se não participam de ações que possam influenciar a tomada de decisões feita pelo poder público. Sempre acham que a participação muda, mas que é o outro quem tem que participar.”

Ainda que haja ceticismo na percepção sobre a participação da população em geral, os participantes da Mesa consideraram que por meio da participação é possível conseguir a melhoria das condições ambientais no município.

Um dos caminhos sugeridos foi **realizar ações de conscientização da população** para saber que o poder público existe para servi-la, que todo o serviço deve ser feito em prol dela. Observaram que a vivência e a educação podem fazer com que essa cultura seja revertida e os cidadãos sejam mais atuantes politicamente. Nesse sentido, um dos participantes avaliou que o **acesso à informação** faz com que o cidadão se sinta parte do coletivo por se sentir respeitado e que “a transparência agrega o indivíduo ao todo.”

Por outro lado, observou-se também que parte da população tem consciência de que é preciso participar, mas **há descrédito nos caminhos da participação**. Para

mudar este quadro, observou-se a necessidade de **ampliar o diálogo com o poder público**: “Deve haver maior integração entre governo e sociedade civil para que as demandas virem políticas públicas, havendo, assim, o retorno à sociedade daquilo que ela reivindica. Devem ser criadas alianças para a execução das políticas públicas.”. Uma das sugestões levantadas foi o de **ampliar o convite a participação dos órgãos do poder público** nas reuniões dos movimentos sociais: “Há a necessidade de informar e chamar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente para as reuniões de todo o movimento social (sejam associações de moradores ou outros grupos) para que haja maior interação entre a sociedade civil e o poder público.”.

Outro fator mencionado foi que, apesar das associações se organizarem, quando na tomada de decisão pelo poder público, os projetos são executados em desacordo com o que foi combinado com a sociedade civil organizada. Para incidir sobre esta prática, considerou-se também a importância de **participação e diálogo em instâncias que atuam em âmbito maior que o poder público local** e que envolvem outros atores: “Há também a necessidade de levar as questões ambientais (projetos combinados entre sociedade civil e poder público) para o Conselho da APA, para que o poder público se sinta inibido de combinar uma determinada ação e não cumpri-la conforme o acertado”.

DESTAQUES DA MESA

1. Percepção sobre Participação e Meio Ambiente
2. Participação e Mudança Social
3. Maior diálogo entre poder público e sociedade civil

INDICADOR CENTRAL

- Percepção sobre Participação e Educação

QUESTÕES GERADORAS

- Diante deste cenário (indicadores selecionados), o que mais chama a atenção? Isso corresponde à realidade?
- E você? Acredita que, hoje, através da Participação é possível melhorar as condições (Ambientais, da Educação, da Saúde) em Friburgo? Como?

INDICADORES E MATERIAIS COMPLEMENTARES

- Percepção sobre Participação e Garantia de Direitos
- Percepção sobre Participação e Mudança Social
- Garantia de Qualidade na Educação
- (Espaços e Ações / Educação cadastrados no BD)

RESUMO DA MESA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Diante do reconhecimento da importância da participação, a discussão ganhou contornos a partir das reflexões que visaram integrar a percepção altamente positiva da população na participação para garantia de direitos e mudança social com a possibilidade de envolvê-la em ações concretas de participação. Os participantes da Mesa consideraram fundamental pensar sobre os motivos que afetam uma maior participação e propor uma maneira de promover maior sensibilização, conscientização e mobilização das pessoas para participação.

Uma das observações realizadas apontou a **dificuldade que existe no diálogo entre a comunidade e o poder público**. De um lado, “a tecnocracia desqualifica os saberes locais, a comunidade”; de outro, a linguagem e os recursos utilizados pelos representantes dos órgãos públicos inibe a participação popular. Para os participantes, “deve haver uma desmistificação, a reconstrução da relação entre comunidade e governos.” Uma das maneiras de reconstruir esta relação passa pela necessariamente pela mudança da linguagem: “Modificar a linguagem utilizada para que haja aproximação das pessoas que, embora não tenham escolaridade, são conhecedoras da realidade de suas comunidades e muitas vezes não são ouvidas, pois se sentem intimidadas a participar de discussões públicas.”. Os participantes concordaram que se forem pensadas estratégias que facilitem este diálogo pode haver maior participação popular.

Para participação nos conselhos, por exemplo, além da linguagem, observam que muitas vezes uma pessoa leiga gostaria de participar das reuniões, mas por não conhecer a dinâmica de funcionamento acaba não se envolvendo. Considerou-se, assim, a necessidade de haver uma educação para a cidadania para que seja possível o exercício da mesma. Nesse âmbito, um dos participantes considerou que é preciso pensar em formas de transformar a participação popular em uma ação contínua.

Outro fator de destaque foi a necessidade de haver **maior qualificação e transparência nas ações do poder público**. Nos Conselhos, alguns participantes observaram que há necessidade de capacitação dos conselheiros, mas a mesma não é realizada em função dos trâmites burocráticos e valores praticados nas licitações que inviabilizam a capacitação para todos. Por outro lado, muitos participantes pontuaram que desconhecem a atuação dos Conselhos no município. Também consideraram a necessidade de haver maior integração entre setores do próprio poder público para que haja ações integradas entre as secretarias e efetividade da participação popular na mudança social e garantia de direitos. De um modo geral, a avaliação é de que não há empenho do poder público para que a população seja participativa.

Com relação ao meio ambiente, os participantes citaram a necessidade de haver maior participação para acompanhar algumas situações particulares e para garantir maior investimento do poder público no meio ambiente. No caso, citaram a importância de acompanharem de perto a gestão do Consórcio Intermunicipal para descarte do lixo, o qual tem uma avaliação negativa no controle do impacto que causam ao meio ambiente. Também consideraram que as questões ambientais devam ser decididas através de consulta popular e que haja maior transparência na tomada de decisões para monitoramento das ações do poder público. Por fim, observaram a necessidade de elaboração de um plano e garantia de investimento para que a construção civil seja capacitada para realização de construções tendo em vista as áreas de risco.

No que tange a garantia de qualidade na educação, observaram a importância de aumentar os investimentos na Educação Formal e consideraram que por meio da participação é possível alcançar melhorias e assegurar a qualidade da mesma.

DESTAQUES DA MESA

1. Participação e Mudança Social
2. Maior diálogo entre poder público e sociedade civil
3. Capacitação dos Conselheiros
4. Percepção sobre Participação e Meio Ambiente
5. Garantia de investimentos em Meio Ambiente
6. Garantia de Qualidade na Educação

REGISTRO MESA 1 E 2 NAS TOALHAS DE PAPEL

- “A participação do conhecimento popular na saúde integral preventiva.”
- “Espanto com os resultados.”
- “A inoperância do MP”
- “Esperança. Saúde. Acreditar.”
- “Mobilização. Participação. Apoios. Solução.”
- “Cobram participação, mas não participam.”
- “Mais PSFs nas áreas afastadas.”

INDICADOR CENTRAL

- Percepção sobre Participação e Saúde

QUESTÕES GERADORAS

- Diante deste cenário (indicadores selecionados), o que mais chama a atenção? Isso corresponde à realidade?
- E você? Acredita que, hoje, através da Participação é possível melhorar as condições (Ambientais, da Educação, da Saúde) em Friburgo? Como?

INDICADORES E MATERIAIS COMPLEMENTARES

- Percepção sobre Participação e Garantia de Direitos
- Percepção sobre Participação e Mudança Social
- Garantia de Atenção Básica
- Percepção sobre Diferença e Saúde
- (Espaços e Ações / Saúde cadastrados no BD)

RESUMO DA MESA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Nesta terceira rodada, os participantes iniciaram o debate comparando os índices apresentados nas 3 Mesas sobre Participação e Educação, Participação e Meio Ambiente e Participação e Saúde, observando que os índices de Participação e Saúde são os mais baixos (67,3% da população considera possível fazer alguma coisa para garantir o direito à saúde), mas que ainda assim são os mais altos da AAI, que apresentou média de 62,2%. Foram levantadas algumas hipóteses para esse resultado, considerando, por exemplo, que os altos índices apresentados sobre a percepção em Participação e Meio Ambiente (89,4%) devem estar relacionados a **visão leiga sobre Participação nas questões ambientais** e que os índices refletem o olhar para o outro e não para as próprias práticas.

Falaram e refletiram muito sobre a necessidade de **ampliação do conceito e da prática em saúde**, com foco na Prevenção e na Saúde Integral. Apontaram **diversas demandas e fragilidades no Sistema de Saúde** do município, como o problema do rodízio de profissionais na rede, que provoca a descontinuidade das ações e prejudica o vínculo com a população, a relação pessoal e de confiança, tão importantes nesta área, além do movimento crescente de medicalização. Pontuaram também os problemas nas unidades de PSF: postos com poucas equipes, poucas fichas distribuídas, funcionamento de PSF bem abaixo do mínimo previsto (apenas 5 unidades em funcionamento, sendo 15 o mínimo e 24 a meta), problemas de acessibilidade, sobretudo nos distritos mais distantes do Hospital e para os idosos, falta de especialistas. Por fim, falaram da falta de oportunidades de lazer, sobretudo para as mulheres, o que compromete a saúde integral.

A discussão seguiu com apresentação de **exemplos de boas práticas de profissionais e organizações**, como o trabalho com as rezadeiras em Lumiar e a Terapia Comunitária no Nordeste dentro da rede pública. Apontaram ainda outras possibi-

lidades, como ações de informação e orientação preventiva que poderiam ser promovidas pelos diversos cursos locais da área de saúde e um investimento maior nos ambientes dos espaços públicos, bem como soluções alternativas e sustentáveis como os biodigestores, por exemplo.

A maioria questionou os resultados dos indicadores da Cidadania Percebida, considerando que os altos índices de respostas positivas estavam orientadas à percepção do que o outro e não a pessoa mesma faz para garantia de direitos e mudança social. Também questionaram a metodologia da pesquisa realizada, pontuando que a aplicação dos questionários não alcançou as comunidades periféricas e foi necessário, então, efetuar a apresentação das áreas de aplicação dos questionários e dos critérios utilizados para escolhê-las.

Com relação à percepção sobre Participação e Saúde, os participantes ponderaram que as pessoas comuns quando são questionadas sobre o direito à saúde têm em mente o foco nos atendimentos de urgência (postos, hospitais e UPA) e não no Sistema de Saúde como um todo. Além disso, consideraram que a comparação com os retratos dramáticos de outros centros e capitais apresentados pela grande mídia, sobretudo pela TV, pode impactar na percepção que as pessoas têm sobre o Sistema de Saúde do município, minimizando as lacunas e fragilidades locais.

Ainda sobre a questão sobre a Participação e melhoria das condições de vida da população, todos concordaram que **por meio da participação é possível operar mudanças**, mas identificaram diversos obstáculos para alcançarem resultados positivos a partir da participação, especialmente a falta de vontade política dos gestores. Apresentaram-se, no entanto, estratégias que estão disponíveis a todos para aumentar a participação, como a atuação nos Conselhos (e conseqüente relação com as bases de apoio), o contato direto das organizações com a população, levando informação, esperança e uma gama de oportunidades de formação para a cidadania oferecidas pela escola. O grupo dos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra apresentaram casos bem-sucedidos, onde houve resultados na área de saúde como frutos da participação, com destaque para o trabalho de valorização da medicina popular, no trabalho com rezadeiras e benzedeiras, ervas e tinturas. Outros afirmaram que a maioria da população cobra mas não participa, observando que há pouca consciência cidadã, denunciando ainda a falta de efetividade e apoio do Ministério Público, a quem costumam recorrer em casos extremos.

Na discussão sobre o indicador Garantia de Atenção Básica, que apresenta o percentual de cadastrados nos Programas de Atenção Básica do município, os participantes consideraram que faltou **especificar melhor a questão de mapeamento do indicador**, uma vez que o Programa de Atenção Básica prevê oito estratégias no total, sendo que cinco funcionam precariamente. O DATASUS (fonte de dados para construção do indicador) apresenta informações sobre os cadastrados no Programa de Estratégia da Saúde da Família. Para eles, essa falta de especificação prejudica a análise dos resultados.

Por fim, apresentaram também **propostas para a mudança e melhoria do Sistema de Saúde**, com destaque para a Educação (ambiental e formal, baseada em princípios), sobretudo dos profissionais e dos gestores. Falaram também da importância de se criar um sistema de monitoramento permanente da saúde dos cidadãos, que o acompanhe desde as primeiras consultas com o objetivo de melhorar a relação entre médicos e pacientes e pontuaram a necessidade de continuidade do Programa de Saúde Preventiva.

DESTAQUES DA MESA

1. Participação e Mudança Social
2. Garantia de Atenção Básica
3. Questionamento dos indicadores de Cidadania Percebida
4. Ponderação sobre dados de Garantia à Atenção Básica
5. Propostas para melhoria do Sistema de Saúde

REGISTRO MESA 3 NAS TOALHAS DE PAPEL

- “Saúde preventiva – Economicamente mais viável. Sabedoria popular emergencial.”
- “Integração com recursos ambientais como água, solo, ar.”
- “Os índices de satisfação/participação com a Saúde estão abaixo dos índices de Meio Ambiente e Educação.”
- “Saúde: ambientes – espaços públicos e privados saudáveis.”
- “Lazer”
- “Espaços comunitários de promoção da saúde. Sem médico = remédio. Com profissionais (que até podem ter formação em medicina) que atuem com a visão de saúde integral, não medicalizada.”
- “Vários saberes são bem-vindos, inclusive o conhecimento tradicional das ervas e dos toques terapêuticos.”
- “Terapia”

QUESTÕES GERADORAS

- Como podemos inserir o Incid em nossas práticas?
- Como as nossas práticas podem potencializar o Incid?

RESUMO DA MESA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Nas três rodadas da Mesa 4, foram apresentadas as ferramentas do INCID com destaque às informações do Boletim do INCID e anúncio da matéria na semana seguinte sobre a realização da Roda em Nova Friburgo. No decorrer da exposição foi possível apresentar o banco de dados, indicando os pontos de cadastro de espaços e ações da cidadania ativa. Destacou-se que o Banco de Dados retrata melhor o município a partir da apropriação pela população. Destacou-se também que o site do Incid contém os Mapas de cidadania, que permitem ter acesso ao georreferenciamento dos indicadores produzidos. Além disso, pontuou-se que essa ferramenta permite que os dados possam ser comparados entre os 14 municípios, contudo, os dados de um município como um todo camuflam as desigualdades. A ideia é entender o município a partir de sua divisão geográfica e a ferramenta INCID permite aproximar os dados da realidade local.

QUESTÕES GERADORAS

- Como podemos inserir o Incid em nossas práticas?
- Como as nossas práticas podem potencializar o Incid?

RESUMO DA PLENÁRIA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

A inserção do Incid nas práticas das instituições participantes bem como a potencialização do Incid pelas instituições foi entendido como um processo imbricado, que não se separa: uma prática está associada à outra e a potencialização do Incid é ao mesmo tempo consequência e ação: “O projeto do INCID esta trazendo uma fotografia mais real e verdadeira, sem as máscaras que o tempo todo quer nos fazer acreditar. É um grande aliado para desenvolver o trabalho que realizamos em Lumiar. É também um complemento. O INCID trazendo seu trabalho e a gente fortalecendo, isso vai se expandindo como uma grande rede que só tem a crescer e não tem como se retrair.”

Foi unânime entre os participantes o **reconhecimento da importância da ferramenta Incid**. Para eles, o Incid promove a participação cidadã, a interatividade, a prática democrática que possibilita trocas e o fortalecimento da união e maior poder de cobrança. Conforme observaram, o Incid permite aprofundar o conceito de cidadania, porque permite o reconhecimento dos direitos da cidadania e do cidadão como portador de direito e cidadania. Uma das participantes considerou: O INCID colocado em prática promove a participação cidadã, interatividade e forma o desejo de uma prática democrática onde os conselhos começam a buscar as organizações e fazer esse feedback. Essa organização pode levar alguns componentes para os conselhos pois tem suas bases nos conselhos. (...) O que o INCID quer? O que trás em nossa prática? A consciência cidadã se aflorar mais. Estou levando um punhado de pensamentos, ideias e acho que podemos plantar algumas sementes”.

A valorização da contribuição do sistema Incid para as instituições não impediu o **questionamento dos dados apresentados**, principalmente os índices com base em pesquisas realizadas pelos órgãos oficiais, como o IBGE e o DATASUS. Entretanto, os índices apresentados pela pesquisa de percepção também foram muito questionados pelos participantes: “Quanto ao método das pesquisas, pelo menos das pesquisas apresentadas, discordo do método pois ele não expressa a realidade. Essa forma apresentada pelos índices de nova Friburgo, o modelo de pergunta, e se concordar com a maioria da população, é capaz de modificar esses indicadores. O método deve ser modificado, porque esse modelo esta pecando como o IBGE, onde todos nós refletimos nesse sentido. E como a proposta é ser participativa, que é o diferencial, é fundamental que tenhamos atenção para compreender nossa situação nesta cidade”. Diante dos questionamentos, os participantes sugeriram a necessidade de se pensar em formas de aprimorar os indicadores.

De todo modo, houve reconhecimento da sistematização das informações para a atuação dos coletivos presentes: “Para nós, o INCID ainda trás dúvidas, pois é importante ver e questionar para ir ao poder público com mais embasamento. Ampliar a força política das comunidades para poderem pontuar o que realmente é importante”.

Os participantes se propuseram a buscar **modificações de sua atuação com base no uso do sistema**, pois observou-se que através das informações apresentadas no sistema de indicadores há a oportunidade de organizar as ações e adquirir uma maior consciência do que se fazer para melhoria das condições de vida no município: “Quanto mais disponibilizadas as informações, recursos, para quem está atuando na vida social, isso é de grande valia para gente. Como há no destaque no mapa de Friburgo, ele não é algo que só nos oferece números, os navegadores dependem das estrelas e o Incid permite olhar para o redor, e apenas atuar com os sinais, tornando possível lugares melhores. É preciso transitar na importância dos indicadores, como um dos sinais. É preciso saber sobre eles, conviver com eles. Essa experiência me trás isso não só pro momento, mas para aquilo que pode fazer diferença na nossa prática enquanto cidade, nossa existência e esse se organizar em sociedade. Para gente então, vou ao Incid e cadastro a entidade que faço parte, tomo conhecimento do que o outro faz e isso me faz lembrar em uma palavra, o título de um livro: Ostra feliz não faz pérola. De Rubem Alves. E ele diz que a ostra só faz grão quando então ela é desafiada, assim como nossa sociedade, onde podemos fazer e criar possibilidades de fazer diferente.”

DESTAQUES DA MESA

1. A inserção do Incid nas práticas das organizações e o fortalecimento do INCID
2. Aprimoramento dos Indicadores
3. Atuação social com uso do Sistema Incid



RODA DE DIÁLOGO EM TERESÓPOLIS

INSTITUIÇÕES E PARTICIPANTES

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES (26)
PARTICIPAÇÃO SOCIAL Grupos comunitários	Federação das Associações de Moradores de Teresópolis
EDUCAÇÃO Coletivos de entidades	Conselho Municipal de Educação
SEGURANÇA ALIMENTAR Trabalhadores rurais/Pequenos produtores	Associação Agroecológica de Teresópolis
	Associação de produtores orgânicos de Vargem Grande
EDUCAÇÃO Instituições de ensino	FESO – Fundação Educacional Serra dos Órgãos
ASSISTÊNCIA SOCIAL Associações	Associação Síndrome de Down
ASSISTÊNCIA SOCIAL ONG/OSCIP/OS	Lar Tia Anastácia
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Associação de Moradores Vale da Revolta
SOCIOAMBIENTAL Poder público	Mosaico Fluminense
SOCIOAMBIENTAL Coletivos de entidades	Secretaria Municipal de Meio Ambiente

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES (26)
SOCIOAMBIENTAL Grupos socioambientais	Movimento Cultura Verde
	Padrão Águias
	Associação do Patrimônio Natural
LGBT Grupos identitários	Diversidade LGBT
ASSISTÊNCIA SOCIAL ONG/OSCIP/OS	Amor-Exigente Fio Triplo
ASSISTÊNCIA SOCIAL Grupos comunitários	Kairós
DESENVOLVIMENTO LOCAL Associações	Associação Comercial Industrial e Agrícola de Teresópolis - ACIAT
ASSISTÊNCIA SOCIAL Coletivo de entidades	Conselho Municipal Antidrogas de Teresópolis
	Conselho Municipal Anti Drogas de Teresópolis
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos Comunitários	Associação de Moradores da Vila Santo Antônio
DESENVOLVIMENTO LOCAL Associações	Associação das Vítimas das Chuvas de 12 de janeiro de Teresópolis
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Associação de Amigos e Moradores da Granja Guarani
	Associação de Moradores da Várzea - AMOVARZEA
	Amigos Associados de Corumbaíba
DESENVOLVIMENTO LOCAL ONG/OSCIP/OS	Diálogo – Por novas relações sociais
EDUCAÇÃO ONG/OSCIP/OS	Instituto Saber

RESUMO DOS PONTOS MAIS SIGNIFICATIVOS NA DISCUSSÃO DOS INDICADORES, SEGUNDO RELATORIA DAS MESAS

INDICADOR CENTRAL

- Situação do acesso à água

QUESTÃO GERADORA

- Temos a informação de que 16% dos domicílios tem acesso inadequado à água. Confirmam este dado? Onde estariam localizados estes territórios com acesso inadequado a água?

RESUMO DA MESA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

A partir dos dados apresentados, considerou-se que a **precariedade do serviço de abastecimento de água** no município de Teresópolis obriga muitos moradores a buscarem fontes de abastecimento alternativas, como poços e nascentes. Entretanto, os participantes citaram que a qualidade dessa água é duvidosa e que se preocupam com a possibilidade de haver contaminação, principalmente na área rural, por agrotóxicos. Muitas críticas foram feitas a atuação da Companhia Estadual de Água e Esgoto – CEDAE, principalmente, que esta não chega na área rural. A escassez do abastecimento de água no campo prejudica agricultores a terem acesso ao Pronaf, conforme alguns observaram.

Em outros locais, o acesso à água é comercializado por particulares: um dos participantes relatou que “um dos bairros tem 100% das moradias abastecidas pela água que é coletada através de borrachas que captam a água da Serra dos Cavalos. Quando pega fogo na mata, as pessoas ficam sem água, pois as borrachas são queimadas. Mesmo quem tem acesso à água da CEDAE utiliza esse sistema”. **A apropriação das fontes de água por particulares** (indivíduos e empresas, como por exemplo, cervejarias) é apontada com fator de preocupação pelos participantes.

A qualidade da água fornecida e o acesso a fontes de água limpa também foi questionado pelos participantes. Para eles, a água oferecida pela CEDAE não passa por um controle de qualidade adequado e idôneo: “a CEDAE não faz o controle do nível de agrotóxico que é jogado na água. Os dados apresentados não retratam a realidade, pois é a própria concessionária quem faz a fiscalização da qualidade da água”. A percepção das pessoas em relação a água que consomem cotidianamente também foi questionada: “as pessoas acham que somente ter um filtro em casa resolve o problema do acesso à água tratada”. Para os participantes, deveria haver um maior controle da qualidade da água fornecida e questionamento ao poder público sobre isso. Um dos participantes citou que há ações da sociedade civil organizada para recuperação de áreas de nascentes com controle e acompanhamento da qualidade da água, como por exemplo, no Parque Boa União e no Brejal. No entanto, consideraram que é preciso também que a sociedade civil passe a acompanhar de modo mais próximo todo o trabalho da CEDAE cobrando melhor qualidade dos serviços e análise da qualidade da água mensalmente ao Comdema.

Com relação aos dados apresentados, alguns dos **dados foram muito questionados pelos participantes**. Para eles, a classificação do IBGE que caracteriza o “acesso inadequado à água” não dá conta da complexidade de situações vivenciada no município e que na realidade o índice atual é muito maior que o apresentado: “Acho que esse dado é pior na realidade. Na área rural de Teresópolis, há somente uma base da CEDAE que atende apenas o centro de Bonsucesso e 15% da população de Vargem Grande. A maioria das pessoas pega água na borracha”. Já com relação aos dados da pesquisa de percepção do direito à água limpa realizada pelo Incid, os participantes ponderaram que as pessoas levam em consideração o abastecimento de água por diferentes fontes, especialmente vindas de nascentes e poços, mas que elas não avaliam criticamente a situação da água que consomem. Por isso, o índice de pessoas que considera ter acesso à água limpa é tão elevado no município (89%).

Diante disso, pontuaram algumas **sugestões para aprimoramento dos indicadores**: conceituar melhor o que é “acesso inadequado” à água para o Incid; e definir o olhar do Incid para questões mais ligadas à área rural. Ainda no bojo das discussões para aprimorar o sistema Incid, consideraram interessante a criação de indicadores sobre habitação e cultura.

Ainda nessa Mesa, os participantes acharam importante pontuar que o saneamento se encontra na mesma situação de **precariedade dos serviços públicos prestados à população**. Muitos domicílios utilizam o sistema de sumidouro e fossa, mas sem nenhum tratamento, causando sérios problemas de saúde para as pessoas e contaminando as águas. Ressaltaram a necessidade da elaboração de um Plano Municipal de Saneamento Básico, que, conforme observou um dos participantes, não é feito por questões políticas.

De um modo geral, os participantes avaliaram que **as tomadas de decisão do poder público vão de encontro ao que desejam para o município**. Há pouco investimento no interior e as estratégias apresentadas pela sociedade civil organizada para tratamento da água e para saneamento não são levadas em consideração pelo poder público: “o projeto dos “biossistemas integrados”, apesar de ser de baixo custo e sustentável e ser uma solução mais rápida e barata para a sociedade, vem sendo boicotado pelo poder público”.

A Mesa também foi um espaço para se refletir sobre **a situação do município após a tragédia das chuvas de 2011**. A tragédia deixou marcas difíceis de serem apagadas, segundo depoimentos dos participantes, mas também contribuiu para a população perceber que a natureza mostrou novos caminhos, um novo olhar e uma nova reflexão sobre o conceito de habitação, a gestão do risco, do uso e ocupação do solo. A tragédia também impactou a identidade dos moradores/as, em especial, os mais jovens e causou grandes mudanças no meio rural, onde lavouras foram perdidas e tiveram que ser rapidamente retomadas. Para tanto, o/as lavradores/as passaram a utilizar mais agrotóxicos nas plantações.

DESTAQUES DA MESA

1. Situação do acesso à água
2. Qualidade da Água
3. Discordância dos índices apresentados
4. Falta de Saneamento
5. Divergências na condução das políticas públicas
6. Reflexos da Tragédia de 2011

INDICADOR CENTRAL

- Percepção sobre direito à educação

QUESTÕES GERADORAS

- Dado que 60% da população afirma, no indicador de cidadania percebida, que a qualidade de educação não atende adequadamente nem a si nem as suas famílias, que reflexões fazemos sobre os seguintes indicadores: IDEB, qualificação dos professores, evasão dos adolescentes?

INDICADORES E MATERIAIS COMPLEMENTARES

- Situação da permanência de jovens na escola
- Garantia de investimento na educação

RESUMO DA MESA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Foi apontado pelos participantes que **o modelo de escola e a metodologia de ensino estão distantes da realidade dos alunos**. Reconheceu-se a necessidade urgente de maior qualificação e formação continuada para os professores/as, como um critério fundamental para a melhoria do ensino. Considerou-se também que é preciso um novo pensar sobre a Educação, “a escola tem que falar além de seus muros, interagir com a sociedade, ter integralidade. A Educação deve incorporar a dimensão ambiental e planetária às suas práticas”.

Também observou-se que o espaço físico e a adequação e bem-estar na sala de aula tem que ser repensado: “as obras atualmente pioraram, retiram as telhas naturais e colocam telhas de amianto, a arquitetura piorou, enjaulam os alunos”. Do mesmo modo, questionaram a uniformização do modelo de escola que desconsidera as particularidades locais e que não reconhece as diferenças: “É preciso ter educação no campo. Escola voltada para seu público específico. O modelo vigente não representa a realidade do campo: não fala de solo, de água para alunos rurais”. A tônica dos comentários destacou que a escola e a educação perderam sentido e significado para os alunos e que é preciso uma reformulação geral para tornar a educação formal novamente uma experiência significativa.

Os participantes consideraram ainda que a saída do jovem da escola está diretamente relacionada com a busca de trabalho, contudo, existe uma enorme lacuna na oferta de trabalho qualificado no município. Chamou atenção a **ausência de dados e políticas voltadas para os alunos com deficiência**. Estes continuam invisíveis, até para o Incid. Muitos participantes apontaram a ausência de políticas públicas voltadas para este público, inclusive, a necessidade de capacitação de professores para trabalhar com esta realidade: “Não se oferece mediadores, qualificação para esse universo. Falta estrutura, qualidade ao atendimento destinado a este público”.

Outros pontos destacados pelos participantes foram a **inexistência de creches públicas** nos distritos e a **descontinuidade de projetos** que apresentaram resultados positivos ou que visam ampliar a oferta de educação básica para jovens e adultos, como o EJA.

Alguns dos índices apresentados foram questionados, como o analfabetismo no campo e a evasão e defasagem escolar. De um lado, considerou-se que o índice de analfabetismo entre adultos, da área rural, homens e mulheres, é bastante alto; de outro, observou-se que a evasão escolar pode ser observada entre alunos mais jovens do que o recorte estabelecido para construção do indicador, que foi entre 15 e 17 anos. De acordo com os participantes, deveria se olhar para a situação de permanência na escola também entre os 12 e 14 anos.

Além disso, observaram que os dados do IBGE trazem apenas informações sobre o número de alunos que estão fora da escola, mas não ajudam muito a pensar os motivos do abandono e as práticas já institucionalizadas na rede de ensino que empurram alunos para fora da escola: “Trago a questão da defasagem e da evasão escolar. Temos um aluno que este ano já passou por oito escolas. Fizemos reuniões com o MP, com o Juizado de Infância (Vara de Família) e com a Secretaria de Educação. A criança com indisciplina não pode ser transferida, como acontece atualmente”. Precisamos do serviço social e psicólogos dentro da escola!”.

Por fim, os participantes consideraram a importância das ações de divulgação do Incid após o encontro, demonstrando **interesse e desejo em divulgar o projeto e o Banco de Dados**. Foram apresentadas reflexões sobre o uso do Incid como sendo precursor de outras discussões a serem desdobradas a partir dos espaços dos Conselhos. Destacou-se também a importância do aprendizado a partir da experiência de discussão dos indicadores: “O Incid me trouxe um novo aprendizado. Quando vejo um indicador, seja ele de percepção ou dado oficial, já no Incid, conseguimos juntar tudo. Em que outro fórum podemos entrar para contestá-los? Como fazer desta prática (do Incid) a nossa prática para ser o estopim de outras discussões, reflexões? Achei interessante no Incid que podemos desvincular cada um dos índices e olhar separadamente para cada um.”.

DESTAQUES DA MESA

1. Percepção sobre direito à educação
2. Discordância dos índices apresentados
3. O Incid em nossas práticas e a importância de se fortalecer o Incid

REGISTROS DA MESA 2 NAS TOALHAS DE PAPEL

- “A partir dos 15 anos os jovens vão para o mercado de trabalho, para suprir renda familiar. Verdade ou não?”
- “Escola é boa? Professores são qualificados, mas são atualizados, capacitados, buscam metodologias que atendam a sua clientela? E a falta de recursos dos órgãos públicos?”
- “Expectativas dos jovens com o mercado de trabalho”
- “Cumprimento do ECA –Justiça; motivação para maior participação nas aulas; qualidade do profissional; confusões entre o papel da escola e da família; incentivo aos professores; prevenção ao uso de drogas nas escolas; desinteresse do poder público”

- “As escolas tem que ter Assistente Social e Psicólogos, urgente!”
- “Indicadores dos POR QUÊS da incidência dos jovens fora da escola; teia de atuação destes jovens: seus trabalhos, outras atividades...”
- “Ter na grade curricular da educação A PREVENÇÃO AS DROGAS; cursos de capacitação com os gestores e equipe técnica sobre a questão das “drogas continuadas”;
- “Inserção do Serviço social na Educação – esse Projeto tramita no congresso nacional”
- “Reforma no atual modelo de educação”; “Educação para uma cidadania planetária”; “Modificar o espaço”
- “Horário integral”; Paulo Freire já nas escolas!
- “Educação para cidadania ativa com aulas práticas nas praças”

INDICADOR CENTRAL

- Situação do Direito à Saúde

QUESTÕES GERADORAS

- Temos na Mesa indicadores produzidos em 2010 e os indicadores produzidos a partir da pesquisa realizada pelo INCID em 2012. Que reflexões estes dados podem provocar? Há diferenças no atendimento a saúde antes e depois do desastre? Há diferenças no atendimento entre distritos?

INDICADORES E MATERIAIS COMPLEMENTARES

- Garantia de Atenção Básica
- Percepção sobre Direito à Saúde

RESUMO DA MESA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Os participantes denunciaram o **agravamento da situação da saúde no município** após a tragédia das chuvas de 2011. Destacaram também a realização de “obras eleitoreiras”, que foram abandonadas após o pleito de 2012, mantendo a situação de risco: “Na tragédia de 2011 uma encosta atingiu metade do posto de Granja Florestal. Consertaram “politicamente”, visando resultados eleitoreiros. O Posto permanece em área de risco e após as eleições, recolheram todas as manilhas da obra”.

Colocou-se em evidência o quanto há **sobrecarga da Unidade de Pronto Atendimento (UPA)**, que precisa atender às demandas de Guapimirim e de São José, e, sobretudo, apresentaram os dramas de diversas comunidades, que não são atendidas no que diz respeito à atenção básica. Vários bairros descobertos, exigindo dos moradores grandes esforços e investimentos para o deslocamento até a UPA, que permanece como única opção. Enfatizaram a **diferença de atendimento de saúde entre bairros e distritos**. Os bairros que possuem atendimento encontram dificuldades, pois faltam especialistas e o acesso é complicado por conta de dificuldades com o transporte público. Além disso, observaram que a demora e a burocracia são outros dois fatores que prejudicam muito a qualidade dos atendimentos. Houve consenso que **a área rural é a que menos tem garantia de atendimento básico em saúde**: “A maior área de Teresópolis é rural e está descoberta pelos serviços de saúde. Uma pequena área está coberta, mas o atendimento é precário”.

Os participantes apresentaram um cenário da saúde no município, listando os bairros que possuem atendimento (ainda que precário) e aqueles que consideram totalmente desprovidos desse serviço. Os locais citados como descobertos total ou parcialmente de garantia de atenção básica foram o Vale da Revolta, onde parte da população tem que buscar atendimento fora: “só 26,33% do bairro está coberto pelo atendimento básico”. São Pedro e Vila Guarani também foram mencionados. “As comunidades de Mottas, Bonsucesso e Vargem Grande possuem equipes PSF, embora insuficientes. Já os bairros de Água Quente, Imbiu, Sebastiana, Vale Alpino (Córrego

Sujo), Fazenda Alpino, Mottas, Santa Rita, Holliday, Poço dos Peixes, Córrego das Pedras, Três Córregos, Caleme e Campo Grande não possuem atendimento. Nessas comunidades, as pessoas dependem dos vizinhos e caronas para chegarem a UPA, pois o transporte público é muito precário”.

Apontaram diversos índices no histórico da atenção básica dos últimos anos, mostrando que **as médias dos dados oficiais não revelam o cenário real**, sobretudo, porque não consideram as particularidades dos bairros, nem mesmo o crescimento populacional. Destacaram que o investimento e o planejamento do número de agentes e unidades de saúde não acompanhou o crescimento da população: “Em 2007, celebraram na Conferência Municipal de Saúde, pois Teresópolis se destacou-se positivamente no relatório de Saúde. Posteriormente, apenas 1 óbito (de Guapimirim) em 2012. Contudo, isso não é real! Estes dados (Garantia de Atenção Básica) se mantêm desde 2005, quando havia 142 mil habitantes. Cinco PSF nessa época com 33% de cobertura até 2006, quando passaram para doze unidades. Nas Conferências Municipais de 2003 e de 2005 esses índices já foram denunciados, informamos que estavam errados. Hoje possuem 163 mil habitantes. Em 2010, chegaram quatorze unidades físicas e dezesseis equipes. Em 2011, mais três. Mas nenhum morador é atendido no âmbito da atenção básica. Só há atendimento na UPA, que atende também a Guapimirim e São José”.

Considerou-se ainda que o poder público não dispõe de profissionais qualificados para a elaboração de projetos técnicos e consequente acesso aos recursos federais. Com relação à **percepção sobre o direito à saúde**, um dos participantes afirmou que os índices são melhores do que os apresentados e que atualmente há novos elementos, como atendimento pré-natal, que compõem dados para aferir a garantia de atenção básica. Entretanto, a maioria dos participantes considerou que a situação é mais complexa e o que vivenciam é a precariedade dos serviços de saúde pública e não garantia do direito à saúde.

Observaram também o interesse na **elaboração de novos indicadores** que revelem os investimentos no tratamento da dependência química, que consideram agravar o cenário da saúde no município pela falta de atendimento público especializado: “CAPSI/AD é uma necessidade, uma reivindicação local importante, pois possui oferece atendimento ambulatorial. As drogas entram facilmente na cidade. Não têm casa de recuperação para adolescentes e jovens, somente pagas. Tem que sair para o Rio e as famílias acabam não permitindo”. Como sugestões indicam a reativação do HCT e a criação de CAPSI/AD. Reivindicaram o aumento do número de PSF’s para consequente redução do número de atendimentos por agente de saúde, bem como a regularização e apoio aos profissionais e projetos que atuam na área de saúde voluntariamente.

Por fim, consideraram necessário o maior **monitoramento das políticas públicas** para verificar se as demandas da população são incluídas no PPA do governo: “Tem que haver mais participação de todos e a prevenção tem que ser incluída como política no Sistema de Saúde”.

DESTAQUES DA MESA

1. Diferenças no atendimento em saúde antes e depois do desastre
2. Garantia de Atenção Básica
3. Diferenças no atendimento entre distritos
4. Percepção sobre Direito à Saúde
5. Questionamento de dados apresentados
6. Participação para garantia do direito à saúde

REGISTROS DA MESA 3 NAS TOALHAS DE PAPEL

- “Sobrecarga da UPA. População mais abandonada de Teresópolis: Vale da Revolta, Correia, Pimentel.”
- “Um olhar diferente para crianças e adolescentes na prevenção às drogas lícitas e ilícitas. Atendimento básico na prevenção às drogas. Criação de CAPSI/AD. Criação de Casas de Recuperação para drogados. Gratuito.”
- “Só UPA não dá! Melhorias urgentes no atendimento dos PSFs.”
- “São Pedro abandonada na área da Saúde”
- “Aumentar o número de PSF’s e reduzir o número de pessoas por agentes de saúde.”
- “Após a tragédia de 2011, em que o Posto de Saúde foi bem atingido, houve melhoria somente na política, ou seja, voltado para a eleição passada, mas continua em área de risco. Triste e grave.”
- “Acompanhar a elaboração e a audiência pública da PPA do governo e fazermos as nossas demandas serem incluídas.”
- “Grande área rural descoberta. Pequena área atendida precariamente.” (desenho)
- “Incentivo para estudo na área de saúde”
- “Internação compulsória?”
- “Uma UPA é muito pouco. Não atende. Indignidade.”
- “Prevenção Drogas. Dependência química (doença). Falta especialista. Dificuldade de marcação. Má vontade no atendimento.”
- “Atenção maior às especializações”
- “Não têm atendimento: Água Quente, Imbiu, Sebastiana, Vale Alpino (Córrego Sujo), Fazenda Alpino, Mottas, Santa Rita, Holliday, Poço dos Peixes, Córrego das Pedras, Três Córregos, Caleme e Campo Grande.”

QUESTÕES GERADORAS

- Como podemos inserir o Incid em nossas práticas?
- Como as nossas práticas podem potencializar o Incid?

RESUMO DA MESA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Destacou-se que esta mesa tem por objetivo apresentar as ferramentas em construção do INCID e que, portanto, críticas e sugestões seriam bem-vindas. Apresentou-se: o Boletim, com notícias atualizadas em relação às cidades e atividades do INCID; as publicações que podem ser baixadas e o Bancos de dados.

Ganhou destaque durante a mesa questões relativas à utilização das ferramentas e, sobretudo, ao cadastramento das ações e espaços de cidadania ativa no Banco de Dados. Os participantes aproveitaram para tirar dúvidas para realização do cadastramento, atualização das informações e perspectivas de utilização das informações cadastradas no Banco de Dados assim como indagaram sobre a sustentabilidade do projeto: “O próprio IBASE vai manter estes indicadores, este sistema por quanto tempo?”

DESTAQUES DA MESA

1. Dúvidas quanto à utilização da ferramenta INCID

QUESTÕES GERADORAS

- Como podemos inserir o Incid em nossas práticas?
- Como as nossas práticas podem fortalecer o Incid?

RESUMO DA PLENÁRIA COM DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Foram muitas as falas dos participantes referentes a **importância da ferramenta INCID**, como cada um vai utilizar e como vão fortalecer o INCID através da prática cotidiana de cada organização ou movimento: “Para apresentar projetos temos que apresentar estatísticas com dados fidedignos. O Incid vai contribuir muito na elaboração de projetos e proposição de políticas públicas”.

Essa apropriação pelos participantes foi importante, inclusive, para o entendimento que o caminho a percorrer é uma mão dupla, a ferramenta tem que ser enraizada, utilizada, atualizada e servir como instrumento de mudança, transformação: “Como podemos inserir o INCID em nossas práticas: pensando o INCID como rede mesmo, com partilha de informações, pensar nas conexões a partir do banco de dados do INCID, a região serrana se agrupando por interesse através dos indicadores e utilizando o banco de dados”.

Destacaram a importância do **acesso à informação qualificada**, do maior conhecimento sobre a situação dos direitos no município e reconheceram que a partir desta ferramenta poderão construir e fortalecer espaços de participação, como os Conselhos, incidindo sobre políticas públicas e seu monitoramento, bem como, propiciando avanços significativos no campo dos direitos: “Temos um grande diagnóstico. O que fazer com o diagnóstico? A primeira coisa que se percebe é que a gente não se conhece: Teresópolis não conhece Teresópolis. O Incid traz informação inclusive sobre como a sociedade de Teresópolis percebe a cidade. Outra coisa é se esta informação ficar entre nós não vai adiantar nada. Temos por obrigação incentivar o INCID e motivar que as pessoas entrem no site do INCID para conhecer esta ferramenta. Precisamos pensar em nossos diferentes espaços e incentivar formas de trabalhar com os dados do INCID, segundo o olhar e a forma de trabalho de cada um. Os espaços de controle social da cidade são nossos, temos que tomar conta destes espaços, mas tomar conta destes espaços de forma qualificada. Se promovermos a discussão destes indicadores nos espaços que atuamos, os Conselhos terão ter fundamentos para realizar o que já está previsto. É um compromisso que cada um de nós tem de fazer este trabalho o tempo todo”.

Consideraram, no entanto, a importância de construir indicadores que revelem um retrato mais específico de dentro dos municípios: “Achei muito interessante o Incid porque tento há muitos anos falar sobre a cidadania. Mas as pessoas acordam, vão trabalhar, voltam para casa, e esquecem de falar sobre cidadania. Uma coisa é o Incidão, como as críticas que podemos fazer ao IBGE. Mas queremos construir o específico, para pautar nossos direitos. Faltou a cultura, não como atividade artística, mas como forma de fincar a bandeira, a ser cultivada, como por agricultores”.

Alguns participantes consideraram que o projeto também poderia contribuir com informações que mostram o **passo a passo da participação para garantia dos direitos**: “É importante os indicadores apontarem como a situação está, mas também apontar o caminho das pedras, os passos mais iniciais do que pode ser feito para res-

ponder ao problema apontado pelo indicador. Utilizando a cidadania garantida para informar que existe uma política que garante o direito. Como um plano de habitação popular que pode ser exigido, por exemplo. E se existe o plano, mas ele não foi executado. Como tirar o plano do papel, que passos podem ser tomados”.

A partir das discussões do grupo pode-se perceber que **o coletivo se mostrou propício a assumir uma dinâmica de gestão e utilização do INCID** no território para garantia dos direitos: “Tem o instrumento INCID e as pessoas que possam fazer funcionar. O que pode mediar isso é utilizar o instrumento. Se não for utilizado mata-mos o instrumento. Na construção das Conferências, por exemplo, tenho ferramentas para construir um texto base a partir do INCID. E, a partir da Conferência, construir a política. Hoje tive um contato mais direto com a metodologia, vejo o mérito de trazer para questão prática a questão do direito. É importante se sustentar nisso, na questão do direito. Na metodologia e o uso das palavras chaves como garantida, percebida e a ação, o INCID traz um olhar diferenciado para a cidadania.”

DESTAQUES DA MESA

1. O Incid em nossas práticas e como nossas práticas podem fortalecer o Incid
2. Incid e a garantia de direitos



RODA DE DIÁLOGO EM NITERÓI

INSTITUIÇÕES E PARTICIPANTES

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES (21)
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Centro de Melhoramento do Morro do Bumba e Bairro Viçoso Jardim
	Associação de Moradores Centro Pró Melhoramento Vila Ipiranga
	Associação de Moradores do Morro do Ingá
	Associação de Moradores de Tenente Jardim
	Associação de Moradores de Maria Paula
	Associação de Moradores do Maravista
	Associação de Moradores da Beira da Lagoa - AMORBELA
	Associação de Moradores de Martins Torres
	Federação das Associações de Moradores de Niterói – FAMNIT
	Associação de Moradores e Amigos do Cantagalo/Parque da Colina
	Associação de Moradores do Badú
Centro Pró Melhoramento do Viradouro	

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES (21)
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Associação de Moradores Albino Pereira – AMALP
	Associação de Moradores da Grotta
	Associação de Moradores Pró Melhoramento Bairro Engenhoca
	Associação de Moradores da Lagoinha
	Associação de Moradores do Marítimos
	Associação de Moradores da Teixeira de Freitas
	Centro Pró Melhoramento do Capim Melado
	Associação de Moradores de Jurujuba
	Associação de Moradores de Belarmino

RESUMO DOS PONTOS MAIS SIGNIFICATIVOS NA DISCUSSÃO DOS INDICADORES, SEGUNDO RELATORIA DAS MESAS

INDICADORES CENTRAIS

- Taxa de roubo de ruas por 10.000 habitantes;
- Taxa de homicídios contra homens brancos e pretos e pardos com mais de 15 anos de idade;
- Situação da desigualdade racial no acesso à vida segura.

QUESTÕES GERADORAS

- Os dados do Instituto de Segurança Pública sinalizam que a violência em Niterói diminuiu de 2009 para 2010. Por outro lado, os dados do Data SUS revelam que negros e pardos são a parcela da população que sofrem mais assassinatos. Você se sente mais seguro em Niterói?
- Como vocês avaliam o fato da população negra sofrer mais violência?

RESUMO MESA 1 COM OS DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Foi unânime a observação dos representantes das Associações de Moradores de várias localidades de Niterói que a **violência aumentou na região** e em São Gonçalo por conta da política de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro. Por isso, não concordam com os dados apresentados que mostram relativa diminuição da taxa de roubos de rua para cada 10 mil habitantes (de 70,5, em 2006, para 69, em 2010⁷). Conforme observaram, as facções do tráfico do Rio de Janeiro são as mesmas existentes em Niterói e a expulsão de traficantes de uma região ocasiona a migração para outra. No caso, os participantes pontuaram que aumentou o número de conflitos nas comunidades pela liderança no tráfico e, como consequência, aumentou o número de conflitos dos traficantes com a polícia, que coloca em risco os moradores/as. Também perceberam aumento dos assaltos, e de casos de estupros e de violência contra a mulher nos últimos anos. Consideraram que esta violência está diretamente relacionado a chegada de pessoas que não têm vínculos com a comunidade: “A criação de UPP’s no Rio só nos prejudicou. Ocupa lá e vem pra cá. Aqui em Niterói em uma disputa imensa. Fonseca, Barreto, Engenhoca, recentemente. Os traficantes de Nova Brasília invadem o Marítimos e o Marítimos invade Nova Brasília. Recentemente uma menina de 13 anos foi morta. Nós pagamos imposto. Se for fazer uma pesquisa séria vamos ver que a polícia é ineficaz. Ficamos a mercê. Aumentou o número de estupro e das violências contra as mulheres, porque nessas áreas onde a mulher esta tendo voz, os outros estão sendo agressivos”.

Também consideraram que aumentou o número de pessoas usuárias de substâncias ilícitas, especialmente, o craque e percebem que este é outro fator que interfere na segurança dos locais em que residem: “Não me sinto mais segura em Niterói. Hoje me sinto receosa, porque tem craque no bairro. Está infestado de “cracudos” e traficantes oriundos do Rio de Janeiro. Não ando mais a noite sozinha como eu andava a noite antigamente.”

7. Fonte Instituto de Segurança Pública (ISP) 2006 – 2010. Estes dados foram utilizados para construção do indicador Situação da Segurança na Rua.

Com relação às reflexões sobre a **Situação da desigualdade racial no acesso à vida segura**, os participantes consideraram que há diferença nos homicídios cometidos contra homens brancos e homens negros que é atravessado também pela desigualdade racial: os brancos morrem mais vítimas de assaltos; os negros são mortos em confrontos no tráfico de drogas. Um dos participantes chegou a sugerir que os dados apresentados não faziam sentido, pois o número de negros é maior que o de brancos, no entanto, outros participantes observaram que a taxa de homicídios reflete a história de discriminação racial e a falta de oportunidades (em especial, a educação) para a população negra e também migrantes nordestinos.

Por fim, os participantes consideraram que a **ação da polícia e a corrupção policial** são fatores que contribuem para o aumento da violência. A prática do “arrego” (pagamento para os policiais) para realização de bailes nas comunidades; a implantação de provas e acusações sem precedentes; o loteamento de locais para venda nas comunidades mostra que a polícia age de modo a violar os direitos de alguns cidadãos ao invés de assegurá-los.

De acordo com os participantes, a segurança pública é afetada também pela **ausência de políticas públicas** voltadas, em especial, para crianças e adolescentes que assegurem uma educação de qualidade, oferta de cursos profissionalizantes para os jovens e oportunidades sadias de lazer para todos: “Hoje falta estímulo para as crianças irem às escolas. Os pais estão trabalhando. As crianças ficam na rua e elas são um presente de mão beijada para o tráfico”.

Destacou-se também a necessidade de haver **maior participação para garantia dos direitos** e promover uma mudança nas condições de vida da população: “O direito é nosso, o povo mostrou que tem força. Todo mundo paga imposto e não vai pra luta. Não adianta fazer solicitações e não estar presente”.

DESTAQUES DA MESA

1. Aumento da violência no Município
2. Situação da desigualdade racial no acesso à vida segura
3. Violência e corrupção policial
4. Ausência de Políticas Públicas
5. Aumento da Participação

REGISTRO MESA 1 NAS TOALHAS DE PAPEL

- Foco: falta de oportunidade numa visão geral.
- Foco: falta de oportunidade numa visão geral (igual ao anterior).
- Não sente seguro em Niterói; No caso do negro, falta de oportunidades;
- Em relação à segurança com a invasão das comunidades por causa das UPPs.
- Cresceu muito a falta de segurança em Niterói;
- Não me sinto segura em Niterói (Martins Torres);
- Segurança para todos com verdade;
- UPP no Rio piorou a cidade de Niterói muita violência e assalto e até estupro temos que rever nossa segurança, pois assim não dá mais.

INDICADORES CENTRAIS

- Proporção de domicílios cuja forma de escoamento de esgoto é inadequada;
- Proporção de domicílios com abastecimento de água inadequado.

QUESTÕES GERADORAS

- Onde é despejado o esgoto de seu bairro?
- O abastecimento de água oficial é regular em seu bairro?
- Quais as soluções encontradas para os problemas relativos à água?

RESUMO MESA 2 COM OS DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Todos os presentes afirmaram que o **fornecimento de água em Niterói é precário** e, na maioria dos bairros, acontece três vezes por semana com horários marcados. Há, no entanto, localidades que costumam ficar de uma semana a quinze dias sem abastecimento de água, sendo que, nas comunidades, especialmente nas moradias localizadas na parte mais alta dos morros, o fornecimento de água é ainda mais irregular e demorado, podendo chegar a trinta dias sem abastecimento.

Há, pois, grande **desigualdade no abastecimento de água** entre os bairros formais e a favela: os maiores problemas se localizam nas favelas, principalmente, na parte alta dos morros onde geralmente, o abastecimento é feito através de bombas, pois a água não chega até a parte alta do morro: “No bairro formal cai água todos os dias, na favela, apenas três vezes na semana, por meio das bombas. Há localidades que não tem bombas e também não há fornecimento de água”. Observaram igualmente que há bairros em que há fornecimento de água encanada e com regularidade em algumas ruas e não em outras: “A água encanada atende cerca de 50% do bairro e, mesmo assim, cai apenas três vezes na semana”. Em alguns locais, há problemas de **contaminação da água**, pois são feitas ligações irregulares que muitas vezes passam por dentro de fossas e da rede de esgoto.

Alguns dos participantes também observaram que a irregularidade no fornecimento da água traz impactos para garantia de outros direitos, como a educação, pois é comum algumas escolas liberarem o/as aluno/as das aulas por falta d’água.

É importante destacar a preocupação das lideranças com a **ausência de rede esgotamento sanitário** e o predomínio de fossas e sumidouros na favela, umidificando o solo e colocando em risco a vida dos moradores. Em todas as favelas há esgoto a céu aberto, sumidouros e a rede é precária. Há rede de esgoto apenas nas vias principais. Nestes locais onde há rede de esgoto, o principal problema relatado é a falta de manutenção da rede que apresenta tampas quebradas, entupimentos e vazamentos (principalmente na favela).

DESTAQUES DA MESA

1. A precariedade do abastecimento de água
2. A desigualdade no acesso à água
3. A precariedade das formas de tratamento de esgoto

REGISTROS MESA 2 NAS TOALHAS DE PAPEL

- Martins Torres – adequado (três vezes na semana);
- Teixeira de Freitas – precário (três vezes por semana);
- Tenente Jardim – Três vezes na semana;
- Moradores sem água, há bombas nos bairros;
- Água nas comunidades é pior que nos bairros;
- Maravista – água normal, problema só no Morro da Luz (cai três vezes na semana pra bomba);
- Esgoto: Precário – despejado no valão
- Precário – Há deslizamentos em comunidades (Tenente Jardim)
- Esgoto a céu aberto (Teixeira de Freitas);
- Esgoto: problema só no Morro da Luz;
- Esgoto a céu aberto (canaletas quebradas), ruas semi-canalizadas, comunidade pior (Engenhoca);
- Água: Cai três vezes na semana em todos os bairros (Jurujuba, Viradouro, Engenhoca e Grota) – Travessa 8, 9 e 10 não chega água;
- Comunidade Jurujuba: Águas de Niterói – é a prestadora de serviços. Trazer de volta o projeto da tarifa social para todas as residências altas (Morro), fica fora as residências baixas (beira da rua);
- Abastecimento é complicado, bom com três dias de abastecimento: segunda, quarta e sábado. Uma dificuldade no abastecimento é para as casas mais altas, faltando bombas para melhor abastecimento. Águas de Niterói tem na pessoa do Sr. Mario Bráulio resolvendo esses tipos de problemas dentro das comunidades;
- Parte alta das comunidades sofrem mais com a falta d'água;
- Sumidouros que acarretam desmoronamento;
- Esgoto Travessa 1 sempre entupido; Esgoto Travessa 17 canos furados, pois ficam no alto;
- Comunidade Jurujuba: Hoje a comunidade tem esgoto tratado, quase na sua totalidade. A Águas de Niterói está trabalhando para isso. Com a implantação da estação de tratamento de esgoto ainda falta nas partes altas fazer as ligações em redes principais;
- CPMCM – Centro Pró-melhoramento do Campim Melado – Falta água com intervalo de 15 a 15 dias;
- Água satisfatória, sem problema;

- Badú – esgoto a céu aberto, falta saneamento, água não sobe no Morro, só no baixo, falta tudo;
- CCMP – Falta de rede de esgoto que está sendo jogado em rios pela rede de águas pluviais a céu aberto;
- AMALP (Grotá) – Refazer toda rede. Já basta, há mais de trinta anos, pois a população cresceu muito. Rever as nascentes e lençóis d'água que estão se perdendo. Com os esgotos em encostas, com as chuvas pondo em risco as encostas.
- Reformar os valões e canais. Por bombas para puxar o esgoto para tratamento.
- Doenças constantes, como dengue, leptospirose, hepatite e outras, e o lixo que junta em encostas.

INDICADORES CENTRAIS

- Situação de moradores em locais precários;
- Proporção da população residente em aglomerados subnormais;
- Proporção de domicílios sem banheiro e com 4 ou mais;

QUESTÕES GERADORAS

- Niterói é a segunda maior cidade em número de favelas e de habitações de alto padrão dos 14 municípios do COMPERJ. Você acha que a qualidade de vida é igual para todos os cidadãos?

RESUMO MESA 3 COM OS DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

As Associações de Moradores reclamaram da **ausência de políticas públicas nas favelas**. Conforme observaram, muitas destas localidades só recebem ajuda quando apoiam o governo. Os participantes consideraram que falta política pública para habitação, lazer, cultura, mobilidade urbana e infraestrutura (saneamento, iluminação, pavimentação de vias) e que há desigualdade no acesso à direitos: “Em Niterói, os privilégios são para as classes altas. Por conta disso, é preciso olhar com carinho para as comunidades. A FAMNIT luta pelo reconhecimento das comunidades em

Niterói pela Prefeitura, pois infelizmente a prefeitura não trabalha em parceria com as Associações de Moradores”.

Levou-se em consideração que **as políticas públicas são traçadas sem participação popular**: “Os projetos que existem não são formulados com as pessoas das comunidades”. Observaram que houve retrocesso nos canais de participação nos últimos anos: “Antes existia o Orçamento Participativo. Era justamente a partir dele que a população escolhia como o dinheiro devia ser aplicado. Agora não existe mais o OP e as comunidades estão sem rumo.” Cobrou-se então a necessidade de **haver maior articulação para participação** e que o Incid contribuiu nesse sentido: “O que nos fortalece são esses espaços. As associações nunca se uniram. Existe um abandono por parte do governo. Daí a necessidade das lideranças comunitárias se unirem, trabalharem juntas”.

Por fim, discutiu-se o tratamento diferenciado dado pelo governo, mesmo pelas empresas prestadoras de serviços públicos, às áreas mais pobres em relação ao restante da cidade. **A qualidade de vida não é a mesma para todos**, a desigualdade é muito grande e o tratamento dado às favelas é diferenciado. Todavia, alguns participantes pontuaram que houve investimento público para melhoria das condições de vida, especialmente habitação, mas algumas regiões não têm acesso às políticas por não possuírem documentação, por serem terrenos de posse. No bojo dessa discussão, outros participantes consideraram que a garantia de direitos independe do lugar de moradia e que não é possível proceder uma comparação desse modo: “A desigualdade é muito grande e não há como comparar. Por exemplo, em Icaraí existe lazer (existem praças e brinquedos para as crianças). Não há nada nas comunidades. Falta um governo que não olhe só pra alguns bairros”.

DESTAQUES DA MESA

1. Ausência de Políticas Públicas
2. Participação para garantia de direitos
3. Situação de moradores em locais precários

REGISTROS MESA 3 NAS TOLHAS DE PAPEL

- Pedido de paradas de ônibus nos bairros e comunidades que dão acesso às empresas;
- As emergências com a Ampla estão muito mal encaminhadas, pois não estamos sendo atendidos. É melhorar a iluminação pública e também pôr espaçadores nos fios de alta tensão.
- Levar esporte, lazer, cultura, empreendimentos;
- Valorizar os presidentes das associações e lideranças;
- Melhorar a segurança e outros;
- Qualidade de vida em Niterói – carências: lazer, projetos sociais e maior mobilidade;
- Qualidade de vida na cidade: o trânsito é um problema na cidade;
- Este movimento com valor com a participação de todos vamos a luta;
- Qualidade de vida: Hoje em dia o que é a qualidade de vida, é sair para o trabalho e ficar parado no trânsito horas. É ver o esgoto descendo a céu aberto das comunidades. É ver áreas de risco e não fazer nada. É ver exames ficarem meses para ver resultado. É estar refém da segurança que saímos e não sabemos quando vamos voltar. Uma educação que os alunos não sabem o que realmente querem para seu futuro, etc.;
- 30, 76 água – Morro do Estado, Morro da Chácara, Favela do Sabão – revitalização do centro terá um percentual para construção de minha casa minha vida. PHIS – Plano Habitacional de interesse social;
- Badú falta tudo na saúde, educação, saneamento precário, áreas de risco, água só cai no baixo, quem mora no morro a água não cai;
- Tenente Jardim – qualidade de vida não é a mesma; infraestrutura no bairro; posto de saúde; área de lazer; asfaltamento nas ruas e travessas em toda comunidade e mais iluminação; creche comunitária;
- Falta uma integração entre as comunidades e suas representações para juntos fazer um fórum comunitário para desenvolver saúde, educação, lazer, cultura e emprego e renda. Não ser mandado por vereadores;
- Festas nas comunidades não são liberadas...isso é uma questão de discriminação.

RESUMO DA MESA COM OS DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Os participantes foram convidados a conhecer o site do Incid e as ferramentas disponíveis a serviço da sociedade civil da área de atuação do Incid. Tais ferramentas constituem o “Banco de Dados Incid” e os “Mapas da Cidadania”. A proposta da apresentação do Incid possibilitou que se **apresentassem dúvidas e se realizassem comentários** a respeito da utilização das ferramentas. Algumas dúvidas técnicas com relação a consulta de informações e cadastramento de espaços e ações puderam ser esclarecidas.

Os participantes da rodada identificaram que **a ferramenta Incid poderia ajudá-los** a obter informações de interesse. Também reconheceu que as informações constantes no Banco de Dados possibilitam a consulta de dúvidas referentes a procedimentos que a sociedade civil adota em sua luta. Alguns participantes propuseram que **o Incid promovesse outros encontro** com “mais provocações para as coisas acontecerem, sendo essa uma característica dos grupos da Agenda 21 que atualmente não conseguem cumprir mais essa função. Esclareceu-se que o trabalho realizado pela Agenda 21 foi considerado desde o início do Incid e que os apontamentos feitos pela Agenda 21 de cada município constam, inclusive, numa publicação presente no site chamado “Introdução ao Incid - Indicadores de Cidadania”.

Nessa rodada de discussões, foi possível identificar que algumas das **instituições ainda não estavam cadastradas** no Banco de Dados. Estas preencheram a ficha de cadastro disponibilizada pela equipe e foram, posteriormente, registradas no Banco de Dados.

DESTAQUES DA MESA

1. Esclarecimento de dúvidas
2. A importância do Incid
3. Cadastramento de instituições

QUESTÕES GERADORAS

- Como podemos inserir o Incid em nossas práticas?
- Como as nossas práticas podem fortalecer o Incid?

RESUMO DA PLENÁRIA COM OS DESTAQUES MAIS SIGNIFICATIVOS

Os participantes afirmaram que **é importante divulgar o Projeto Incid** e trazer novos parceiros para dentro do projeto e que as Associações podem contribuir com o conhecimento da realidade vivida nas comunidades. Destacaram que **o Incid possibilita uma maior interação e integração** entre as Associações de Moradores e, conseqüentemente, maior articulação entre as pessoas, trazendo conhecimento para as pessoas e fortalecimento das lutas: “O Incid é um bom instrumento para as Associações, se houver interesse. A troca de experiências é o ponto fundamental nessas reuniões. Ter unidade para resolver as demandas das comunidades. É preciso mobilização para levar aquilo que é de direito da população. Que essa reunião não seja a única, seja a primeira de muitas”.

Houve sugestões por parte de alguns participantes que de o Incid possibilite a realização de um Encontro de todas as Associações de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro e que também promova uma caravana nas comunidades de Niterói, a exemplo, da “Caravana da Cidadania” organizada pelo Orçamento Participativo: “O sentido é fortalecer as lutas como tarefa do Incid e promover essa articulação entre as comunidades. A demanda tem que partir das comunidades para estreitar esses laços que estão sendo construídos”.

DESTAQUES DA PLENÁRIA

1. A inserção do Incid nas práticas das Associações de Moradores e como suas práticas podem fortalecer o Incid
2. Promoção de articulação de diferentes coletivos



RODA DE DIÁLOGO DE ITABORAÍ

INSTITUIÇÕES E PARTICIPANTES

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES (15)
SEGURANÇA ALIMENTAR Trabalhadores rurais/ pequenos produtores	Associação dos Trabalhadores Rurais (Casimiro de Abreu)
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Associação de Moradores Village do Poeta (Casimiro de Abreu)
SOCIOAMBIENTAL ONG/OSCIP/OS	ONG São Verdão (Casimiro de Abreu)
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Associação de Moradores de Porto das Caixas (Casimiro de Abreu)
	Associação de Moradores de Pacheco (Itaboraí)
CRIANÇA E ADOLESCENTE Poder público	Conselho Tutelar de Itaboraí (Itaboraí)
MOBILIDADE ACESSIBILIDADE Outros	Movimento contra o Monopólio da Rio Ita (Itaboraí)
ASSISTÊNCIA SOCIAL Associações	Associação Casimirense Das Pessoas Portadoras de Deficiência - ACAPORD (Casimiro de Abreu)
SAÚDE Associações	Associação de Agentes Comunitários de Saúde – AACS (Itaboraí)

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES (15)
TRABALHO E RENDA Coletivo de entidades	Fórum Popular COMPERJ (São Gonçalo)
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Associação de Moradores e Amigos dos Sem Terra (Itaboraí)
TRABALHO E RENDA Sindicatos	Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação – SEPE (Itaboraí)
HABITAÇÃO E TRABALHO E RENDA Outros	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
LAZER Associações	Clube Porto das Caixas (Itaboraí)
PARTICIPAÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Comunidade de Estudantes e Amigos de Itaboraí – CEAI

RESUMO DOS PONTOS MAIS SIGNIFICATIVOS NA DISCUSSÃO DOS INDICADORES, SEGUNDO RELATORIA DAS MESAS

INDICADORES CENTRAIS

- Garantia de atenção básica;
- Percepção sobre o direito à saúde

QUESTÕES GERADORAS

Os serviços de saúde atendem as necessidades da população da mesma forma?

RESUMO MESA 1

Destacou-se na discussão a situação de precariedade da saúde no município de Itaboraí. Os participantes observaram de imediato a **contradição entre os dados oficiais da saúde e os dados da percepção sobre o direito à saúde⁸**, considerando que esta contradição retrata fielmente o que é vivenciado pela população: de um lado, os serviços de saúde são precários e a demanda é bem maior do que a oferta de atendimento; de outro, as informações fornecidas pelos órgãos públicos mascaram esta realidade. O número de pessoas cadastradas pelo Sistema de Atenção Básica (SIAB), segundo os participantes, serve somente para captar recursos com os cadastramentos, sem que haja uma real preocupação em estruturar a rede de saúde para universalização do serviço: “em 2010, 75% da população do município era cadastrada, mas isso não significa o atendimento. O cadastramento é interessante para a prefeitura, porque quanto maior o número de cadastros, maiores são os recursos federais liberados. Mas cadastramento não significa atendimento, havendo uma distância muito grande entre o que consta no sistema e a realidade”, considerou um dos participantes. Para todos, considerou-se a necessidade da realização de novo cadastramento e ampliação do atendimento.

A **precariedade do atendimento nos serviços de saúde e da garantia de atenção básica** foram enumeradas pelos participantes, especialmente, a insuficiência de agentes de saúde para atender adequadamente a demanda existente, sobrecarregando o trabalho e afetando a qualidade do serviço prestado; o número de ambulâncias insuficiente para cobertura do município; a falta de medicamentos na rede pública, diante da necessidade da população; a demora para a realização e resultados de exames; a falta de uma política de saúde preventiva; a carência de unidades hospitalares também ganhou destaque: “Assim como a falta de equipes médicas, a carência de unidades hospitalares que atendam pelo SUS também é um problema. As duas unidades na região central que faziam esse atendimento, São Judas Tadeu e Casa São João Batista foram fechadas, sobrecarregando ainda mais o hospital municipal e o estadual de Manilha.”

Além da necessária mudança no cenário descrito com a melhoria dos serviços básicos, os participantes consideraram a importância de haver políticas de saúde voltadas para a juventude e também a necessidade de mais atenção à saúde mental. Apon-

8. Conforme o Indicador Garantia de Atenção Básica 84,1% da população estava cadastrada para atendimento no município no ano de 2010; já conforme os dados do Indicador Percepção de Diferença e Saúde, 10,4% da população considera que o próprio e familiares têm acesso aos serviços de saúde.

taram também a necessidade da contratação de assistentes sociais para as unidades de atendimento, observando que este/as profissionais contribuiriam para a qualidade do serviço prestado aos pacientes e familiares que sofrem com a falta informação e de atenção por parte das equipes de saúde.

Pontuou-se a **percepção da ineficiência das políticas públicas para a saúde**, levando-se em consideração a não ampliação do quadro de servidores; a superlotação de alguns PSF's; a defasagem no banco de dados do SIABE; o não incentivo à política pública de prevenção; a desarticulação entre o governo do Estado e do Município; a rotatividade nos cargos de gestão da saúde; e problemas com as Organizações Sociais de Saúde⁹ (OSS). A falta de investimento em saneamento básico também foi mencionado como um problema que impacta diretamente a saúde da população.

A **percepção da desigualdade no serviço de saúde** oferecido à população dos diferentes bairros do município também foi ponto que ganhou destaque na discussão. Conforme relataram, os bairros mais distantes do centro tem menos acesso aos serviços públicos de saúde: há mais carência de PSF's, de equipes para realizar atendimento e é maior número de irregularidades nos serviços prestados: “Os bairros distantes do centro sofrem com o descaso do poder público municipal. Em Porto as Caixas o PSF está em uma casa alugada e, como existem irregularidades no pagamento das contas de energia elétrica, o posto só funciona das 08:00h às 12 horas e mesmo assim não tem médicos.”

DESTAQUES DA MESA

1. Contradição entre dados oficiais e percepção do direito à saúde
2. Precariedade do Sistema de Saúde e Garantia à Atenção Básica
3. Crítica às Políticas de Saúde e ao poder público local
4. Desigualdades no acesso à saúde

REGISTROS MESA 1 NAS TOALHAS DE PAPEL

- Falta de infraestrutura nos posto de saúde
- Falta de saneamento básico
- Vidas perdidas por conta da omissão do Governo municipal

⁹. As OSS's são parcerias realizadas entre setor público e privado para a gestão de hospitais públicos.

INDICADORES CENTRAIS

- Situação dos moradores em locais precários.
- Situação da qualidade dos espaços públicos,
- Percepção sobre a qualidade dos espaços públicos.

QUESTÕES GERADORAS

- Diante dos investimentos no município, vocês acham que os indicadores de Direito à cidade vão melhorar ou piorar? Por quê?

RESUMO MESA 2

Os participantes observaram o **impacto no mercado imobiliário com aumento de preços e maior procura por moradia** como uma das decorrências do processo de implantação do Comperj. Com isso, destacaram a necessidade de haver **maior participação da população** para controle e fiscalização dos impactos do empreendimento na cidade pontuando a importância de haver maior qualificação dos representantes de associação de moradores para acompanharem este processo de maneira idônea: “Vamos organizar mais encontros entre as associações de moradores dos municípios vizinhos. Temos que organizar melhor nossas experiências. Nossa qualidade de vida vai piorar”, pontuou um dos participantes.

Conforme relataram, o município vive atualmente uma contradição ocasionada pelas **transformações urbanas do processo de instalação do Comperj** e a precariedade em que vive grande parte da população que sofre com a falta de saneamento, irregularidade de abastecimento de água e coleta de lixo, problemas de transporte e a poluição das fontes de água e do ar. O aumento populacional e o crescimento urbano sem planejamento, já observado pelos participantes, tende a piorar as condições de vida no município. Há preocupação também com o aumento dos preços de moradia e possível processo de gentrificação no município. “A vinda do Comperj para a região está impactando Itaboraí e os municípios vizinhos. E acaba impactando em todas as áreas: é no saneamento, na questão ambiental, em todos os setores da sociedade. É legal a gente perceber que a população vai crescer muito e devido a isso a especulação imobiliária vai crescer, já estamos com os altos preços do centro da cidade, já começam a movimentação para Porto das Caixas e Visconde em busca de casa e lotes fazendo com que os preços disparem”. Nas regiões mais próximas da área de instalação da refinaria, como Itambi, Areal, Porto das Caixas, Visconde e Sambaetiba, perceberam que já é possível notar mudanças nas condições de vida da população.

De acordo com o observado, apontaram a **urgência de se pensar sobre o planejamento urbano** da cidade para evitar o aumento de aglomerados subnormais e planejar onde e como as pessoas que estão se deslocando para Itaboraí vão morar e viver, oferecendo saneamento básico, luz, água encanada e estradas sinalizadas para a população. O momento de realização da Roda com a possibilidade de se ter acesso aos dados sobre moradia e refletir sobre todo o processo vivenciado desde o início das obras de instalação do Comperj foi considerado oportuno para se organizarem para ganhar força as reivindicações populares no contexto de revisão do plano diretor

da cidade e controle do orçamento: “A questão central não é a Petrobras vir para cá e sim como utilizar os recursos que ela deixará no município? Existe alguma forma de fiscalização? Terá uma secretaria especial? Pelo que ouvi a Petrobras faz um levantamento das prioridades sociais na região. Temos que estudar esses indicadores, principalmente esses em que a população fala de Itaboraí”.

Nesse contexto, o **Incid foi considerado um importante parceiro**, fomentador de encontros para troca de experiências e de união entre as instituições presentes. Entretanto, alguns participantes não consideraram o Incid como uma ferramenta, mas como um agente que poderia auxiliar no processo de participação e luta por direitos. Diante dos comentários e diagnósticos realizados, um dos participantes indagou: “O que o INCID pode fazer com esse conjunto de informações? Pode apresentar à prefeitura, pressionar o poder público com essas informações?”. Identificou-se assim a necessidade de apoio à articulação para maior participação das organizações no território.

DESTAQUES DA MESA

1. A importância da Participação
2. Os impactos da instalação do Comperj
3. Apoio do Incid à Participação

REGISTROS MESA 2 NAS TOLHAS DE PAPEL

- Especulação imobiliária
- Crescimento habitacional desorganizado
- Ausência de esgotamento sanitário (ênfase no bairro do Pacheco)
- Ausência de saúde

INDICADORES CENTRAIS

- Taxa de automóveis de passeio e coletivos;
- Existência de transporte coletivo intermunicipal.

QUESTÕES GERADORAS

- Como a precariedade no Serviço de transporte afeta a vida das pessoas?

RESUMO MESA 3

Durante a discussão realizada, pontuou-se a **precariedade dos serviços de transporte público** em Itaboraí, tanto o que é oferecido para atender a população dentro do município quanto o que possibilita o deslocamento para outros municípios. Observaram que o **preço das tarifas é muito alto** se comparado o preço da passagem e distância percorrida; além disso, os ônibus estão sempre cheios, a manutenção não é de qualidade, em alguns trajetos há muita demora no intervalo entre um ônibus e outro (chegando até 2 horas de espera) e não há transporte público após às 22h, o que prejudica diretamente a escolarização de jovens e adultos que estudam no período noturno. “Os ônibus são sujos, quebrados e demoram muito a passar. Quando passam já vem cheio e não temos lugar para sentar. Às vezes chegamos a esperar duas horas por um ônibus. Quando o transporte alternativo estava em circulação esse problema era menor”.

A **desigualdade na oferta de transporte público** dentro do próprio município também ganhou destaque na Mesa observando-se que nos bairros mais afastados a demora na circulação de ônibus é muito maior que nos bairros centrais. “A precariedade do transporte para os distritos ainda é mais patente. Os ônibus para os bairros são muito escassos, além de ser inexistente no horário noturno”.

Representantes de instituições de Casimiro de Abreu e Cachoeiras de Macacu que estiveram presentes na Roda também comentaram sobre a má qualidade do serviço de transporte ofertado no município, descrevendo que vivem situação muito similar a vivida pelo/as companheiro/as de Itaboraí.

Os participantes ressaltaram a **omissão dos órgãos públicos** diante da péssima qualidade do serviço prestado pelas empresas e relataram que o fornecimento de transporte público para a população fica a cargo de duas empresas que, no entanto, pertencem ao mesmo dono: “Apenas duas empresas fazem o transporte na cidade, uma com as linhas intra municipais e outra intermunicipal, que pertencem ao mesmo dono. O valor das passagens é um absurdo”. Este diagnóstico suscitou o debate sobre a **relação entre concessão de transporte e poder público** e necessidade de rever a influência desses grupos econômicos forjando legislações que privilegiam as necessidades dos empresários e não da população: “Essa precariedade se dá com o consentimento do poder público, pois essas mesmas empresas financiam a campanha eleitoral de vários partidos políticos e seus candidatos, assim após eleitos permitem a formação de cartéis, o que é proibido na lei. O que garante a lucratividade das empresas e sucateamento do serviço de transporte”.

A regularização do serviço de transporte alternativo e o investimento em transporte ferroviário foram algumas das **sugestões citadas que atenderiam à demanda por melhorias do serviço de transporte** em concordância com os desejos da po-

pulação. Já na discussão sobre a Tarifa Zero e a estatização do serviço de transporte público não houve consenso, alguns consideraram que não deveria haver retirada de investimentos públicos para pagamento de passagens e que a estatização aumentaria a corrupção e não asseguraria a melhora do serviço prestado. Outros participantes argumentaram que a reflexão sobre a tarifa zero obriga pensar uma outra lógica de transporte visando acabar com o corporativismo. Já com relação às críticas à proposta de estatização do serviço de transporte público, observaram que o serviço atualmente prestado é caro, a qualidade é ruim e há corrupção de todo o modo.

A precariedade do serviço de transporte público no município foi considerada uma questão que tem influência na educação, saúde, trabalho e na vida do cidadão de modo geral. “O transporte na saúde é muito precário, não há um sistema de redução de doentes no município e a dificuldade na locomoção dos doentes é muito grande. Há falta de SAMU’s para remoção dos doentes. A situação foi agravada pela retirada do transporte alternativo na cidade, uma vez que os ônibus não passam pelo hospital municipal”.

No contexto do debate, **o Incid foi citado como um projeto que aproxima as instituições**, possibilitando debates e troca de experiências, fornecendo informações que permitem discutir sobre problemas comuns para juntos pensar em iniciativas de resolução: “O Incid permite essa troca de experiência entre pessoas de outros municípios onde os problemas são muito similares”. Nesse aspecto, sugeriu-se que novos encontros fossem realizados e que o Incid produzisse indicadores sobre os partidos políticos que agem em interesse próprio e votam ou dificultam a implementação de projetos que beneficiem a população; também sugeriram a elaboração de indicadores sobre transparência orçamentária e acesso à informação.

DESTAQUES DA MESA

1. A precariedade no Serviço de Transporte
2. A desigualdade no serviço de transporte
3. A Concessão dos Serviços de Transporte e o poder público
4. O Incid em nossas práticas

REGISTROS MESA 3 NAS TOALHAS DE PAPEL

- Precarização dos serviços de transportes
- Formação de cartéis ligada ao serviço de transporte
- Financiamento advindos dos cartéis aos políticos e partidos
- Reativação da antiga malha ferroviária
- Metro até o trevo da reta
- Viação pública de transporte público
- Fim do pedágio
- Violação dos direitos de ir e vir
- Desinformação
- Precarização no serviço
- Retirada do transporte alternativo
- Dificuldade de conseguir emprego devido à tarifa elevada
- Dificuldade de conseguir serviços básicos, hospitais e educação.

QUESTÕES GERADORAS

- Como podemos inserir o INCID em nossas práticas?
- Como as nossas práticas podem fortalecer o INCID?

RESUMO MESA 4

Primeiro, realizou-se a apresentação do Sistema de Indicadores através das buscas pelo Conjunto de Direitos e pela Cidadania Ativa; em seguida, apresentou-se o site com foco na apresentação dos Mapas da Cidadania e do Banco de Dados. **Os participantes demonstraram interesse** ao longo da apresentação e informaram estar motivados a entrar no site do Incid para dar continuidade as pesquisas sobre indicadores e buscar mais informações sobre os espaços de cidadania ativa atuantes no território.

Uma das participantes observou que **não utiliza cotidianamente o computador e por isso teve maior dificuldade** para acompanhar o sistema e entender as ferramentas, mas que buscará meios de acessar as informações e ferramentas no site e incentivar o cadastro de outras instituições. A ferramenta Mapas da Cidadania foi citada como de grande interesse e despertou maior curiosidade dos participantes.

Ao se apresentar o Banco de Dados, abriu-se espaço para as instituições e coletivos presentes falarem sobre si e sobre suas ações e dificuldades na luta pela garantia de direitos. O debate final girou em torno das organizações da sociedade civil, da falta de conhecimento e de informação das pessoas sobre o que acontece em cada município. “É difícil fazer com que as pessoas participem, por isso o Incid pode ajudar nessa movimentação, contribuir para que as entidades da região façam com que as pessoas percebam o quanto é importante participar”.

DESTAQUES DA MESA

1. O Incid nas práticas das instituições e como as instituições podem fortalecer o Incid
2. Dificuldades de acesso à internet e uso de computadores

REGISTROS MESA 4 NAS TOALHAS DE PAPEL

- Vai entrar no site e pesquisar como funciona!
- Acredito que quanto mais comunicação houver, o Brasil e principalmente a nossa região será beneficiada.
- Renovação dos agentes de saúde não acontece desde 2002.
- A Associação de Agentes Comunitários de Saúde está com representação em vários conselhos: Saúde, Cidades, Bolsa Família e também Educação permanente.
- Participamos ativamente das atividades comunitárias das comunidades como profissionais de saúde.
- Se as pessoas não saírem de casa para lutar as mudanças não vão acontecer.

QUESTÕES GERADORAS

- Como o INCID pode fortalecer as práticas do movimento social em que você atua?
- O que é preciso acontecer para que isso se realize?

RESUMO DA PLENÁRIA FINAL

Ficou claro para os participantes que os movimentos podem não só acessar o Banco de Dados do Incid como também contribuir com a divulgação das informações para o fortalecimento de sua luta. No entanto, cobrou-se maior articulação do projeto com o território: “o contato não deve ficar restrito aos meios eletrônicos, tem que ter mais pé no território”. Sugeriu-se assim a realização de outros encontros para discussão das informações produzidas e que promovam a reunião das instituições presentes.

Considerou-se que o projeto Incid enriquece o processo de organização, pois permite a interação, o compartilhamento de experiências entre as instituições, contribuindo para o fortalecimento da luta conjunta e ampliando o horizonte da visão entre elas, tornando esta visão mais global. Para tanto, apontou-se a necessidade das instituições contribuírem com a divulgação e articulação no território: “O Incid não resolverá os problemas, é preciso se mobilizar e usar esses dados e instrumentos como argumentos. Eu me proponho a mobilizar mais gente junto com os articuladores”.



RODA DE DIÁLOGO EM RIO BONITO

INSTITUIÇÕES E PARTICIPANTES

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES (7)
SOCIOAMBIENTAL ONG/OSCIP/OS	Sociedade Civil Organizada Macacu – SCOM (Cachoeiras de Macacu)
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Associação de Moradores de Porto das Caixas – (Itaboraí)
TRABALHO E RENDA Sindicatos	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu
SEGURANÇA ALIMENTAR Trabalhadores rurais/ Pequenos produtores	Assentamento Visconde (Casimiro de Abreu)
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Associação de Moradores do Bairro Setenta (Cachoeiras de Macacu)
SOCIOAMBIENTAL ONG/OSCIP/OS	Projeto Gaya Viva (Cachoeiras de Macacu)
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Associação de Moradores de Pacheco (Itaboraí)

RESUMO DOS PONTOS MAIS SIGNIFICATIVOS NA DISCUSSÃO DOS INDICADORES, SEGUNDO RELATORIA DAS MESAS

MESA 1

INDICADORES CENTRAIS

- Proporção de domicílios cuja forma de escoamento de esgoto é inadequada
- Proporção de domicílios com abastecimento de água inadequado

QUESTÃO GERADORA

- Você tem acompanhado o plano de saneamento básico em seu município?

RESUMO MESA 1

Os participantes apresentaram a percepção que têm sobre o saneamento e o abastecimento de água nos municípios e a culminância da discussão foi sobre a questão dramática da construção da Barragem do rio Guapiaçu que afetará a vida da população de todos os municípios e que tem apresentado vários pontos graves de violação de direitos no curso de sua implementação.

Conforme avaliaram, **os serviços de saneamento básico no município são precários**. Com relação **ao fornecimento de água**, observam que não têm informações sobre a qualidade de água fornecida para a população, que provém do rio Cachoeiras de Macacu, que está poluído. Observaram que não existe Estação de Tratamento de Água (ETA) e muitos participantes declararam se sentirem inseguros quanto ao consumo de água, muitas vezes tendo que fervê-la e filtrá-la. A escassez de abastecimento de água também é notório. Há bairros em Itaboraí, como o Pacheco e o Areal, que não há fornecimento algum ou pouco fornecimento de água encanada e que o acesso à água se dá por meio de poços artesianos e que não há tratamento. Diante desse cenário, consideraram que os dados oficiais apresentados não correspondem à realidade: “Os dados de Itaboraí não são reais. A situação é bem pior do que os dados apresentados pelo anfitrião. É também preciso analisar a qualidade da água que chega, pois há lugares que a água chega, mas é suja e poucos lugares que a água é boa”.

Segundo as instituições participantes de Cachoeiras de Macacu, a Autarquia Municipal de Água e Esgoto de Cachoeiras de Macacu (AMAE) teria a responsabilidade de realizar uma proposta para construção de uma ETA, entretanto até agora não tiveram nenhuma informação sobre o andamento da proposta.

A mesma situação de precariedade é encontrada **com relação ao esgotamento sanitário**, considerado por todos inadequado. Observaram que, em geral, o destino final dos esgotos é o rio. A observação é de que não há Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). Apenas poucos locais são atendidos por rede de esgoto e muitos domicílios utilizam fossa ou sumidouro: “Se há esgoto, é residencial, não há rede de esgoto, leva tudo para o rio, com em Papucaia e Sambaetiba”.

Consideraram que o **poder público não tem investido em políticas para melhoria do saneamento básico** e que as ações costumeiramente realizadas, mesmo as mais pontuais como distribuição de filtro ou de apoio ao manilhamento, não tem ocorrido mais. Há omissão do poder público na relação com a empresa que presta serviço de abastecimento de água na região, percebendo o sucateamento e a diminuição da oferta de água para a população. Ressentiram-se ainda da falta de informação por parte do poder público sobre a política de recursos hídricos para área. Observaram que o Plano de Saneamento encontra-se parado e que não têm nenhuma informação referente ao seu andamento.

Na Mesa também discutiu-se sobre a violação de direitos no processo de **construção da Barragem do rio Guapiaçu**. Os participantes relataram que não houve apresentação oficial do projeto da Barragem, porque ele ainda não era oficial, mas que houve apresentação do projeto “de boca” e que não houve audiência pública, mas o poder público está visivelmente a favor da construção da Barragem e não dos interesses da população.

No bojo da discussão, os participantes sugeriram a **criação de um fórum ou comitê popular sobre meio ambiente da região do Comperj** com o objetivo de aumentar o diálogo entre as entidades e interferir nas políticas públicas voltadas para os recursos hídricos e de ampliação de áreas verdes: “Proponho a criação de um comitê para democratizar a gestão de políticas nessa área e pressionar as esferas de poder”.

DESTAQUES DA MESA

1. Domicílios com abastecimento de água inadequado
2. Domicílios com esgotamento sanitário inadequado
3. Poder público e ineficiência na garantia de direitos
4. Barragem do rio Guapiaçu
5. Criação de um Fórum

REGISTROS MESA 1 NAS TOALHAS DE PAPEL

- A tubulação da água passa embaixo das casas;
- Mobilidade: levar o metro até Cachoeiras de Macacu;
- Tubulação de água tem mais de 100 anos;
- AMAE (Autarquia Municipal de Água e Esgoto de Cachoeiras de Macacu): quantos municípios a AMAE abastece? Não tem projeto;
- Porto das Caixas: água é tratada? Não se sabe. A água que chega a Porto das Caixas é de Cachoeiras;
- Propostas: a situação entre os municípios é idêntica;
- Despoluição do Rio Macacu: Não existe KM 70 maiores informações!! (Fonte: Secretaria de Meio Ambiente);
- Os recursos ambientais ajudam a unificar;
- Criar um fórum ambiental dos municípios do entorno do Comperj;
- Democratizar as informações.

- É o sentido das pessoas que definem a qualidade da água;
- A assistência técnica: Apenas faz acompanhamento da produção;
- Construir uma área de captação;
- Contaminação da água. Dentro do assentamento Visconde;
- Consórcio Rio São João. Tem atuado no assentamento.
- Não temos informações sobre o Consórcio Rio São João;
- Exame d'água comprovou contaminação;
- Assentamento Visconde: construção de fossa (prefeitura não ajuda);
- Doação de material; apenas manilhas;
- Não temos as informações sobre o plano de saneamento básico.
- Poço artesiano custo médio R\$6.000,00 (100 metros);
- Existe um projeto de reflorestamento;
- Governo federal tem um projeto de despoluição do Rio Macacu;
- Água da represa – abastecimento para o consumo humano!!
- Foi feito pedido de monitoramento da água. Não existe projeto!
- CREA e o projeto Gaya Viva está procurando organizar as informações a respeito da barragem;
- Falta informação › as prefeituras não tem projeto de divulgação do saneamento.
- Cachoeiras não tem nenhuma estação de tratamento;
- Não existe distribuição de água na cidade!

INDICADOR CENTRAL

- Garantia de Áreas Protegidas

QUESTÕES GERADORAS

- As Unidades de Conservação estão devidamente protegidas em seu município?

RESUMO MESA 2

Os depoimentos desta rodada destacaram que **os órgãos ambientais** não desempenham satisfatoriamente o papel de fiscalizador das Unidades de Conservação e das questões ambientais dos Municípios. “Só conheço uma Unidade de Conservação (Serra do Lagarto), com relação ao Poder Público, o mesmo não tem a menor preocupação com a conservação da Unidade, bem como todo o território do Município. O Poder público está entregando o território para os empresários sem a menor preocupação com a comunidade. (...) Os órgãos ambientais não desempenham o seu papel de fiscalizador, pois estão todos vendidos aos empresários”.

Observaram ainda que **a sociedade civil tem pouca participação** neste processo, pois a escolha dos membros de órgãos fiscalizadores é de responsabilidade do poder público. “Com relação aos Órgãos Fiscalizadores onde existe a participação da sociedade, os mesmos não representam a sociedade, pois os membros são indicados pelo Poder Público, e que fazem exatamente o que o Prefeito decidir, depois “ganham” emprego na Prefeitura”.

Os participantes **denunciaram ações de empresas** que não respeitam o meio ambiente, atuando com atitudes predatórias, desestruturando economias locais, desmatando áreas de preservação sem a devida execução de medidas compensatórias.

No contexto do município, consideraram que a sociedade civil não acompanha a aplicação dos recursos ambientais que, na maioria das vezes, está atrelada aos interesses das empresas e poder público. Ressaltaram a total falta de mobilização da sociedade para enfrentar os graves conflitos ambientais no município.

Para os presentes, a participação da sociedade nos Conselhos Municipais é o fórum legal para se engajarem nessas discussões, sendo necessário aumentar a sua presença com vistas a garantia de investimentos em políticas para preservação do meio ambiente: “A sociedade apoiando as ações dos Conselhos e fortalecendo-os ficará mais fácil o controle de aplicação do ICMS Ecológico.”

DESTAQUES DA MESA

1. Garantia de proteção as Unidades de Conservação
2. Participação da sociedade civil
3. A importância da participação

REGISTROS MESA 2 NAS TOALHAS DE PAPEL

- Casimiro de Abreu: Melhor protegido, mas desmatamento se dá por “debaixo dos panos” > nas APPs – Carência de fiscalização;
- Frágil nível de mobilização (conselhos desarticulados, com frágil representatividade da sociedade civil);
- RJ 114 > “Tapacora” - CGR – Centro de Beneficiamento de Resíduos (Perto do Rio) Licenciamento inadequado;
- Itaboraí > Pelo Plano diretor toda área do município é urbana – Não consideram os territórios rurais, nem as áreas onde existem fragmentos de mata atlântica – “Lagarto e Barbosão” (áreas verdes que restam).
- Desmatamento Unidade de Conservação Três picos na região de São José da Boa Morte;
- Parque Estrada Três Picos;
- Monumento Natural Pedra do Colégio;
- Parque fluvial Rio Macacu;
- Serra do Barbosão;
- APA Guapimirim;
- Levantamento de novas Unidades de conservação em Itaboraí;
- Rio Caceribu e outros precisam ser revitalizados;
- Necessita da participação popular no conselho de meio ambiente;
- Dificuldade na participação nos conselhos da sociedade civil.
- Situação das unidades de conservação:
- Cachoeiras de Macacu – deficiência na criação e conservação (Três Picos – Federal)
- Matas e serras – Criação de 10 unidades (proposto): 1a Pedra do Colégio (conservação municipal), 2a Vecchi e 3a ?
- Levantamento das unidades do município: foram propostas 10 unidades
- Administração do recurso (ICMS Verde): Fundo – Meio ambiente
- Utilização dos recursos – conselho gestor (mobilização social)
- Não tem política de reflorestamento > coleta e destinação do lixo, tratamento de água, tratamento de esgoto;
- Despoluição do Rio Macacu;
- Capacitação dos conselheiros;
- Acompanhamento dos projetos;
- Em Casimiro de Abreu – o presidente é da sociedade civil (conselho de meio ambiente).

INDICADOR CENTRAL

- Garantia de investimentos em Meio Ambiente

QUESTÕES GERADORAS

- Vocês observam a aplicação desses recursos (ICMS verde) na área ambiental?

RESUMO MESA 3

Nesta rodada os participantes debateram sobre a **diferença entre os dados apresentados no indicador e a percepção que têm** do baixo investimento em políticas na área ambiental, exemplificando com a questão do lixo, da preservação e do saneamento, onde apontam haver superfaturamento. “Questiono o destino desses recursos no município: os 146 reais por pessoa apresentados no indicador foram aplicados em quê? Só observou investimento para a implementação das áreas de proteção ambiental. Não há manutenção nem ações na área”. “Cachoeiras tem grande extensão geográfica, mas a população é proporcionalmente pequena e muito concentrada na área urbana. Não há investimentos na área ambiental e isso é bem claro. A Fundação Macatur recebe quase todos os recursos, é uma caixa-preta, dominada por grupos políticos e econômicos. Tentamos implementar Unidades de Conservação. Fizemos estudo, apontando para a criação de 10 unidades, com recursos próprios, mas até agora somente uma saiu do papel, da proposta. Realmente não entendo esses números e não vejo melhorias na área ambiental. Mesmo que esses recursos fossem destinados a gastos administrativos e operacionais, nunca chegariam a um montante tão alto”.

Falaram sobre a **inatividade dos Conselhos** e um dos participantes ressaltou que em Itaboraí o Conselho não funciona. Estão com uma ação no Ministério Público Federal em função disso. Contudo, o tema central da discussão foi a **falta de transparência**: não há acesso às informações, não souberam apontar quem gerencia os recursos e quais são as fontes dos mesmos. “Até 2012 tinha informações mais fidedignas sobre esses recursos, podendo acompanhar melhor a movimentação. A Prefeitura de Cachoeiras de Macacu, através da Secretaria de Meio Ambiente, repassava 5%, com meta de chegarem a 7%”.

Apresentaram três **propostas objetivas**: 1) a construção de um indicador que apresente os investimentos específicos na área ambiental, em cada município, o que facilitaria a fiscalização da sociedade civil; 2) a criação de um Fórum ou Comitê de Meio Ambiente na região do Comperj, visando aproximar organizações e fortalecer causas comuns a vários municípios e 3) a criação de um Fundo de Meio Ambiente, a ser gerenciado por um Conselho específico, o que também ajudaria bastante no acompanhamento e fiscalização popular. “Na primeira mesa fizeram a proposta de criação de um Fórum ou Comitê de Meio Ambiente na região do Comperj. Há muitas interseções, cruzamentos como por exemplo: a água de Porto das Caixas (Itaboraí) vem de Cachoeiras. Na mesa, o companheiro de Cachoeiras de Macacu informou que não tem Estação de Tratamento de Água na cidade. Esse fórum é importantíssimo, pois as questões estão todas interligadas. Quando a refinaria começar a funcionar, terão o agravamento de várias situações, como a poluição”.

DESTAQUES DA MESA

1. Investimentos em Meio Ambiente
2. Conselhos de Meio Ambiente
3. Encaminhamentos

REGISTROS MESA 3 NAS TOALHAS DE PAPEL_INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE

- Saneamento;
- Distribuição de água potável;
- Coleta de lixo;
- Áreas verdes;
- Aplicação do orçamento??
- O ICMS verde não é utilizado para os diversos fins;
- Pessoalmente investimos mais em meio ambiente que a secretaria;
- Barragem Guapiaçu > prejuízo para o meio ambiente;
- Pacheco (Distrito de Itaboraí):
 - Pedreira (3) – detonação
 - Serra do Lagarto (Não é área de conservação)
 - Impacto socioambiental
 - Audiência pública + Ministério Público
- Verba > secretaria de Governo / gestor;
- Itaurb > não tem + participação popular (falta transparência)
- Buscar mecanismos para cobrar transparência dos gastos ambientais. Mobilização popular!
- Conselhos inexpressivos;
- É preciso criar mecanismos para que os recursos do ICMS Verde sejam utilizados expressivamente na área ambiental;
- Lixo da área rural de Silva Jardim em lixos a céu aberto.

QUESTÕES GERADORAS

- Como podemos inserir o Incid em nossas práticas?
- Como as nossas práticas podem fortalecer o Incid?

RESUMO PLENÁRIA FINAL

A roda teve como proposta debater com organizações da sociedade civil temáticas relacionadas ao meio ambiente, tais como esgotamento sanitário e água; unidades de conservação e investimento em meio ambiente.

Apesar do pequeno número de participantes em função de muitos terem participado das Rodas em outros municípios, as mesas geraram discussões aprofundadas sobre a realidade dos participantes e seu território de atuação. “Já participei de outras atividades do Incid e este é um espaço de troca de informações, contatos, um espaço onde as pessoas saem mais maduras, onde há pessoas que participam de frentes sociais”.

Da Plenária surgiu a proposta de **criar e consolidar um fórum** (cuja sugestão de nome foi FOCA - Fórum de Cidadania Ativa) onde a temática principal seria a socioambiental. Entusiasmaram-se com a ideia da troca de experiências através do fórum. “Com esse fórum permanente onde todos estão interligados e começa a traçar metas, planos de ação. A proposta é criação de um fórum permanente, que não seja determinado por tempo, onde tenha a participação de instituições de cada município e esses participantes possam trocar informações”.

Outra proposta feita ao Incid foi a **criação de um mapa de conflitos ambientais** com o objetivo de visibilizar os conflitos socioambientais no território. Indicaram também a importância de **criação de um indicador sobre transparência** dos gastos públicos na área ambiental: “As pessoas não sabem em que áreas está sendo investido: na conscientização ambiental? Na coleta de lixo? Na criação de áreas verdes? Qual a destinação? Itaboraí tem uma arrecadação de quase 2 milhões (ICMS verde) e as pessoas não tem transparência dessas informações. Sabemos que há dificuldades em ter essas informações”.

DESTAQUES DA PLENÁRIA

1. A importância do Incid para os movimentos sociais
2. Criação de um Fórum Permanente
3. Sugestão de ferramentas e indicadores



RODA DE DIÁLOGO EM TANGUÁ-ITABORAÍ

INSTITUIÇÕES E PARTICIPANTES

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES - ITABORAÍ (7)
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	FAMI – Federação das Associações de Moradores de Itaboraí
TRABALHO E RENDA E SAÚDE Associações	AACS - Associação dos Agentes Comunitário de Itaboraí
TRABALHO E RENDA Sindicatos	Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação
OUTROS Coletivo de entidades	FMP – Frente dos Movimentos Populares
TRANSPORTE Outros	Movimento Contra o Monopólio da Rio Ita
PARTICIPAÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	CEAI – Comunidade de Estudantes e Amigos de Itaboraí
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Associação de Moradores e Amigos dos Sem-terra do Areal

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES - TANGUÁ (6)
GÊNERO Grupos identitários	GMI – Grupo de Mulheres Independentes
QUESTÕES RACIAIS Coletivos de entidades	Comira – Conselho Municipal pela Igualdade Racial
QUESTÕES RACIAIS Grupos identitários	Movimento Negro de Tanguá
TERCEIRA IDADE Grupos comunitários	Grupo Alegria de Viver
QUESTÕES RACIAIS Grupos identitários	Afroluz
ASSISTÊNCIA SOCIAL Espaços ou grupos religiosos	Associação Missionária Coração de Maria

RESUMO DOS PONTOS MAIS SIGNIFICATIVOS NA DISCUSSÃO DOS INDICADORES, SEGUNDO RELATORIA DAS MESAS

Como o número de participantes estava abaixo do previsto, e para além disso houve um grande atraso causado por problemas no transporte. A equipe decidiu então juntar estas duas mesas.

INDICADORES CENTRAIS

- Percepção sobre direito à educação
- Percepção sobre participação e educação
- Percepção sobre diferença e educação
- Percepção sobre diferença e saúde
- Percepção sobre direito à saúde

QUESTÕES GERADORAS

- Há educação de qualidade nos municípios? Como a população pode interferir para melhorar a qualidade da educação no município? E os serviços de saúde atendem à necessidade de toda a população da mesma forma?

RESUMO MESAS 1 E 2

Nesta rodada, os participantes deixaram evidente que devem ter direito à saúde de qualidade, mas ainda não têm esse direito garantido apesar de algumas melhorias e investimentos observados. Um dos participantes fez brevemente um histórico da saúde no município de Itaboraí nos anos 2000 e considerou que “Houve avanços na saúde desde 1999 até os dias de hoje, mas essas mudanças ainda não conseguem dar conta do atendimento da população”.

Essa percepção de melhoria na garantia do direito à saúde não foi unânime, pelo contrário. Para a maioria dos participantes **os serviços de saúde oferecidos em Tanguá e Itaboraí estão aquém das demandas locais**. “Não acredito que os investimentos aumentaram e nem que os recursos são melhor usados. Temos que repensar essa forma de como os recursos chegam aos municípios. Quem está doente tem pressa!! A saúde é uma coisa muito relativa, é ampla e complexa. Má alimentação, isso te a ver com saúde. O desemprego provoca problemas de saúde.”

Assim, a garantia do direito à saúde de qualidade não é o que ocorre somente com investimentos em políticas de saúde, mas também passa pela melhoria e garantia de melhores condições de vida da população de um modo mais amplo: para se ter saúde é preciso resolver questões como saneamento básico, segurança alimentar, desemprego etc.

Com relação às **políticas públicas para a saúde**, os participantes consideraram que é preciso haver maior transparência, maior controle da sociedade civil das políticas executadas na área e maior investimento na capacitação dos gestores. Sugeriram

inclusive um consórcio dos municípios para capacitação de gestores. “Hoje precisamos capacitar os gestores tecnicamente, se existe um consórcio dos municípios por que não pode ter um consórcio de capacitação de gestores?”.

A qualidade da educação nos municípios também foi avaliada negativamente. Inclusive, observaram que não veem muita diferença no quadro de garantia dos direitos da educação e da saúde: “existe um crescimento da população e as políticas públicas não acompanham. Mesmo quando os governos fazem alguma coisa, isso ainda é insuficiente”. Nesse ponto da discussão, consideraram que menos que investimentos, há um processo de sucateamento em ambos os setores com o objetivo de ganhar força o posicionamento a favor da privatização: “Eu não tenho esperanças de ter um quadro melhor, até porque todo esse processo de sucateamento é na verdade planejado”.

Do mesmo modo, consideraram que **não há transparência nos investimentos feitos na educação** e que a população deveria ter maior participação no controle dos gastos com as políticas educacionais: “A forma como os investimentos são feitos é muito confusa, a educação tem vários pontos de investimentos e pouco controle. Temos necessidades de políticas mais diretas nos municípios e com transparência”.

Em muitos momentos, **o Incid foi citado como um projeto que contribui para uma maior integração e circulação das informações entre as organizações locais:** “A proposta do INCID em sistematizar os dados sobre saúde e educação é muito importante. Essas informações servem para estudo das organizações de classes e também dos diferentes movimentos”. Os participantes consideraram importante, inclusive, se organizarem para apresentar os dados para outras organizações, nos conselhos dos quais fazem parte, bem como levá-los até os gestores: “Eu sou do conselho de saúde, e essa informação vai ajudar muito. O conselho de saúde hoje não tem essas informações”.

DESTAQUES DA MESA

1. Percepção sobre direito à saúde
2. Percepção sobre direito à educação
3. Percepção sobre participação e educação
4. O Incid e a Mobilização Social

REGISTROS MESAS 1 E 2 NAS TOALHAS DE PAPEL

- Problemas no programa do governo para a educação integral;
- Má formação dos profissionais de saúde e educação;
- “É possível mudar a nível local;
- Conselho de saúde é deliberativo;
- Aumentou a desigualdade em Itaboraí;
- Gestão de saúde coordenada por técnicos;
- O atual prefeito de Itaboraí – o processo de saúde vai piorar;
- Os investimentos atraem novas pessoas para a região;
- O atual prefeito ainda não prestou contas!
- 2009 – 2012 passaram 12 secretários!
- As formas como os investimentos são planejados Aliança – PT PMDB – privatização da saúde e educação;
- Faltam instituições de ensino técnico nas regiões do Comperj;
- Gestor é a sociedade!!!!(ou deveria);
- O processo de mobilização ajuda a melhorar os serviços públicos, mas ainda é insuficiente para transformação da sociedade!!!”
- 1960 – até hoje, piorou de qualidade;
- A escola como modelo de inclusão fracassado;
- Educação: sem lastro com a realidade;
- Tanguá não é uma das piores na questão da educação;
- Forma de consciência coletiva no papel da educação;
- O papel da educação – para o trabalho? – para o crescimento cultural?
- As políticas públicas de saúde e educação não atendem a demanda sempre crescente.
- O Comperj não atendeu as expectativas da população;
- Falta de saneamento básico nas cidades de Tanguá e Itaboraí;
- Necessidades de escolas em tempo integral. Como?
- Educação Integral a forma é equivocada;
- O médico: é necessário profissionais de outros países?
- Não tem mão de obra qualificada;
- Qual a função dos movimentos sociais e das organizações?
- Minha casa minha vida meu esgoto!
- Está havendo mudanças nas estruturas de educação;
- Saúde: demanda grande, atendimento precário;
- Estão criminalizando os movimentos sociais;
- O Estado não tem uma política pública por parte dos gestores da região!!

INDICADORES CENTRAIS

- Situação da desigualdade racial no acesso à vida segura
- Situação de desigualdade racial na permanência dos jovens na escola
- Percepção sobre respeito à diversidade

QUESTÕES GERADORAS

- Quais os maiores problemas enfrentados pela população negra nesses municípios? Como podemos agir para mudar essa situação?

RESUMO MESA 3

Nesta rodada de discussão, os participantes consideraram que a discussão sobre raça e etnia deve ser considerada uma questão de premência política com necessidade de se combater as práticas discriminatórias, sobretudo as institucionais, e igualmente promover políticas de educação para as relações étnico-raciais. Observaram ainda que a **invisibilidade da violência e da desigualdade racial no acesso aos serviços públicos** é um dos fatores que mais afetam as condições de vida da população negra: “Entre todos os problemas, a discriminação institucional é a pior faceta da desigualdade racial. Nos postos de saúde, instituições públicas e privadas, a diferença no tratamento de acordo com a raça, é clara, mas infelizmente a maioria das pessoas não percebe essa violência. Para combater essa discriminação é necessário que se coloque em prática as políticas públicas já criadas e que só existem no papel; ao mesmo tempo, deve-se preparar as escolas para tratarem da questão de modo mais eficaz”.

O maior **desafio para se combater a discriminação racial**, observaram, é torná-la visível. A maioria das pessoas não assumem que têm preconceito racial e muitas não conseguem perceber que são vítimas de discriminação. Para tanto, consideraram que “É preciso colocar em prática projetos e recursos já existentes e a sociedade civil deve se apropriar dessas informações e colocar em prática o conceito de equidade. Uma sociedade politizada é necessária para mudar a realidade de discriminação e desigualdade no acesso às oportunidades”.

Observaram ainda que **as mulheres negras são as que mais sofrem discriminação** e que ainda é comum a imagem de que as “mulheres negras aguentam mais do que as outras”, o que contribui para práticas de violência e exploração dessas mulheres no trabalho e na vida pessoal.

A discussão sobre a existência de práticas discriminatórias a outros grupos identitários também ganhou destaque, observando-se que indígenas e nordestinos também são vítimas de violência e práticas discriminatórias. Do mesmo modo, observaram que as desigualdades raciais são mantidas e acentuadas por conta do sistema econômico e social vigente: “as relações econômicas da nossa sociedade perpetuam as desigualdades”.

Ao refletirem sobre o indicador **Situação de desigualdade racial na permanência dos jovens na escola**, os participantes consideraram que os profissionais da educação ainda não tem preparo para abordar a questão étnico-racial de forma adequada, pois ainda não há investimento em políticas de formação continuada para tratar do tema: “Existe um despreparo das escolas para tratar da questão. Mesmo com a cria-

ção da Lei [10.639/03], as escolas não trabalham, ou trabalham inadequadamente a questão étnico-racial. O Estado lavou as mãos e não se preocupa com a capacitação dos professores para tratar da temática. Qual a abordagem que se deve utilizar em sala de aula? Não há! Esse é o problema”.

Ao final da discussão, **os participantes consideraram que é necessário haver maior organização da sociedade civil** para cobrar do Estado ações concretas para combater o racismo institucional e a discriminação: “A sociedade deve se apropriar das informações acerca de projetos e recursos, para cobrar ações no sentido de combater as práticas discriminatórias”.

DESTAQUES DA MESA

1. Percepção sobre respeito à diversidade
2. Racismo Institucional
3. Mulheres Negras
4. Situação de desigualdade racial na permanência dos jovens na escola
5. Mobilização para combater o racismo institucional e a discriminação

REGISTROS MESA 3 NAS TOALHAS DE PAPEL

- Políticas públicas voltada para todos: índios, ciganos, nordestinos, pobre;
- Muita gente é preconceituosa e diz que não é;
- Quem se sente fora do padrão às vezes já vai para uma entrevista de trabalho achando que não tem chance – os negros crescem com esse estigma;
- Tem branco que se acha melhor por causa da criação preconceituosa;
- Existe preconceito entre os próprios negros;
- Você se considera racista?
- Onde você guarda o seu preconceito?
- Desconstruir essencialismos;
- Cobrar do estado medidas focalizadas para erradicação do preconceito;
- Discriminação institucional
- Não aceitação institucional do pertencimento étnico-racial
- Cobrar do estado medidas de erradicação do preconceito racial;
- Despreparo da escola para tratar das relações étnico-raciais;
- Dominação econômica perpetua as desigualdades étnico-raciais;
- Questionar a própria abordagem do ensino das temáticas étnico-raciais.

RESUMO MESA 4

A apresentação das ferramentas do site do Incid, especialmente o Sistema de Indicadores, suscitou uma discussão entre os participantes sobre **a veracidade das informações fornecidas pelos órgãos oficiais** e despertou curiosidade dos mesmos para conhecer melhor as fontes de informação para construção do Sistema Incid. Consideraram que o problema não são os dados apresentados, mas o uso que se faz dos mesmos: “O problema não é os dados que o IBGE passa e sim a maneira como eles usam os dados!”.

Nesse ponto da discussão, observaram que “O diferencial do Incid é a capacidade dos movimentos de se apropriarem dos dados, corrigirem e atualizarem os dados, para que não seja uma via de mão única e os projetos não usem os movimentos e sim os movimentos usem os projetos!”

Com relação às informações do Banco de Dados, os participantes consideraram que o projeto permite que os movimentos sociais tomem ciência das lutas nos territórios e assim haja maior integração e comunicação entre as organizações, contribuindo para **o fortalecimento das diferentes lutas locais**. Para os presentes, é necessário que haja maior mobilização do movimentos sociais e o Incid contribui para se articularem: “o INCID pode ser visto como uma ponte entre essas lutas!”

DESTAQUES DA MESA

1. A veracidade dos dados oficiais
2. O Incid e os movimentos sociais

QUESTÕES GERADORAS

- Como podemos inserir o Incid em nossas práticas?
- Como as nossas práticas podem fortalecer o Incid?

RESUMO PLENÁRIA FINAL

Para os participantes, o **Incid** contribui para um maior compartilhamento de experiências entre instituições do movimento social e o estabelecimento de ações comuns entre as organizações dos municípios: “A proposta do Incid em fazer esta rede é muito importante, pois acaba dando visibilidade as diversas lutas que estão ocorrendo”.

Além disso, observaram que as informações e orientações que obtém participando dos encontros do projeto e no Sistema de Indicadores contribui para o **fortalecimento das lutas locais**, pois dão acesso às informações que têm dificuldade de obter e que muitas vezes são contraditórias com o que vivenciam como acesso à garantia de direitos: “O projeto serve pra mostrar o quanto as contradições são reais e latentes! Deve-se então, a partir disso, cobrar e transformar o sistema. O caminho para movimentos sem lideranças, todos tem a mesma representação do coletivo. A forma coletiva é a forma da transformação e pensar individualmente é fortalecer este estado contraditório. Não existe partido, organização que vai transformar sozinha e sim todos juntos! Essa reunião serve para refletirmos sobre como o pensamento coletivo pode transformar em detrimento do pensamento individual”.

Durante a plenária, os participantes consideraram a importância de atuarem em rede para fortalecimento das lutas por direitos no território, sugerindo para isso a **criação de um Fórum**: “A proposta do Incid em fazer esta rede é muito importante, pois acaba dando visibilidade às diversas lutas que estão ocorrendo! A luta continua e sempre existiu! É importante criarmos um Fórum permanente que vai além de questões economicistas em que se discuta as questões sociais!”.

Por fim, ganhou dimensão as **sugestões para o Incid** realizar novas capacitações para utilização das ferramentas do site; promover rodas de debates com gestores municipais apresentando os indicadores Incid; realizar cooperação técnica com outras organizações e institutos do município para compartilhar os dados produzidos; e participar das reuniões das instituições locais para ouvir mais lideranças: “Hoje tivemos uma aula de capacitação e alimentação do Incid! Nós alimentando o banco de dados através das nossas ações, vamos ajudar o projeto! E do outro lado, o INCID participando das nossas reuniões, dentro de nossas organizações, pode ouvir as lideranças dos bairros!”.

DESTAQUES DA PLENÁRIA

1. O Incid e o fortalecimento das lutas locais
2. Formação de um Fórum
3. Sugestões



RODA DE DIÁLOGO EM GUAPIMIRIM

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES - GUAPIMIRIM (11)
DESENVOLVIMENTO LOCAL Coletivo de Entidades	Conselho da APA de Guapimirim
ASSISTÊNCIA SOCIAL Associações	AGIR - Associação Guapiense Integração Renovadora
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos Comunitários	Associação da bacia hidrográfica do Fojo
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos Comunitários	AACG - Associação de amigos e cidadãos de Guapimirim
INFORMAÇÃO/ COMUNICAÇÃO Grupos Comunitários	Mídia cultura
DESENVOLVIMENTO LOCAL Coletivo de entidades	Federação das associações de moradores do município de Guapimirim
TRABALHO E RENDA Associações	Associação dos recicladores de Guapimirim
SOCIOAMBIENTAL Parque	PARNASO – Parque Nacional Serra dos Órgãos
DESENVOLVIMENTO LOCAL Coletivo de Entidades	Agenda 21
AGRICULTURA Associações	ABIO/RJ/Guapimirim
DESENVOLVIMENTO LOCAL Empresa	Empresa sustentável
ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES - MAGÉ (1)
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos Comunitários	Associação de moradores do Parque Santana II

RESUMO DOS PONTOS MAIS SIGNIFICATIVOS NA DISCUSSÃO DOS INDICADORES, SEGUNDO RELATORIA DAS MESAS

MESA 1

INDICADORES

- Situação do Esgotamento sanitário

QUESTÃO GERADORA

- Os direitos de acesso ao saneamento estão sendo realmente assegurados? A sociedade participa de ações conjuntas com o poder público visando à melhoria do saneamento básico?

POR FALTA DE QUÓRUM, NÃO FOI REALIZADA A MESA 1.

MESA 2

INDICADORES

- Situação do destino do lixo

QUESTÃO GERADORA

- Observando os dados apresentados pelo indicador, que observações você têm a fazer sobre a destinação do lixo em Guapimirim?

RESUMO DA MESA

Os participantes **questionaram os dados oficiais apresentados**, afirmando que as informações são parciais, pois referentes apenas ao processo de coleta, sem considerar a **destinação final do lixo**, que no município de Guapimirim é feita em um “lixão”. Os participantes também pontuaram que os dados relativos aos demais municípios, como por exemplo Magé, não são verídicos.

Consideraram ainda que mesmo as informações do IBGE sobre a situação da coleta do lixo no município não correspondem à realidade: a proporção de domicílios que não possuem ou possuem apenas parcialmente o serviço de coleta de lixo domiciliar e coleta através de caçamba é muito maior, observaram. “Há áreas na periferia de Guapimirim que não são atendidas com coleta de lixo”. Nesse contexto, um dos participantes informou que a Agenda 21 produziu dados sobre a situação do destino do lixo que estão mais próximos da realidade do que ocorre no município.

Destacaram ainda, no âmbito do debate, a **importância da Educação Ambiental**, observando que a questão da destinação do lixo também é de responsabilidade da população. Nesse sentido, consideraram que a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Meio Ambiente deveriam promover em parceria a educação ambiental nas escolas do município e campanhas de conscientização da população.

Apontaram que a conscientização sobre o destino do lixo leva as pessoas a diminuir a produção e realizarem coleta seletiva, separando lixo orgânico de materiais recicláveis.

Outro assunto de destaque na Mesa foi justamente o interesse em projetos voltados para geração de renda por meio de criação de **cooperativas de reciclagem de lixo**: “Há nove anos venho propondo a criação de uma cooperativa dos recicladores que atuem como “conscientizadores ambientais”. Uma cooperativa que cuidará da destinação do lixo e proporcionará geração de renda”.

Os presentes destacaram a importância da **participação da população no processo de gestão dos resíduos sólidos** e consideraram a necessidade de haver maior investimento em políticas públicas voltadas para conscientização e melhoria das condições de coleta e destinação final do lixo. Assim, pontuaram novamente a importância de haver investimento na educação ambiental e destacaram a importância de contratação de agentes de limpeza comunitários.

DESTAQUES DA MESA

1. Questionamento dos dados oficiais
2. Situação do destino do lixo
3. A importância da Educação Ambiental
4. Reciclagem do Lixo
5. Gestão participativa

INDICADORES

- Garantia de investimentos em meio ambiente

QUESTÃO GERADORA

- Vocês observam a aplicação desses recursos na área ambiental?

RESUMO MESA 3

Considerou-se que houve **relativa melhora nos serviços e políticas públicas de meio ambiente** no município. Perceberam ampliação do serviço de coleta regular do lixo no centro da cidade e maior atuação da Secretaria de Meio Ambiente, considerando as gestões anteriores: a Secretaria tem realizado palestras junto às organizações e representantes da sociedade civil, mais especificamente junto à Agenda 21 do município.

Observaram que apesar do Conselho Municipal de Meio Ambiente ter sido criado, ainda não houve nomeação dos conselheiros. Todavia, consideraram que é apenas questão de tempo para isso acontecer e o Conselho iniciar as atividades. Do mesmo modo, observaram que a tendência é que haja mais investimentos no Meio Ambiente nos próximos anos: “Guapimirim tem somente 28 anos de emancipação. Acredito que há a perspectiva de melhora do município”.

Um dos participantes observou, contudo, que muitos projetos e investimento nas questões ambientais já foram perdidos por falta de contrapartida (financeira ou não) da prefeitura. Os participantes ponderaram que com a **organização da sociedade civil** será possível pressionar o poder público para avançar nas políticas de preservação do meio ambiente. Para tanto, reforçaram a importância da atuação do Conselho.

DESTAQUES DA MESA

1. Garantia de investimentos em meio ambiente
2. Participação social

RESUMO MESA 4

Durante a apresentação das ferramentas do site do Incid e com a realização do debate, foi possível perceber que, de modo geral, **a desconfiança dos participantes ainda é grande** com relação aos usos da ferramenta Incid e intenções do projeto. De um lado, criticou-se a opção de estruturar o Sistema de Indicadores a partir dos direitos “formais” e questionou-se a potencialidade do uso político dos dados “percebidos”: “Eu posso usar os indicadores feitos pelo projeto como documentos para apresentarmos aos órgãos como Ministério Público? Estas ferramentas já são contaminadas, e os direitos que são discutidos são todos formais, “garantidos”, positivos e não direitos insurgentes, que surgem diretamente das pessoas e não das formalidades, juízes etc.!”. De outro, questionou-se o uso a ser feito das informações do Banco de Dados: “Nós alimentamos o Banco de Dados de vocês e gostaria de saber o que vocês fazem com esses dados? Pra onde eles vão? Precisamos de parceiros, em outras escalas em que o INCID atua! A minha preocupação é ser cobaia e usado pelo projeto!”.

A tônica da discussão se deu a partir da desconfiança de que as ferramentas do INCID poderão ser utilizadas como forma de intermediação interferindo no diálogo entre os movimentos sociais e os responsáveis pela instalação do Comperj em benefício destes últimos: “O problema é que sempre existem interlocutores que não permitem que olhemos nos olhos do Comperj; são os intermediários que não permitem que o COMPERJ seja transparente e atenda às populações locais, que sofrem com os passivos sociais, ambientais! E tenho medo do INCID ser mais um intermediário entre o COMPERJ e os movimentos, para eles já prepararem o discurso contra nós!”.

Ganhou ainda destaque a **denúncia à atuação do Ministério Público** e as críticas às práticas políticas de **enfraquecimento das esferas de participação social** no município: “O ministério publico é todo comprometido em cargos de indicação do governo, isso se traduz em irmos ao MP contra eles, dizer de Lei pra eles em Magé! Os gestores quando observam que os conselhos estão se estruturando, saem fora e sucateiam os conselhos, que são inclusive maiores que os próprios gestores!!!”.

Por fim, alguns dos participantes pontuaram a **dificuldade de formar redes de atuação** de instituições da sociedade civil no município, indicando que algumas cooperativas já tentaram fazer isso anteriormente, mas não tiveram êxito. Também indicaram a importância de haver (mais) **material impresso com informações do Sistema de Indicadores**, pois é uma maneira mais acessível para a maioria da população: “A mídia impressa seria mais acessível!! Nós dos municípios podemos reproduzir os boletins para distribuí-los nas associações?”.

DESTAQUES DA MESA

1. A desconfiança dos participantes em relação ao Incid
2. A atuação do Ministério Público
3. Estratégias de enfraquecimento da Participação Social
4. Dificuldade de articulação do movimento social
5. Importância de disponibilizar material impresso

QUESTÕES GERADORAS

- Como podemos inserir o Incid em nossas práticas?
- Como as nossas práticas podem fortalecer o Incid?

RESUMO DA PLENÁRIA

Os participantes consideraram a **importância das ferramentas do Incid**, sobretudo para terem acesso às informações sobre o município e com a possibilidade de divulgá-las, fortalecendo as lutas da sociedade civil. Contudo, pontuaram que **temem a descontinuidade do Projeto**: “Acredito na ferramenta do INCID como um instrumento poderoso! Mas eu fico de fato muito preocupada se conseguiremos nos fortalecer e ser fortalecidos por esses projetos, pois vemos tantos projetos com essas propostas e os processos morrem, adormecem! Se não houver continuidade, estímulo, o processo tende a acabar! É preciso de muito cuidado e carinho para que o projeto siga!”.

Consideraram ainda que **acreditam no fortalecimento do Incid através do exercício da cidadania**: “Podemos fortalecer o Incid a partir da nossa cidadania civil! Se não houver uma divulgação dessas estatísticas de vocês, não vai pra frente o projeto! Pagamos 5 meses por ano de impostos para termos governos e só temos (des)governos desde a esfera federal, até a municipal! O que me preocupa não é safadeza dos maus, mas o silêncio dos bons!!! Nossa missão enquanto cidadão é saber exercer nossa cidadania!!! Agora o INCID pode ajudar sim, trazendo dados reais, verdadeiros!”.

Ganhou ainda destaque a reflexão sobre **as instituições do município que estão cadastradas no Banco de Dados**. Um dos participantes observou que são, em sua maioria, instituições vinculadas ao poder público local e que isso compromete a relação do Incid com os movimentos sociais: “A maioria das instituições que foram mostradas na mesa 4, a maioria deles são vinculados à prefeitura. Uma vez estando do outro lado, não tem como fazer nada por nós do lado da sociedade civil organizada!”.

Indicaram, no entanto, **interesse numa ferramenta de georreferenciamento dos dados** produzidos no âmbito do Projeto, considerando esta uma ferramenta importante na luta por direitos: “As ferramentas do Incid são propícias para nosso município e podem nos ajudar muito! Um Mapa seria capaz de instrumentalizar uma territorialização social capaz de evidenciar as mazelas reais das localidades, por exemplo, na região que vivo, não passa um caminhão de lixo há 15 dias! Então um mapa onde as pessoas se identifiquem, é capaz de criarem dinâmicas de uso para os cidadãos locais! Partindo da prática, do chão, para o computador!”.

Ao comentarem sobre os dados de **Situação do esgotamento sanitário**, além de questionarem a veracidade das informações oficiais, pontuaram que há maior dificuldade da população mais pobre conseguir efetuar as obras para adequar a saída do esgoto em função dos preços cobrados pelo serviço e que a prefeitura não utiliza os recursos destinados para as obras de saneamento básico para ampliar a rede de esgoto: “O problema é o seguinte, a classe média que vem morar aqui consegue fazer e pagar as obras para se adequar!! Mas e os pobres que não têm essas condições e sempre moraram no município e sempre pagaram impostos?! A prefeitura sabe que tá errado, pois a prefeitura ganha para fazer essas obras de saneamento! E todo ano, mais de 30 milhões chegam até aqui e nada é feito de concreto!”.

Na plenária final, também discutiu-se sobre a **pouca participação dos movimentos sociais** nos processos decisórios importantes para o rumo das políticas no município: “Estamos preocupados com conselhos, mas estamos esquecendo as conferências que são deliberativas. As pessoas só pensam em ser conselheiros! Se não prestamos atenção nas conferências, não adianta sermos conselheiros!”.

Por fim, sugeriu-se novamente que o Incid possa também ser divulgado pela **mídia impressa**, por jornal, pois observaram que somente 5% da população local tem acesso à internet. Neste momento, um dos integrantes da equipe do projeto informou que a circulação da revista do Incid auxiliará neste processo, bem como, a descentralização do ponto de cadastramento das organizações para ser inserido no Banco de Dados.

DESTAQUES DA MESA

1. A importância do Incid
2. O fortalecimento do Incid
3. Banco de Dados
4. Mapa da Cidadania
5. Situação do Esgotamento Sanitário
6. A participação dos movimentos sociais
7. A divulgação via mídia impressa



RODA DE DIÁLOGO TEMÁTICA EM TERESÓPOLIS E NOVA FRIBURGO

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES (20)
SOCIOAMBIENTAL Poder público	Mosaico Centro Fluminense
HABITAÇÃO E MOBILIDADE/ ACESSIBILIDADE Coletivo de entidades	Conselho Municipal da Cidade de Teresópolis
DESENVOLVIMENTO LOCAL ONG/OSCIP/OS	Ong Diálogo – Por Novas Relações Sociais
INFORMAÇÃO/COMUNICAÇÃO Grupos comunitários	Radio Comunidade
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Associação de Moradores do Parque das Flores
	Associação de Moradores Santa Inês Taurú
	Associação de Moradores e Amigos do Rio Grandina
	Associação de Moradores do Vale da Revolta
	Associação de Moradores da Várzea – AMOVARZEA
	Associação de Moradores Floresta
	Associação de Moradores do Loteamento Maringã
Associação de Moradores de Duas Pedras	

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES (20)
CULTURA Grupos comunitários	Grupos Comunitários / Pro Arte
AGRICULTURA Associações	Associação de Produtores Orgânicos de Vargem Grande
OUTROS Grupos comunitários	Associação das Vítimas das Chuvas de 12 de janeiro de Teresópolis
SEGURANÇA ALIMENTAR Trabalhadores rurais/ pequenos produtores	Associação de Pequenos Produtores Santa Rita
	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Barracão Mendes
	Associação de Pequenos Produtores de Santanna
HABITAÇÃO Coletivos de entidades	Fórum de Moradia de Teresópolis
PARTICIPAÇÃO SOCIAL Coletivo de entidades	Grupo Articulação dos Movimentos - GAM

RESUMO DOS PONTOS MAIS SIGNIFICATIVOS NA DISCUSSÃO DOS INDICADORES, SEGUNDO RELATORIA DAS MESAS

INDICADOR CENTRAL

- Situação de moradores em locais precários

INDICADORES E MATERIAIS COMPLEMENTARES

- Desigualdade no padrão habitacional
- Situação da qualidade dos espaços públicos

QUESTÃO GERADORA

- A partir dos indicadores “Situação dos moradores em locais precários” e “Situação de qualidade dos espaços públicos”, você acha que esses dados do indicador revelam a realidade do seu município?

RESUMO MESA 1

O primeiro aspecto que chamou atenção e que ganhou destaque na discussão foi a **contestação dos dados oficiais** apresentados nos indicadores. Foi unânime para os participantes da Mesa a indignação com relação a não veracidade dos dados. “Quando o IBGE faz essa estatística não é possível que ele considere a realidade... Segundo esses dados, Nova Friburgo é uma maravilha, não há aglomerados subnormais, mas nós que vivemos lá sabemos que há!”. Também para os moradores de Teresópolis os dados apresentados não correspondem à situação vivida no município: “Na cidade de Teresópolis, 62% da população vive em aglomerados subnormais, pois não há saneamento e a água da maioria das comunidades é recolhida das nascentes”.

De acordo com os participantes, ainda que após a tragédia das chuvas de 2011 a **situação da habitação** tenha ficado mais grave no município, consideraram que mesmo antes já existiam aglomerados subnormais, o plano diretor não era respeitado e não havia investimentos em políticas de habitação na cidade: “Um índice altíssimo de ocupações irregulares em locais condenados ao desabamento. Isso se deve à falta de política de habitação na cidade. O próprio poder público, nos últimos 20 anos, construiu 62 casas populares nos bairros do Caleme e Matadouro. No dia 25/08, haverá uma audiência pública sobre habitação popular e transportes. (...) Não há projeto de habitação popular para Teresópolis.”.

Muitos afirmaram que não há um plano de habitação, nem de urbanização da cidade, que há muitos problemas de saneamento e coleta de lixo nos locais mais carentes, onde os serviços são inexistentes ou insuficientes. Observaram, na verdade, que o problema de saneamento básico é crônico nas cidades e atinge a maioria da população e destacaram que a maioria das habitações nestas localidades estão em áreas de risco. “Em Friburgo as 50 unidades de casas populares que o governo do Estado

entregou, no Parque das Flores, podem ser consideradas aglomerações subnormais construídas pelo poder público, pois lá não há transporte, falta ônibus, falta água, falta luz, falta tudo. Algumas casas estão rachando. Estão fazendo a maior propaganda eleitoral sobre as casas e a situação dos moradores é precária. Fizeram ruas tão estreitas que o caminhão de lixo não entra. Em Friburgo, estão fazendo as tubulações para o saneamento básico. Mas e o preço abusivo que está sendo cobrado através de impostos para a população?”

Apontaram, no entanto, que percebem **grandes desigualdades no padrão habitacional** da cidade e omissão do poder público para promover políticas de habitação para as classes populares: “A gente observa que em Teresópolis as únicas construções são de apartamentos para fins especulativos. Apartamentos para a classe média. A lei diz que até 2015 todas as casas devem ter saneamento básico e energia elétrica. Isso diz a lei. Mas será cumprida? Além disso, o interior é sempre o último, do último do último. E lá já se registram aglomerados que em pouco tempo serão do tipo subnormais. Já temos uma favela rural em Vargem Grande. E está em expansão. No interior o transporte é insuficiente, a coleta de lixo, creches e escolas em número reduzido. A maior renda de Teresópolis vem do campo.”

As condições precárias das famílias **vítimas da tragédia de 2011** também foi um tema discutido na Mesa. Conforme observaram, passados dois anos e meio da tragédia, nenhuma política pública efetiva foi realizada para resolver o problema das famílias desabrigadas, nem para encontrar soluções para o problema das moradias localizadas em área de risco: “Eu vejo que o maior problema disso tudo, não é encontrar a solução do problema de habitação em áreas de risco, mas o quanto está custando para os moradores essas soluções, que na maior parte das vezes são soluções malfeitas. O que a gente observa é não estão fazendo as coisas para solucionar os problemas, mas somente para ganhar dinheiro (...) Não existe plano de habitação em Teresópolis. São dois anos e meio pós-tragédia e não se colocou um tijolo, uma pedra. Não se fez nada por isso até agora. Na cidade inteira ocorreram aproximadamente 20 indenizações apenas. Uma denúncia é que o INEA afirma que não consegue fazer obras de contenção porque não tem estrutura, mas num haras aqui vemos máquinas e caminhões do INEA trabalhando para desassorear um rio dentro de um haras na localidade de Vargem Grande. Sobre o aluguel social nós já entramos com mais de 600 ações na justiça. São dois mil e duzentos aluguéis sociais aqui em Teresópolis. Desse total, 600 nós conseguimos na justiça. Infelizmente a nossa administração municipal não é técnica nem voltada para o interesse coletivo”.

Diante disso, outro tema abordado pelos participantes foi a **indignação com a impunidade e o descaso do poder público** com a situação das vítimas da tragédia, em particular, e com a condução das políticas de habitação de modo geral. Conforme relatou um dos participantes: “Dos sobreviventes da tragédia nenhum recebeu casa até hoje. Este é um problema sério. Selecionaram o bairro Fazenda Ermitage para a construção de casas para as vítimas da tragédia. (...) Criar mil e tantas habitações num só local é criar uma nova favela. Lutamos para que haja a descentralização desse local. Que possamos encontrar terrenos nas comunidades. Em Teresópolis nenhuma vítima da tragédia recebeu uma casa. O grande problema é a impunidade.”

DESTAQUES DA MESA

1. Discordância dos dados Situação de moradores em locais precários
2. Desigualdades no padrão habitacional
3. A tragédia de 2011
4. Indignação com a impunidade e descaso

REGISTROS MESA 1 NAS TOALHAS DE PAPEL

- Cobrança aos órgãos públicos;
- Não há projeto de habitação popular;
- Minha casa, minha vida não contempla a classe que deveria ser beneficiada;
- 60% dos dados do IBGE são restritos;
- A quem serve os dados levantados pelo IBGE? Aos pesquisados não alcançam e não servem;
- Subnormal?! O que é normal? 100%
- Dia 25/08 Audiência pública em Teresópolis!! Pátio da Prefeitura;
- Especulação Imobiliária: 4000 apartamentos de classe média – nenhuma construção para classe C;
- 3000 (antes 2011 – hoje?) Marcadores de luz em Campo Grande. Não há reclamantes, todos morreram.
- O grande problema entre o IBGE e a sociedade é que o IBGE aponta números e a sociedade destaca vidas!
- Fé / Determinação / Competência;
- Habitação em área de risco! IBGE: errado!
- Terra e saúde.
- Faltam 3600 casas para os desabrigados de 2011 em Teresópolis;
- Falta de respeito com a população que perdeu suas casas. No discurso dizem que vai ser construído, mas quando e o que?
- Comprar terrenos inapropriados para construir habitações populares em Teresópolis e Friburgo;
- Os dados do IBGE estão totalmente enganados;
- Até 2010 deficit de 2100 habitações;
- Dados de 2010 não confiáveis, pós 2011: menos confiáveis;
- Falta respeitar gestão participativa;
- O poder público tem que ter maior comprometimento na veracidade dos dados apresentados.

INDICADOR CENTRAL

- Percepção sobre o Direito a Espaços Públicos de Qualidade

INDICADORES E MATERIAIS COMPLEMENTARES

- Percepção sobre Participação e Garantia de Direitos

QUESTÃO GERADORA

- A partir do indicador Percepção sobre o Direito a Espaços Públicos de Qualidade, o que esses resultados significam para você?

RESUMO MESA 2

Os participantes têm a percepção que **o direito a moradia ultrapassa a questão do imóvel**, engloba transporte, saneamento, saúde, educação de qualidade, cultura, dentre outros para construção de uma vida melhor: “Não basta ter moradia, esgoto e água. A questão da habitação vai além de ter uma casa. Envolvem várias outras questões como estrutura básica no local. Rio Grandina tem acesso a serviços (escolas, farmácias), mas a luta dos moradores agora é por mais médicos e acabaram de conseguir que um Posto de Saúde da Família (PSF) na região. A moradia é mais que uma casa para morar”.

Nesse sentido, os participantes consideraram que **precisam participar e cobrar se quiserem mudanças e garantia dos direitos**. Contudo, avaliaram que muitos também precisam mudar seus hábitos e construir o entendimento de que os problemas são coletivos: “Alguns grupos vêm tentando fazer um trabalho de recuperação de áreas degradadas e vêm fazendo denúncias. As pessoas precisam enxergar os problemas de cada um como problemas de todos. É preciso lutar pela cidadania: pela casa, por escola, por saúde, respeito, aposentadoria decente. A violação é falta de cidadania”.

A conversa seguiu com **críticas à qualidade das habitações populares construídas pelo poder público** e à quase nula existência de políticas públicas habitacionais para este segmento da população: “A qualidade dessas casas é ruim. O telhado é de isopor e ainda atraem raios. Cada casa possui custo de 57 mil. O espaço total é de 45 metros quadrados para famílias de 6 a 7 pessoas. As ruas são estreitas”.

Diante disso, os participantes consideraram importante **distinguir o conceito de “habitação” formulado pelas instituições públicas**: “Depois da tragédia, 97% casas populares construídas não são moradias dignas. O conceito que precisa ser usado não é o de casas populares, é o de entorno, de habitação. Mobilidade (calçadas, ônibus) e outras coisas”. Outro participante observou que o conceito de habitação é antigo e transformou-se em casa popular. Para o Banco Nacional de Habitação, há dois conceitos: Habitação de Interesse Social e Habitação Popular. A partir daí há apropriações diferenciadas com relação ao conceito de habitação para a Caixa Econômica Federal e para o Ministério das Cidades.”

Por fim, observaram que, por conta da tragédia de 2011, **muitos produtores rurais tiveram que migrar para os centros urbanos** e a adaptação tem sido um sério problema para as famílias, pois neste processo não se levou em conta as características e raízes culturais deste segmento da população. “Sou filha de produtores orgânicos e por isso habitação para mim é terra. Depois da tragédia tudo mudou. O sabor das frutas é diferente. As pessoas estão ficando doentes. A vida na cidade é diferente. Você escuta o que você não quer, vê a vida do seu vizinho. Tem ratos e outros animais nocivos.”

DESTAQUES DA MESA

1. Percepção sobre o Direito a Espaços Públicos de Qualidade
2. Discordância da definição do conceito de habitação
3. Políticas Públicas
4. Adaptação Campo X cidade

REGISTROS MESA 2 NAS TOALHAS DE PAPEL

- Moradia com acesso a: Transporte acessível (\$); Luz, gás ; Creche ; Escola ; Posto de saúde ; Arruamento; Água ; Emprego
- Há recolhimento do lixo, mas muita gente lança nos rios;
- Queremos infraestrutura de verdade nos novos bairros a serem construídos e também naqueles que precisam ser recuperados;
- Os novos governos não tem o menor respeito pelo povo só sabem cobrar sem nada dar em troca.
- Parceria bairro, moradores, associações e governo para a construção de moradias dignas!
- Habitação digna é resultado da união de forças de uma sociedade;
- “Caixotes” populares;
- Habitação digna – transporte, segurança, saneamento, educação, saúde;
- Habitação = direito básico = Qualidade de vida;
- Terra / trabalho;
- Fé / determinação / competência;
- A moradia é o direito do cidadão e da família.
- Limpeza varia de local para local na cidade
- Gueto
- Sustentabilidade
- Aglomeração
- Senzala – favela – comunidade
- Inclusão digital
- Política pública para juventude
- Crianças são catalisadoras dos processos de mudança
- Falta política para juventude;
- Participação, dignidade de vida, redes, comunicação;
- Garantia de direitos!!

- Habitação: visão + ampla integral;
- Sustentabilidade, aposentadoria digna;
- Construtoras que desejam construir casas populares têm projetos aprovados;
- Habitação subnormal?
- Energia como fonte de renda;
- Campanhas de educação – falta de divulgação dos conhecimentos;
- Resíduos como fonte de renda;
- Senzalas = comunidade = gueto – discriminados;
- Favelização da cidade – casas populares feitas em locais de risco com verbas públicas;
- Falta de divulgação do conhecimento.

INDICADOR CENTRAL

- Mapa habitacional

QUESTÕES GERADORAS

- Após o desastre, como ficou o deficit habitacional das duas cidades? Os dados apresentados refletem a realidade dos municípios?
- Quais ações em habitação são tomadas nos municípios e que são conhecidas pelos participantes (preenchimento lousa)?
- Levantamento das áreas de risco dos municípios e apresentação das ferramentas do Incid através de navegação pelo site acessando os Mapas da Cidadania e o Banco de Dados.
- Apontamento no mapa de cada município das áreas atingidas no período de chuvas.

RESUMO DA MESA 3

Ao apresentarem as informações sobre a situação do esgotamento sanitário nas cidades por meio da ferramenta Mapas da Cidadania, novamente, **os dados apresentados foram questionados pelos participantes**: “Esses dados (de 16% Friburgo e 25% Teresópolis) não refletem a realidade. Agora que estão fazendo o trabalho de esgotamento sanitário em Friburgo, e, mesmo assim, somente no centro da cidade”.

Um dos participantes ponderou, dizendo que o resultado dos dados e as críticas dependem do que se entende como local precário: estão considerando áreas de risco ou locais sem infraestrutura? “Se for pensar em local precário enquanto saneamento: toda área de Teresópolis não tem saneamento adequado. Só por esse fato já se sabe que ao menos 60% da população do município moram em locais precários. Já se for enquanto área de risco (desabamento, desmoronamento, etc.), segundo dados, é de mais de 20% do território de Teresópolis”.

Com relação aos materiais complementares, alguns dos participantes afirmaram que Nova Friburgo tem Plano diretor, Fórum da Agenda 21 e Mapa de riscos e informaram que no site do PAC sinaliza o Plano de Habitação de Nova Friburgo em elaboração e com a data de referência de 30 de abril de 2013. Entretanto, alguns participantes disseram que as informações referentes ao Plano não são transparentes e a sociedade não acompanha sua construção. “O plano diretor de Nova Friburgo já existe, mas está engavetado e a população não tem acesso a esse documento”.

Teresópolis também possui, segundo os participantes, Plano diretor, Fórum da Agenda 21, Mapa de riscos, Fórum de Habitação e Conselho da cidade. Houve um grupo de participantes, contudo, que sinalizou a inexistência do Fórum de Habitação. Já o Plano de Habitação, consta no site do PAC com a data de referência de 30 de abril de 2013 e em fase de elaboração, mas houve grande controvérsia quanto à existência efetiva do Plano em Teresópolis: “Plano de habitação é uma reforma urbana (planejamento em infraestrutura, pavimentação, esgotamento sanitário, etc.). Logo, não se pode dizer que se tenha um plano. O que o governo chama de plano de habitação é só para poder construir casas populares”.

De todo modo, os participantes concordaram que apenas o fato de existirem os planos municipais não significa muita coisa, pois não garante que existam ações efetivas sobre para garantia do direito à habitação.

DESTAQUES DA MESA

1. Questionamento dos dados
2. Políticas de Habitação

REGISTROS MESA 3 NAS TOALHAS DE PAPEL

- Complementar as informações;
- Abastecimento constante e participativo do banco de dados;
- Estimular a conscientização do exercício da cidadania;
- Responsabilidade de todos;
- Habitação núcleo social – saneamento, saúde pública, educação, transporte, segurança, manutenção, responsabilidade de todos, proteção, organização social;
- Estimular a conscientização do exercício da cidadania;
- A comunicação é o primeiro passo para que qualquer ação tenha sucesso;
- Fé / Determinação / e Competência;
- Troca de experiências;
- Criação de redes comunitárias – circulação de conhecimento.

QUESTÕES GERADORAS

- Como podemos inserir o Incid em nossas práticas?
- Como as nossas práticas podem fortalecer o Incid?

RESUMO PLENÁRIA FINAL

Para os participantes, **o trabalho junto das organizações, a troca de informações entre elas fortalece as práticas das mesmas e também fortalece o Incid**: “É importante as associações trabalharem juntas, principalmente as que estão na Roda de Diálogo. É preciso trabalhar juntos para fazer a diferença. Esse trabalho de união das associações vai fortalecer as próprias práticas e também fortalecer o Incid”.

Também consideraram que além da troca de experiências entre as instituições, o acesso à informações possibilitada pelo Incid enriquece o processo de debate e luta da sociedade civil: “A roda esclareceu diversas coisas e deu subsídios para o trabalho dos grupos, além de proporcionar um diálogo entre pessoas de dois municípios sobre uma questão que está presente em ambos, a habitação”.



RODA DE DIÁLOGO TEMÁTICA EM SÃO GONÇALO – MULHERES

INSTITUIÇÕES E PARTICIPANTES

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES (21)
TERCEIRA IDADE Grupos comunitários	Projeto Social Idade Não Conta (PSINC)
ASSISTÊNCIA SOCIAL ONG/OSCIP/OS	Comunidade S8
GÊNERO ONG/OSCIP/OS	Movimento de Mulheres de São Gonçalo – Projeto Neaca
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Centro Comunitário Batista Doce Lar
GÊNERO Grupos identitários	Coletivo de Mulheres da Universidade Federal Fluminense
	Associação de Mulheres do Estado do Rio de Janeiro
	União Brasileira de Mulheres
	Mulheres que Acontecem
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Coletivos de Jovens Mulheres Mageenses
TRABALHO E RENDA Associações	Associação de Professores Inativos da Universidade Federal Fluminense
GÊNERO Grupos de estudo e pesquisa	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Gênero
ASSISTÊNCIA SOCIAL ONG/OSCIP/OS	Niterói mais Humana

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES (21)
QUESTÕES RACIAIS Poder público	Coordenadoria Especial de Igualdade Racial / Rede Nacional de Religiões Afrobrasileiras
ASSISTÊNCIA SOCIAL Grupos comunitários	Rede Social Jardim Catarina
LAZER Espaços ou grupos culturais	G.R. Combinados da Alegria (escola de samba).
INFORMAÇÃO/COMUNICAÇÃO / ASSOCIAÇÕES	Em-Foco
ASSISTÊNCIA SOCIAL Espaços ou grupos religiosos	Primeira Igreja Batista em São Gonçalo
QUESTÕES RACIAIS Grupos identitários	Negros Gonçalenses em Ação
ASSISTÊNCIA SOCIAL Grupos religiosos	Instituição Cristã Amor ao Próximo
SAÚDE Grupos comunitários	Centro de Atendimento a AIDS (CAAIDS)
GÊNERO Grupos de geração de renda	Mulheres do Salgueiro

RESUMO DOS PONTOS MAIS SIGNIFICATIVOS NA DISCUSSÃO DOS INDICADORES, SEGUNDO RELATORIA DAS MESAS

INDICADOR

- Situação da desigualdade de gênero na remuneração.

QUESTÃO GERADORA

- Como vocês avaliam o fato das mulheres ganharem menos? Há diferença salarial entre as mulheres (Questões raciais, orientação sexual)?

RESUMO MESA 1

Nos debates travados pelas mulheres que passaram por esta Mesa, **reafirmou-se que há sim diferenças salariais entre as mulheres**. As principais condicionantes apontadas foram o preconceito racial e de orientação sexual, mas observaram também que as desigualdades socioeconômicas mantêm um grupo de mulheres vivendo em condições precárias sem condições efetivas de ascender socialmente. Conforme observaram, mulheres inseridas nestes grupos são mais vulneráveis e acabam assumindo postos de trabalho precários e/ou de baixa remuneração. “O preconceito com a mulher negra existe e está presente na realidade e no mercado de trabalho. É preciso interagir com as mulheres que tem a autoestima baixa, é necessário apoiar as mulheres que se encontram em situações precárias, pois esses elementos condicionam as mulheres a aceitarem qualquer tipo de emprego. (...) As mulheres que ganham mais estão nos cargos públicos e, em geral, as mulheres ganham menos que os homens ainda que ocupem o mesmo cargo. Por outro lado, as mulheres negras ganham menos que as mulheres brancas”.

Em um exercício de categorização do espaço de trabalho formal, citaram como exemplos de postos de trabalho ocupados historicamente por mulheres: caixas de supermercado, recepcionistas, atendentes de telemarketing, secretárias, merendeiras, vendedoras entre outros. Em geral, as oportunidades são em postos menos qualificados e que remuneram menos que os homens. Ressaltaram a **importância do mercado informal para geração de renda**, no qual boa parte das mulheres trabalham como manicures, explicadoras, artesãs, costureiras, sacoleiras, bordadeiras, passadeiras, entre tantos outros postos de trabalho criados na informalidade por elas mesmas e que permitem conciliar o trabalho com as atividades domésticas e obrigações com o/as filho/as.

Apesar de salientarem os **avanços conquistados** que levaram ao aumento da escolaridade entre mulheres e uma maior inserção das mesmas no mercado de trabalho, afirmaram que a **diferença salarial entre homens e mulheres** que desempenham a mesma função permanece. Todavia, observaram que as mulheres têm buscado mais formas de conquistar autonomia financeira e sair da dependência dos companheiros: “Ainda que as mulheres ganhem menos, atualmente elas buscam seu espaço e não esperam mais do companheiro. Muitas mulheres, historicamente, se submetem ou submeteram a situações de violência por dependência financeira dos companheiros”.

Elas consideraram ainda a **desigualdade de gênero** como um entrave para o desenvolvimento pessoal das mulheres, que acabam abdicando de sua vida profissional para assumirem as responsabilidades familiares. “As mulheres historicamente abrem mão de sua profissionalização para dar conta das tarefas do lar”.

Neste contexto, identificaram a **falta de creches** como outro entrave para o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres principalmente do meio popular. Neste quesito, consideraram que o poder público não atua de modo a garantir a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Denunciaram, por fim, que mesmo com algumas mudanças em função das conquistas na garantia dos direitos da mulher, **muitas mulheres ainda são vítimas de violência** (física, psicológica) por conta da dependência financeira em relação aos seus companheiros.

DESTAQUES DA MESA

1. Elementos condicionantes das diferenças salariais entre mulheres
2. Geração de renda e mercado informal
3. Diferença salarial entre homens e mulheres
4. Avanços
5. Desigualdade de gênero e impacto na profissionalização
6. A falta de creches
7. Violência contra a mulher

INDICADOR

- Situação da desigualdade de gênero no acesso ao emprego

QUESTÃO GERADORA

- Vocês consideram o trabalho das mulheres mais precário que o dos homens (por que)? Quais impactos vocês acreditam que a informalidade e a precarização podem trazer para as mulheres?

RESUMO MESA 2

As participantes da Mesa 2 iniciaram o diálogo propondo uma correlação direta entre **pouca qualificação profissional e precarização das condições de trabalho da mulher**. Consideraram, nesse sentido, que o problema não é quanto a oferta, pois observam que há uma oferta significativa de cursos profissionalizantes para o público feminino. Ressaltaram, contudo, que, por um lado, estes cursos não dialogam com a realidade e com as necessidades das mulheres das classes populares, pois são construídos sem interação com as dinâmicas locais. Por outro lado, observaram que não são oferecidas as condições necessárias para promover a profissionalização das mulheres, pois **faltam investimentos públicos em políticas de mobilidade, creches e oferta de escola integral** para as crianças entre outros: “Hoje você tem os cursos de qualificação. (...) Esses cursos são válidos, mas você tem que estar em contato com essas mulheres. É preciso fazer coisas que são acessíveis às mulheres. É muito difícil que uma mulher que mora no Pombal saia de lá e realize um curso no centro. Você tem que dar oportunidade de acesso. O problema desses cursos é que eles são oferecidos sem que haja um estudo da realidade das comunidades”.

Observaram também que **a falta destes serviços públicos afeta também a inserção das mulheres no mercado de trabalho**. “As mulheres, muitas vezes, têm vários filhos. Além disso, existe a questão da dificuldade de locomoção, pois os lugares onde moram não têm nenhuma infraestrutura. Daí, então, fica muito complicado fazer um curso e levar todos os filhos juntos. Também não tem creche. As avós, quando podem, que ficam tomando conta. As crianças só têm acesso à creche até os 7 anos. Daí, então, a extrema necessidade da construção de escolas integrais”.

Apontaram os **programas sociais do governo federal**, especificamente o Bolsa Família, como importante alavanca para promover condições para maior qualificação destas mulheres e de seus filhos, contribuindo para inserção no mercado de trabalho: “Essas políticas do governo têm ajudado muito a mulher a se promover. Nós vemos que as minorias se utilizam das ações positivas como alavanca. A gente vê um grande número de mulheres graduadas. Hoje a mulher tá se qualificando mais, a mulher está se qualificando mais que o homem. Há uma possibilidade da mulher estar muito mais no mercado de trabalho do que antes. As mulheres que estão na informalidade, no negócio próprio, vão buscar mais qualificação”. Entretanto, consideraram a **necessidade de haver articulação entre os programas de governo** para ocorrer de fato a inserção destas mulheres no mercado de trabalho: “As crianças, por causa do bolsa

família, passaram a frequentar a escola. Se juntassem isso com a questão do trabalho, ia melhorar muito. O problema não é o bolsa família. Os outros programas têm que andar juntos. Tem que atrelar esses programas.”

Outro ponto de destaque da discussão foi a consideração sobre a **situação das mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho formal** que não é necessariamente melhor das que estão **inseridas no mercado informal**. Consideraram que no mercado de trabalho formal os postos de trabalho ocupados por mulheres são os menos qualificados e mal remunerados: “Boa parte das mulheres que têm emprego de carteira assinada está no telemarketing”. Já as mulheres que estão no mercado informal, muitas delas montam seus próprios negócios na informalidade, enquanto na formalidade dificilmente alcançariam um posto de chefia.

A **discriminação de gênero e por conta da raça/etnia ou do local de moradia** são fatores apontados como determinantes nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres para ingresso no mundo profissional, o que torna estas populações mais vulneráveis à precarização nas condições de trabalho. “A questão do local onde a pessoa mora também interfere no mercado de trabalho. Se a pessoa mora no Morro do Estado, ela sofre discriminação. Mas a mulher sofre todo tipo de discriminação. A palavra mulher já traz preconceito. Mas quando você fala mulher, você tem que definir quem é essa mulher, se é negra sofre mais”.

Assim, observaram que a discriminação contra as mulheres em geral no mercado do trabalho ainda existe e apontaram que o machismo no âmbito familiar é um dos principais entraves para que as mulheres se desenvolvam e possam se inserir no mercado de trabalho formal ou montar seu próprio negócio.

Por fim, pontuaram o interesse em pesquisas que revelem a **situação das mulheres em cumprimento de pena**: “80% das mulheres presas hoje estão nessa situação por conta do tráfico de drogas. (...) Existe a necessidade de olhar para essas mulheres, pois não existem dados que tratem dessa questão”.

DESTAQUES DA MESA

1. Pouca qualificação profissional e trabalho precário
2. Ausência de políticas públicas correlatas para possibilitar qualificação profissional
3. Ausência de políticas públicas correlatas para possibilitar inserção no mercado de trabalho
4. Políticas Públicas
5. Situação da mulher no mercado de trabalho formal e informal
6. Discriminação e desigualdades no ingresso ao mercado de trabalho
7. Mulheres cumprindo pena em regime de reclusão

INDICADOR

- Percepção Sobre a Existência de Preconceito Contra Mulheres
- Respeito aos direitos

QUESTÃO GERADORA

- Quais os direitos frequentemente violados e os preconceitos cotidianamente sofridos pelas mulheres?

RESUMO MESA 3

As participantes consideraram necessário assumir as diferenças entre diferentes “grupos” de mulheres para identificar os **diferentes preconceitos e violações de que são vítimas**. Estes grupos foram categorizados por raça/etnia, por classe social, orientação sexual, idade, entre outros. Todas sofrem os preconceitos e violações comuns a todas as mulheres, mas há violações específicas aos direitos das mulheres negras; às lésbicas; às mulheres pobres etc. “Esse é um problema sério. Quando você estuda a questão do gênero e do feminismo, sem prestar atenção nestes subgrupos, é uma grande falha. É necessário prestar atenção nas mulheres com deficiência, a pobre, a rica, as que pertencem ao grupo LGBT. Acredito que é isso que vamos discutir aqui”.

A partir daí, as mulheres consideraram que **os dados apresentados não correspondem à realidade** sendo muito maior a percepção delas da **existência do preconceito contra mulheres** no diferentes espaços: “Muitas vezes as pessoas são preconceituosas, mas não percebem. Muitas mulheres são consideradas menos capazes que os homens”.

No âmbito familiar, o machismo impacta a divisão de responsabilidades e tarefas domésticas, as quais ficam em sua maioria a cargo das mulheres e não são atividades valorizadas: “Há muitos preconceitos dentro da família, de quem vai lavar a louça, por exemplo. As várias atividades do dia a dia são consideradas atividades masculinas ou femininas (...) Os maridos depois que separam dizem que é tudo dele, não enxergando o papel da mulher nessa construção”.

Ainda no âmbito das relações conjugais, por causa do machismo as mulheres são vetadas de entrar no mercado de trabalho, de alçar o desenvolvimento profissional e conquistar autonomia frente aos maridos que as subjugam. Esta dependência torna estas mulheres vulneráveis e vítimas fáceis da violência de seus companheiros. “Muitas mulheres também não tem acesso à educação e ao mercado de trabalho, pois são vetadas pelo seu marido. Apesar de hoje estarmos com a conscientização, ainda existe a violência muito ocultada. A violência física contra as mulheres, vemos mais mulheres assassinadas. Hoje no Brasil ainda é muito presente.”

Destacaram que **no mundo do trabalho** as mulheres são vítimas de vários preconceitos e sofrem violação cotidiana de seus direitos: o assédio sexual e as desigualdades salariais entre homens e mulheres foram apontadas como aspectos mais visíveis do preconceito contra mulher no mundo do trabalho. Mas pontuaram ainda que a invisibilidade do trabalho desenvolvido pelas mulheres é outra forma deste preconceito se manifestar.

A **violação dos direitos à saúde da mulher** foi apontado como um dos mais sentidos no cotidiano. Os direitos ao parto, à licença maternidade são constantemente violados, assim como o direito a amamentação. “Observo a violência institucional durante o parto. O direito a maternidade como um todo desde o direito de onde vai parir ao direito que ela tem de escolha de um acompanhante, mas nada disso tem sido garantido, salvo por algumas políticas municipais. Não está garantido isso que está estabelecido por lei”.

Nesse âmbito, consideraram que o desconhecimento dos direitos leva muitas mulheres a sofrerem boa parte destas violações e determina a postura passiva na luta por melhores condições de vida: “ Você tem o direito mas não o conhece. Acho que a baixa estima leva a isso. (...) Você vai na câmara dos deputados, mas se pergunta: o que vou fazer lá? Você mesmo se anula. O outro também diminui você”.

A falta de representatividade feminina na vida política também ganhou destaque na discussão, apontada como **violação dos direitos políticos das mulheres** e consequência do machismo na sociedade: “Quando entramos na questão do olhar sobre o quadro de políticos, a maioria é composta por homens. O que os leva a ter esse poder é a fala. Quando as mulheres se colocam de forma mais propositiva para o coletivo, ela é mal vista de pelos homens”.

QUESTÕES GERADORAS

- Como podemos inserir o Incid em nossas práticas?
- Como as nossas práticas podem potencializar o Incid?

RESUMO MESA 4

A proposta de discussão da Mesa 4 se deu por intermédio da apresentação do Sistema Incid e suas ferramentas, destacando-se o funcionamento do Sistema de Indicadores e do Banco de Dados.

O melhor entendimento das possibilidades do INCID a partir do manuseio das ferramentas existentes no site fez com que as participantes considerassem possibilidades do uso do Sistema para **articular a cidadania ativa do território**: “Cada movimento faz o seu site e um não acessa o outro. Muito bom ter um espaço onde todos se reúnam no banco de informações”.

Outra possibilidade considerada para inserir o Incid nas práticas das instituições foi de os participantes **utilizarem os dados para embasar o diálogo como o poder público**, apresentando dados mais próximos da realidade e que não retratem apenas a perspectiva oficial.

Contudo, durante a discussão das ferramentas, foi sugerido à equipe de pesquisadoras/es procurar outras fontes de dados produzidas por organismos públicos, como os CRAS ou Postos de Saúde, que podem **colocar em questão os dados** apresentados a partir de fontes como as do IBGE. “Os dados do CRAS ou dos postos de saúde vão divergir com estes dados apresentados pelo IBGE.”

Pontuaram ainda a possibilidade de **dar visibilidade às diferentes ações desenvolvidas pela sociedade civil** no âmbito dos bairros e municípios, contribuindo para superar o estigma de pobreza e violência associado às comunidades locais.

Finalmente, pontuou-se a importância de reunir dados de diferentes fontes para a luta dos movimentos sociais e indicou-se o **interesse pela produção de novos indicadores**, como o da Situação de Mulheres em regime penitenciário: “Seria interessante desenvolver novos indicadores, como por exemplo, a quantidade de mulheres que estão cumprindo pena. Uma coisa é trabalhar os dados do IBGE, outra coisa é trabalhar com os dados de diferentes fontes reunidos no INCID”.

DESTAQUES DA MESA

1. Incid e articulação da cidadania ativa
2. Uso das informações na relação com poder público
3. Visibilidade das ações de cidadania ativa
4. Sugestões de novos indicadores

QUESTÕES GERADORAS

- Como podemos inserir o Incid em nossas práticas?
- Como as nossas práticas podem fortalecer o Incid?

RESUMO DA PLENÁRIA FINAL

As participantes destacaram que a **apropriação de dados que desvendam o território** no qual vivem foi uma das principais contribuições do INCID para o movimento social: “É importante esta aproximação, para ter um olhar diferente sobre os municípios sob influência do Comperj, com temas que já aparecem como a formação profissional, a migração, o aumento da violência. Para tanto é importante esta leitura dos dados do IBGE, mesmo que seja para questionar”.

Também apontaram o Incid como uma nova ferramenta de apoio a processos de formação e pesquisa desenvolvidos na região: “O INCID já faz parte de nosso contexto, porque iremos realizar formação em direitos humanos, onde estes dados podem ser usados.” Outra participante integrante de um núcleo de pesquisa indicou a possibilidade de inserção dos dados na biblioteca da instituição: “o resultado destas pesquisas pode ser incluído no sistema, podem colocar na biblioteca.”

O banco de dados da cidadania ativa foi considerado uma **ferramenta importante para impulsionar e fortalecer o trabalho em rede das instituições**: “Vamos poder utilizar tudo que estão conseguindo catalogar. É realmente fantástico este trabalho que estão desenvolvendo. Desde os anos 90 que esta demanda está presente no movimento de mulheres, de ter um banco de dados comum para as diferentes iniciativas”.

Os participantes concordaram que podem **contribuir para o INCID** apontando novas temáticas caras para o território e que necessitam da formulação de indicadores, assim como na produção de dados a serem sistematizados por pesquisadores/as.

Ao encerrar a discussão, apontaram a necessidade de **contextualização dos dados estatísticos** nos processos sociais e históricos de cada território, o que deve ser feito em diálogo com os atores locais. Dados estatísticos são muito estáticos, do aqui e agora. É preciso ter uma leitura no tempo, com dados do passado e do presente”.

DESTAQUES DA PLENÁRIA

1. O Incid permite novo olhar sobre o território
2. O INCID como ferramenta de formação e pesquisa
3. O INCID no fortalecimento da cidadania ativa
4. A contribuição para o Incid
5. Necessidade de contextualizar os dados



RODA DE DIÁLOGO EM SÃO GONÇALO

INSTITUIÇÕES E PARTICIPANTES

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES (11)
CULTURA Espaços ou grupos culturais	Sociedade de Artes e Letras de São Gonçalo
	Observatório do Hip Hop – Consciência, Liberdade, Atitude e Movimento (CLAM).
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	União das Associações de Moradores de Bairros de São Gonçalo – UNIBAIRROS
SOCIOAMBIENTAL ONG/OSCIP/OS	Guardiões do Mar
ASSISTÊNCIA SOCIAL Grupos comunitários	Centro de Integração Analice Nunes - CIAN
CULTURA E INFORMAÇÃO/ COMUNICAÇÃO Grupos comunitários	Biblioteca Comunitária Visconde de Sabugosa
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Projeto Amo Salgueiro
	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Catarina
QUESTÕES RACIAIS Grupos de estudo e pesquisa	Centro de Estudos Brasil África – CEBA
CULTURA E INFORMAÇÃO/ COMUNICAÇÃO Espaços ou grupos culturais	Ponto de Cultura Olhar Verde
ASSISTÊNCIA SOCIAL ONG/OSCIP/OS	Centro de Referência Integral de Atuação Social – Ong CRIAS

RESUMO DOS PONTOS MAIS SIGNIFICATIVOS NA DISCUSSÃO DOS INDICADORES, SEGUNDO RELATORIA DAS MESAS

MESA 1

INDICADOR

- Taxa de roubos de rua por cada 10.000 habitantes

QUESTÃO GERADORA

- Vocês se sentem mais inseguros em São Gonçalo?
- Como vocês avaliam o fato da população negra sofrer mais violência?

RESUMO MESA 1

Nesta Mesa, a percepção do **aumento da violência no espaço escolar** foi um dos pontos que ganharam destaque na discussão dos participantes, que apontaram a desestrutura familiar e inserção num cotidiano de violência como principais causas deste problema. “Vejo o aumento da violência dentro das escolas. (...) Estava mais de 5 anos fora da escola. Deixei um cenário e encontrei outro. (...) Sempre trabalhei com a afetividade, só que hoje até para afetividade existe uma barreira. (...) São crianças com um histórico muito triste de desestrutura, também por conta da ausência de tempo de pai e mãe. O toque. Eu tive que parar porque eles respondem dessa forma, com rejeição. Crianças de 11, 12, 13 anos, não aceitam o contato do professor.”

Os participantes trouxeram recorrentemente à discussão sua preocupação com o envolvimento de crianças, adolescentes e jovens no universo do crime e do tráfico de drogas, mais especificamente, considerando que estes têm o traficante como grande ídolo. Nesse sentido, pontuaram algumas iniciativas existentes que buscam prevenir ou resgatar jovens deste universo e listaram algumas ideias para serem implementadas: “Tem que ter uma biblioteca com suporte no bairro, fazendo festa em frente à biblioteca”.

Os participantes da mesa ratificaram os dados apresentados do DATASUS que revelam que **negros e pardos são a parcela da população que sofrem mais assassinatos**, denunciando a discriminação racial na abordagem realizada pelos agentes públicos de segurança. “Vejo no nosso bairro, que há um tratamento, uma abordagem diferenciada com o negro, o pardo. Acho que isso é um problema da própria segurança.”

A discriminação contra LGBTs e o índice de **assassinatos em decorrência da homofobia** também ganhou destaque pelos participantes da Mesa.

Os **conflitos fundiários** em comunidades populares também foram apontados como uma das causas do aumento da violência nestes territórios: “As áreas mais afastadas do nosso bairro estão com um crescimento desordenado, onde há grileiros e o poder público não toma nenhuma providência. Como essa área vai ficar? Isso tudo é uma questão de segurança”.

Por fim, os presentes avaliaram que a política de segurança posta em curso pelo Estado é inadequada e tem contribuído para aumentar os índices de violência na região: “Depois que começaram a pacificar o Rio de Janeiro houve um aumento monstruoso de delitos. Saíram do Rio e foram para Araruama, Maricá...”.

DESTAQUES DA MESA

1. Violência no Espaço Escolar
2. Discriminação racial e contra LGBTs
3. Conflitos fundiários em meio urbano
4. Política de segurança

INDICADOR

- Gasto per capita das despesas de saúde

QUESTÃO GERADORA

- Quais os principais problemas da saúde em seu município? Quais os problemas dos serviços de emergência? Para onde vão os pacientes que não conseguem atendimento no município?

RESUMO MESA 2

Os participantes da Roda fizeram várias **denúncias da precariedade do serviço público de saúde** e do atendimento de saúde prestado em São Gonçalo. As denúncias pontuaram a falta de profissionais, de medicamentos e de estrutura adequada de atendimento da população: “Não existe atendimento especializado, os hospitais prestam péssimo atendimento e ainda atende os pacientes de municípios vizinhos.”

Diante desse quadro de precariedade, **denunciaram a corrupção e a má gestão** que envolve desde os setores públicos de gestão da saúde às unidades hospitalares como os principais fatores para o mau funcionamento da saúde: “A corrupção envolve toda a equipe do hospital (...) há necessidade de mais fiscalização” Estamos acostumados com o mau atendimento por parte dos médicos que são indicados por políticos em toda a área, postos da família, pronto socorro e hospitais. Além de todos esses problemas, há os desvios de medicamentos por parte dos vereadores juntamente com os profissionais de saúde.”

Destacaram ainda que a terceirização dos serviços de saúde contribuiu pra agravar o quadro: “O número de terceirizações de profissionais de saúde e serviços relacionados a área fizeram com que o Estado impusesse essa mudança na situação; ou então a saúde do município seria administrada pelo Estado”.

Por fim, os participantes da Mesa consideraram necessário maior mobilização da sociedade civil e maior transparência sobre as políticas para a saúde no município para **garantia do direito à saúde**. Conforme observaram, são muitas as ações necessárias para a melhoria dos serviços de saúde, como por exemplo, a contratação de agentes de saúde comunitários; melhoria no atendimento do SAMU e diminuição no tempo de espera para atendimento e marcação de consultas nos hospitais e postos de saúde públicos; a necessidade de investimentos em centros de reabilitação para dependentes químicos, entre outros. “A necessidade da volta de agentes comunitários, que trabalhem com eficiência e que não sejam indicados por vereadores e sim selecionados por concursos públicos. Um cadastramento geral dos pacientes em um único sistema facilitando o encaminhamento e transferência entre hospitais e postos no município.”

DESTAQUES DA MESA

1. Precariedade do serviço de saúde
2. Atendimento deficiente e inadequado
3. Denúncias de corrupção, indicação política e desvio de medicamentos
4. A luta por direitos
5. Garantia do Direito à Saúde

INDICADORES

- Percepção do direito a espaços públicos de qualidade.
- Percepção sobre diferença e educação.
- Percepção sobre o direito a educação.

QUESTÃO GERADORA

- Levando em conta os serviços educacionais de creche, ensino fundamental, médio e universitário, quais os principais problemas relativos à educação em São Gonçalo? Os espaços contemplam a demanda da população? Os espaços públicos oferecem possibilidades para o fortalecimento da cidadania?

RESUMO MESA 3

Nesta Mesa, os participantes deixaram bem marcada a percepção que têm da **precarização da educação** em São Gonçalo. Os salários baixos praticados, a carência de professores, poucas creches, merendas terceirizadas e a falta de transporte escolar estão entre as denúncias apresentadas. “Há cerca de 8 Creches municipais e 42 conveniadas; há 99 escolas municipais, que, até 2014, de acordo com a LDB, o ensino médio passará para o município. A rede educacional sofre com falta de professores, merenda e uniformes. Atualmente, no município a merenda é terceirizada e as merendeiras concursadas tem ficado sem trabalho nas escolas. O município de São Gonçalo, (...), conta com o 2º pior salário da região da Baía, por outro lado, a frota de ônibus escolar é pequena e precarizada”.

Outra discussão que ganhou vulto na Mesa foi sobre a obrigatoriedade das escolas acolherem alunos com necessidades especiais sem haver preparo do corpo docente, nem de infraestrutura para recebê-los. Conforme observaram, a atual **política de inclusão nas escolas da rede pública** sem adequação de pessoal e estrutura para atender esta demanda tem gerado um processo de exclusão destas crianças do convívio escolar. “Há crianças especiais que ficam em casa, pois aos professores não são capacitados e não há professores de apoio. (...) a obrigatoriedade da inclusão vem excluindo as crianças do espaço escolar”

Falou-se ainda sobre a **pouca oferta educacional para o segmento de jovens e adultos**. Os participantes apontaram a restrição de horários para educação de jovens e adultos no município como fator de exclusão, visto que as turmas só funcionam na manhã e tarde.

Destacaram o baixo percentual da população de São Gonçalo que dá prosseguimento aos estudos após o Ensino Médio, ingressando no Ensino Superior. A maioria dos jovens têm interesse em realizar cursos técnicos e ingressar no mercado de trabalho. Este quadro configura a **baixa escolarização da população** do município: “O ensino superior público em São Gonçalo é ocupado pela população de outros municípios e este problema tem origem no déficit educacional de São Gonçalo. Os jovens só se interessam por trabalhos técnicos”.

Sobre os espaços públicos de convívio existentes, ressaltaram que estes são insuficientes. A maioria não tem estrutura adequada e não há uma política de ocupação destes espaços com projetos e atividades para a população. Por consequência, boa parte ou está subutilizada ou, por vezes, ocupada por usuários de drogas. Consideraram ainda que há diferença nos equipamentos existentes nesses espaços conforme a caracterização social do bairro onde estão localizadas: “Hoje no município se criam espaços de convívio, porém, não há projetos, profissionais para ocupar esses espaços. O plano diretor foi aprovado, mas não é efetivado (aprovado desde 2007). As praças são mais precárias nos bairros pobres, às vezes nem há praças, apenas terrenos baldios que desempenham a função de espaços de lazer”.

DESTAQUES DA MESA

1. Situação da educação
2. Educação especial
3. Educação de Jovens e Adultos
4. Nível superior
5. Espaços públicos de cultura e lazer

QUESTÕES GERADORAS

- Como podemos inserir o Incid em nossas práticas?
- Como as nossas práticas podem potencializar o Incid?

RESUMO MESA 4

Uma das preocupações dos participantes desta Mesa foi em relação à **articulação das instituições** cadastradas no Banco de Dados da Cidadania Ativa. Consideraram desafiante articular as organizações a partir de ações concretas no território. “A informática ajuda muita a contabilizar, mas é preciso ter a ação. Muitos contatos vêm a partir da divulgação de rede, mas é preciso ter interação. Tem que mostrar o trabalho. A ferramenta é importante, mas é preciso ter resultado”.

Outra preocupação que externaram foi em relação à dificuldade de incorporar à rede de movimentos sociais alguns **grupos estigmatizados pelo preconceito e pela violência**, como as religiões de matriz africana que, marcados pela história de perseguição, não costumam se expor em um primeiro contato. “O pessoal de matriz africana não vai “dar a cara tapa”. Já é uma coisa antiga. Sabe por que os terreiros têm muro alto? Para polícia não entrar e quebrar tudo. O pessoal de candomblé e umbanda se resguardam, escondem as guias. Eles não vão se expor. Qual o enfrentamento vocês tem para isso?”.

Destacou-se ainda a **importância das ferramentas e dados INCID** como contraponto aos dados oficiais produzidos pelos governos locais, muitas vezes orientados por interesse político e que não condizem com a realidade vivenciada pela população. “Não é como os indicadores da prefeitura que colocam inverdades. Dizem que fizeram isso ou aquilo, e na ponta vemos que não é verdade.”

Por fim, pontuaram o **papel do Incid na divulgação de informação de interesse à sociedade** em geral, seja para acesso aos serviços oferecidos pela Cidadania Ativa, seja para ter informações sobre o que acontece de positivo nos bairros onde moram, o que pode contribuir para desenvolver ou fortalecer o sentimento de pertença a comunidade. “Este tipo de informação teria que ter mais visibilidade. As pessoas desconhecem estas coisas que acontecem. Isso teria que estar em unidades escolares, nos telecentros, nas associações de moradores.”

DESTAQUES DA MESA

1. A articulação em rede
2. Perseguição às religiões de Matriz Africana (Intolerância Religiosa)
3. Importância do Incid
4. Divulgação das informações por meio do Incid

QUESTÕES GERADORAS

- Como podemos inserir o Incid em nossas práticas?
- Como as nossas práticas podem fortalecer o Incid?

RESUMO DA PLENÁRIA FINAL

Na plenária final, o Banco de Dados da Cidadania Ativa foi citado como uma oportunidade de **articulação para fortalecer as ações locais** desenvolvidas pelas organizações/ movimentos sociais no território. “Desde o momento que a gente não tem dados e levantamentos necessários para reivindicarmos fica difícil. Como existe uma rede, a partir do cadastro, podemos ajudar umas as outras, ver em que podemos estar nos orientando”.

A **apropriação e atualização dos dados** por estes atores locais se apresenta como um dos desafios trazidos para o plenário, com a demanda de capacitação específica para tal. Os participantes consideraram necessário manter o sistema atualizado e para tanto: “É interessante saber que poderemos continuar a atualizar estes dados. Porque se parasse aqui poderia se tornar defasado e perder a efetividade frente ao poder público. Se houver uma capacitação para trabalhar com estatística, por exemplo, quero fazer.”.

Outra proposta foi a colaboração com a Cidadania Ativa no território para a produção de dados a partir da prática para alimentar o sistema, “tornando os dados mais próximos da realidade”.

Uma perspectiva apresentada é de uso do sistema de indicadores para desvendar **as diferenças existentes dentro de cada município** contribuindo para que a cidadania ativa tenha uma percepção mais clara da realidade vivida no território em toda sua diversidade. “Dentro do município há diferentes realidades específicas. (...) Não conseguimos saber de tudo que acontece em todo o município. Recolher dados e fornecer dados são uma ação muito importante.”.

Assinalaram também a potencialidade do uso dos indicadores que constam na “árvore” do INCID para **construção e proposição de políticas públicas**: “O INCID pode nos dar base, armamento para construir a política, chegar com propriedade para propor políticas com dados reais.”.

DESTAQUES DA MESA

1. A articulação dos movimentos e instituições locais
2. A apropriação do sistema pela Cidadania Ativa
3. A atualização dos indicadores
4. A importância do Incid



RODA DE DIÁLOGO EM SAQUAREMA – MARICÁ

INSTITUIÇÕES E PARTICIPANTES

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES (18)
PESCA Povos/comunidades tradicionais	Colônia de Pescadores 27 (seção Itaipuaçu)
CULTURA Espaços ou grupos culturais	Círculo Artístico Cultural de Saquarema
DESENVOLVIMENTO LOCAL Grupos comunitários	Associação de Moradores do Condado de Bacaxá
	Associação de Moradores do Recanto de Itaipuaçu
GÊNERO Grupos identitários	Movimento Articulado de Mulheres
	Movimento Articulado de Mulheres de Amigas de Saquarema
	Mulheres por Maricá
QUESTÕES RACIAIS Grupos de estudos e pesquisas	Grupo de Estudos e Trabalhos para a Conscientização e Valorização do Homem e da Mulher Negra
PARTICIPAÇÃO SOCIAL Grupos comunitários	Esquadrão Cidadão
PESCA Associação	Associação Livre de Aquicultura e Pesca de Itaipuaçu

ÁREA DE ATUAÇÃO / PERFIL	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES (18)
LAZER Espaços ou grupos religiosos	Projete Cara Limpa Are e Vida
INFORMAÇÃO/COMUNICAÇÃO / Grupos comunitários	Maricá Info
GÊNERO Grupos de geração de renda	Associação de Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema
ASSISTÊNCIA SOCIAL ONG/OSCIP/OS	Casa de Apoio ao Dependente Químico / Porta Formosa
CULTURA ONG/OSCIP/OS	Arte por Arte Brasil
EDUCAÇÃO Outros	Grupo de Alunos e Professores (Joana B. Rangel)
ASSISTÊNCIA SOCIAL Espaços ou grupos religiosos	Centro Social Madre Maria das Neves
PARTICIPAÇÃO SOCIAL, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO Outros	Organização Maricá nas Ruas

RESUMO DOS PONTOS MAIS SIGNIFICATIVOS NA DISCUSSÃO DOS INDICADORES, SEGUNDO RELATORIA DAS MESAS

INDICADORES

- Proporção de domicílios com abastecimento de água inadequado.
- Proporção de domicílios cuja forma de escoamento do esgoto é inadequada

QUESTÃO GERADORA

- Onde é despejado o esgoto de seu bairro?
- O abastecimento de água oficial é regular em seu bairro?

RESUMO MESA 1

Os participantes da Mesa consideraram que em ambos os municípios **não há serviços de abastecimento de água adequados**, que atendem às necessidades da população. Muitos bairros enfrentam problemas de abastecimento de água, não havendo abastecimento regular. A qualidade da água fornecida também foi questionada, considerando a necessidade de deve haver monitoramento contínuo das estações de tratamento e fiscalização das empresas que fazem o abastecimento de água.

Particularmente, em Saquarema informaram que existem duas concessionárias que realizam o serviço de fornecimento de água para a população, uma pública e outra privada. Ainda assim, muitos bairros enfrentam problemas de abastecimento: “O município de Saquarema têm duas concessionárias que disponibilizam água, uma pública, a CEDAE, que só abrange o bairro de Jaconé, e a outra privada, Águas de Juturnaíba que abrange o resto do município. Mas existe falta de água na maioria dos bairros. Somente no centro, parte de Porto da Roça e em Bacaxá o abastecimento é regular. Esse não é um problema só de Saquarema, deveria ter alguém de Maricá nessa rodada.”

Para os participantes, os problemas de abastecimento de água estão diretamente relacionados à **má gestão dos recursos e políticas** destinadas a melhoria do serviço prestado à população. No debate, destacou-se a necessidade de **maior mobilização da população** para conscientização dos problemas relacionados ao abastecimento de água e escoamento de esgoto e maior participação das organizações para garantia de qualidade nos serviços: “As Instituições devem se unir para divulgação desses problemas entre a população. Temos que reorganizar nossas ações como instituições para que possamos resolver inúmeros problemas que assolam nossos municípios”.

Com relação ao **escoamento do esgoto**, identificaram que nos municípios, de modo geral, não há tratamento de esgoto. Mesmo nas áreas em que há rede de esgoto, consideraram que o tratamento é inadequado. Desse modo, pontuaram que os dados oficiais apresentados não condizem com a real situação dos municípios: “Em Maricá uma parte do esgoto é despejado na lagoa e outra parte nas fossas prejudicando os lençóis freáticos. As informações do IBGE não são compatíveis com o município de Maricá”.

Apontaram, inclusive, que há áreas em que não forma alguma de tratamento de esgoto: “Esgoto a céu aberto é um problema comum em São José de Imbassai e muitos outros distritos de Maricá. Os dados oficiais que servem de fontes para serem criadas as políticas públicas não suprem as características e dificuldades de cada município”.

Ganhou destaque na discussão a **necessidade rever os dados oficiais do IBGE**: “Os dados do IBGE não retratam a realidade de Saquarema, aqui não existe tratamento de esgoto.” Nesse sentido, pontuaram, de um lado, a necessidade de maior informação e transparência por parte do poder público, de outro, a necessidade de criar estratégias para manter a população mais informada, pois há necessidade de conscientização da maioria da população para a questão: “A população não conhece e não sabe diferenciar o tratamento e abastecimento adequado e inadequado de água e esgoto dificultando a análise do IBGE que transmite informações que não são as reais do município. As estações de tratamento de esgoto existentes no município são para tratamento de tempo seco não suportando chuvas fortes e não funcionam adequadamente”.

Para os participantes, ficou forte a necessidade das instituições elaborarem estratégias para divulgar informações para a população. Igualmente forte foi a necessidade das organizações se articularem para participar dos processos decisórios para obter eficácia no tratamento de esgoto e abastecimento de água nos municípios.

DESTAQUES DA MESA

1. Abastecimento de água inadequado
2. Esgotamento inadequado
3. Participação Popular
4. Críticas aos dados oficiais

RESULTADO MESA 1 DAS TOALHAS DE PAPEL

- Importância na participação do Plano Municipal de Saneamento Básico
- Verificar ações de prazos Curto prazo (5anos); Médio prazo (de 6 a 10 anos); Longo prazo (10 a 20 anos)
- Revisões de 4 em 4 anos da Agência reguladora do Estado – AGENERSA
- Há algumas estações de tratamento de esgoto (tempo seco), que não satisfaz.

INDICADOR

- Diferenças de condições ambientais
- Percepção sobre participação e meio ambiente

QUESTÃO GERADORA

- Levando em conta o direito à água limpa, ar limpo e espaços públicos de qualidade quais as áreas da cidade que esses direitos são mais violados?
- Quais os piores problemas ambientais do município? Quais as formas de solucionar esses problemas?

RESUMO MESA 2

Os participantes iniciaram a discussão pontuando os vários problemas que percebem nos municípios referentes ao **saneamento básico**, como: a contaminação dos lençóis freáticos, o fornecimento de água irregular, o tratamento da água inadequado, a rede de esgoto insuficiente e inexistência de tratamento, etc. Todos estes problemas influenciam diretamente o meio ambiente, considerando, por exemplo, que a **inexistência de tratamento adequado do esgoto** é um dos principais impactos na qualidade da água dos municípios. “Em Itaipuaçu, o lençol freático é de 8m a 12m metros de profundidade e está comprometido com os sumidouros. Este foi um dos bairros de Maricá que mais urbanizou. Cada casa que faz fundo com outra, tem um poço dessa profundidade. Hoje, se você quer ter um lençol de qualidade, tem que escavar mais profundamente, porque há uma camada de argila que dificulta. Outro problema é o esgoto”.

O crescimento de condomínios de veraneio e a chegada de indústrias aos municípios foram apontados como fatores que estão prejudicando ainda mais o **acesso à água** em regiões que já não têm abastecimento regular para população: “O fornecimento de água não é continuado. Há falta de água, principalmente de outubro a março. Está havendo o desvio de água para os grandes condomínios. Eles ficam na zona rural e por conta disso nos bairros mais centrais já está havendo a cada ano uma escassez de abastecimento de água no centro e bairros adjacentes”. “Maricá é um município promissor em termos de industriais, mas não há nascentes de água. A água pra suprir estas indústrias vão percorrer longos caminhos e isso vai gerar uma questão de escassez maior nos estabelecimentos.”

Os principais **problemas ambientais** nos municípios identificados pelos participantes da Mesa foram a poluição industrial; o desmatamento em função da construção de condomínios de veraneio; a não desativação efetiva do lixão; e, especialmente, o assoreamento da lagoa, rios e da Baía de Guanabara. “Nós em Maricá temos o subcomitê de bacias onde temos um trabalho sobre as lagoas. São treze afluentes, de Ponta Negra até Itaipuaçu, os riachos recebem da parte urbana o esgoto e jogam tudo pra dentro da lagoa (...). As lagoas não tem vazão para o mar, recebem apenas do canal de Ponta Negra (...). Os rios jogam esgoto in natura todos os dias. Tem que haver uma ação que possa pegar desses afluentes o esgoto in natura e fazer uma estação de tratamento.”

Nesse âmbito, houve críticas à **omissão do poder público**: “Não há suporte técnico para fiscalizar as queimadas, os lixões. Isso porque a área fica desvalorizada e é vendida depois, geralmente por vereadores”. Do mesmo modo, criticaram a **pouca participação da população** com relação às questões ambientais, pontuando a importância de ações de conscientização e educação ambiental.

Os participantes indicaram que se preocupam com a construção do **emissário do COMPERJ** que avaliam piorar a situação particularmente do Itaipuaçu: “Com o crescimento populacional todos os dejetos vão ser lançados em Itaipuaçu. Quando poderia ser tratado e reaproveitado pelo próprio COMPERJ.” Para os pescadores, o impacto do emissário será maior: “Estamos pleiteando que vá 10 km além das Ilhas Maricá esse emissário. Sou pescador artesanal. Temos o mapeamento todo configurado. As Ilhas de Maricá são um berçário. Uma vez que você joga os dejetos ali, acaba com a pesca. Se chegar além de 10km, não vai interferir tanto. Estamos lutando para se transformar em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS. Ela é mais leve, não é tão rígida como uma reserva ambiental. Assim você dá vida ao pescador.”

A Mesa encerrou com dois **encaminhamentos**: a mobilização para a Criação de RDS - Reserva de desenvolvimento sustentável e para criação de estação de tratamento para os esgotos das comunidades próximas aos afluentes. A criação da RDS, explicaram, se dá através de um decreto: “O caminho é a criação de um Projeto de Lei de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Aí você agrega o parque de cultivo e os pescadores artesanais podem ser agregados”.

DESTAQUES DA MESA

1. Falta de Saneamento Básico
2. Problemas Ambientais do Município
3. Omissão do poder público e participação popular
4. Impactos do Comperj
5. Encaminhamentos

RESULTADO MESA 2 NAS TOALHAS DE PAPEL

- Mobilizar para participação no subcomitê da Lagoa de Saquarema (ligado ao Comitê da Bacia Hidrográfica Lagoa de São João)
- Monitoramento da lagoa
- Cuidados com nascentes
- Desmatamento
- Consórcio do lixo
- Resíduo sólido
- Geração de Trabalho e renda
- Crescimento urbano desordenado necessidade de centrais de tratamento antes do lançamento final na lagoa
- A questão urgente da implementação do aterro sanitário
- Criação de RDS – Reserva de desenvolvimento sustentável
- Esgoto imaturo nos principais afluentes que desembocam nas lagoas
- Infiltração de esgoto no lençol freático para os poços com 8 metros de profundidade
- Integração
- Estimulo
- Participação
- Conscientização
- Educação
- Fiscalização
- Política com participação

INDICADORES/TEMAS

- Garantia de Investimento na Atenção Básica em saúde
- Situação do Direito à Saúde
- Percepção sobre diferença e saúde

QUESTÕES GERADORAS

- Quais os principais problemas de saúde em seu município?
- Há falta de especialidades nos postos de saúde? Para onde vão os pacientes que não conseguem atendimento no município?

RESUMO DA MESA 3

A discussão desta temática mobilizou os participantes, considerada de grande importância para os dois municípios. Segundo os participantes, **o atendimento de saúde é precário** nos municípios, observando-se que não há profissionais suficientes para atender a população e carência de especialidades. Assim, é comum a população enfrentar longas filas e ser grande a espera para conseguir atendimento médico: “A UPA funciona, mas realiza apenas o primeiro atendimento. Acontece que há apenas 1 médico para cada 200 habitantes. Por conta disso, há somente 1 dia de atendimento para toda a população em determinadas especialidades. Além disso, não há transporte para a realização dos tratamentos (falta de ônibus e ambulâncias). Os hospitais não têm carros para levar as pessoas.”

Em Saquarema, apesar de observarem investimento em alguns serviços de saúde, consideraram que a situação da saúde ainda enfrenta sérios problemas: “Não há especialidade em Saquarema (ortopedia, dermatologia). O atendimento é precário, demora muito tempo para o atendimento ocorrer. As pessoas enfrentam filas durante a madrugada”. Em Maricá, os participantes não observaram melhora nos serviços de saúde últimos anos: “Só tem um único hospital em Maricá. É um hospital de referência, mas que não tem especialidades”. O maior problema enfrentado, de acordo com os participantes é que falta equipe médica para o atendimento da população, assim, o município tem que solicitar equipes de outras localidades para prestar o atendimento aos pacientes. Este problema afeta bastante o diagnóstico.

Muitas pessoas procuram atendimento em outros municípios, como Niterói. Os postos de saúde e hospitais prestam apenas o primeiro atendimento e, posteriormente, encaminham seus pacientes para outras unidades de atendimento. Isto significa que os sistemas de saúde de outras localidades são sobrecarregados. Além da falta de equipe médica, os participantes relataram que a estrutura disponível nos hospitais é muito precária. Falta medicamento e transporte para os pacientes. Os hospitais e postos de saúde realizam atendimento mesmo durante as constantes obras. Ainda com relação ao atendimento, outro ponto relevante levantado foi a **falta de capacitação dos profissionais da saúde**: houve relato de casos de erro médico e consideraram que as equipes de atendimento à saúde não prestam o atendimento de forma humanizada. “Os funcionários dos hospitais e postos não foram capacitados. Os médicos e enfermeiras não atendem adequadamente”.

Os participantes consideraram que a **falta de saneamento básico** afeta muito a situação de saúde nos municípios. Este problema, segundo eles, é a causa de boa parte das doenças tratadas no sistema de saúde do município.

Também pontuaram que a **participação no Conselho de Saúde** é um meio de conseguir melhorias no sistema de saúde nas cidades. Todavia, consideraram que a participação no Conselho de Saúde não funcionada de forma adequada. O presidente do Conselho só permite que as pessoas da sociedade civil assistam a reunião, mas sem direito de fala. Observaram, nesse sentido, que a influência política e os cargos de confiança fazem parte da dinâmica de dos Conselhos de Saquarema e Maricá. Segundo as participantes, o Conselho de Saúde de Saquarema está comprometido com o governo. Daí, então, existir nele espaço para o jogo das influências políticas. “Eu fui vetada em diversos eventos que tratam da questão da saúde porque eu chamei o auditor geral do SUS. Depois disso, eu não consegui viajar pelo Conselho. Mandam outra pessoa em meu lugar”.

Outro ponto forte da discussão foi em relação a **percepção da diferença e saúde**. Para os participantes, os distritos mais distantes sofrem mais com o atendimento à saúde da população, em especial, por não haver transporte. Outro ponto de destaque foi em relação a percepção de que não há serviço de atendimento especializado às mulheres vítimas de violência, nem programas de saúde para a população negra: “Há a necessidade de programas de saúde para a mulher negra.”

Por fim, os participantes pontuaram que **não concordam com os dados** de Cidadania Percebida apresentados, considerando que a porcentagem de pessoas satisfeitas com a situação da saúde é muito mais baixa do que a apresentada: “Não concordo com o gráfico de satisfação da população de Maricá, pois o número, apesar de ser baixo, é muito elevado. As pessoas não recebem atendimento, elas têm de ir para outros municípios”.

DESTAQUES DA MESA

1. Situação do Direito à saúde
2. Falta de capacitação das equipes
3. Saúde e problemas ambientais
4. Conselhos de Saúde
5. Percepção sobre diferença e saúde
6. Discordância dos dados Cidadania Percebida

RESULTADOS MESA 3 NAS TOALHAS DE PAPEL

- Postos de saúde sem atendimento todos os dias
- Falta de material humano e reutilização de material descartável ausência de medicamentos
- Maior reclamação da população é a falta de médicos especialistas, UTI, remoção
- difícil hospital muito deficiente.

QUESTÕES GERADORAS

- Como podemos inserir o Incid em nossas práticas?
- Como as nossas práticas podem potencializar o Incid?

RESUMO DA MESA

A discussão sobre a **discordância em relação aos dados apresentados** sobre a percepção das pessoas das pessoas ao acesso aos serviços de saúde (Indicador Percepção sobre diferença e saúde) ganhou destaque na Mesa. Os participantes consideraram que a porcentagem de pessoas satisfeitas com os serviços de saúde é muito mais baixa do que o apresentado: “Estou surpresa porque tudo parece estar ótimo nos indicadores: estou abismada o que você está apresentando é outro panorama.”

A discordância em relação aos dados oficiais também foi pontuada: “Os números não são verdadeiros, 92% do município não tem esgotamento sanitário”.

Os participantes sugeriram, então, **buscar novas fontes de pesquisa** para construção dos Indicadores, como acessar e disponibilizar informações dos relatórios de gestão da saúde e realizar pesquisas de percepção junto às instituições do movimento social: “As pesquisas teriam que ser feitas nas associações e nos núcleos de identidade. A massa de Maricá não foi pega na pesquisa, sendo assim não a pesquisa não expressa a realidade”.

DESTAQUES DA MESA

- Discordância dos dados apresentados
- Sugestão de fontes de pesquisa

QUESTÕES GERADORAS

- Como podemos inserir o Incid em nossas práticas?
- Como as nossas práticas podem fortalecer o Incid?

RESUMO DA PLENÁRIA FINAL

Na plenária final, os participantes deram **continuidade às críticas realizadas aos dados e pesquisas oficiais**: “Os indicadores do IBGE não retratam nossa realidade, por exemplo, os indicadores de água e saneamento, tivemos aqui uma audiência pública de saneamento e nos surpreendemos com a apresentação de um Plano de Saneamento para a cidade que não contempla a cidade como um todo e nós tínhamos no nosso grupo uma pessoa que tinha o conhecimento que nos esclareceu e nos informou isso”.

Para eles a **importância do Incid** é contribuir para a união das organizações locais, o fortalecimento do debate de políticas públicas e a implementação de políticas mais próximas da realidade local. O Incid permite tanto a inserção de informações das organizações quanto o acesso das organizações às informações. “A nossa maior contribuição enquanto população é repassar a nossa realidade de cada município e quanto ao IBGE não é só o IBGE existem outros institutos que já fizeram parte da pesquisa do IBASE e foram tão falhos quanto o IBGE. Maior colaboração que nós podemos dar é a realidade”.

Os participantes sugeriram que através da realização de mais **pesquisas de campo** é possível produzir indicadores que revelem informações mais condizentes com a realidade e com os interesses da sociedade civil organizada: “Eu sugiro que o Incid esqueça todas as pesquisas com fontes IBGE e de outras entidades e que siga nas nossas práticas de hoje. Podemos inserir no Incid dados sem que o IBGE sejam os dados corretos, pois assim o banco de dados está passando informações corretas para nós possamos desenvolver nossas práticas”.

O estreitamento das relações do Incid com as organizações da sociedade civil organizada do território foi apontado como caminho para o **fortalecimento do projeto**: “Uma das práticas para fortalecer o Incid é nos juntar, tomar conhecimento das coisas, ter um preparo para entender algumas questões. As nossas praticas vão fortalecer sim se nós tivermos indicadores de qualidade e não indicadores de quantidade, que foi o que jogaram pra gente lá na audiência e nós estamos buscando através do Incid os indicadores de qualidade. É complexo e difícil, mas são para nos fortalecer, fortalecer nossos direitos em sua plenitude. Precisamos nos juntar e ver o que fazer talvez uma ação coletiva, queremos um plano real que nos contemple”.

DESTAQUES DA PLENÁRIA

1. Discordância dos dados apresentados
2. A importância do Incid
3. O fortalecimento do Incid

Análise Geral das Rodas nos Territórios

DESTAQUES NA ANÁLISE DOS INDICADORES/TEMAS POR SIMILARIDADES/ DIVERGÊNCIAS ENTRE REGIÕES, PROXIMIDADES DE TERRITÓRIO E LUTAS POR DIREITOS

REGIÃO SERRANA

Foram realizadas três Rodas de Diálogos na Região Serrana: uma em Teresópolis, uma em Friburgo e uma roda temática sobre habitação que reuniu os dois municípios. Estes municípios demonstraram interesse em discutir particularmente as más condições de habitação e aumento de moradias em locais precários, problemas vivenciados anteriormente e agravados com a tragédia de 2011.

Os debates ficaram centrados nas denúncias de construções em áreas de risco, desapropriações, mau uso do dinheiro público, aluguel social e novas invasões. Os Planos de Habitação estão em construção, entretanto, as organizações afirmaram que as informações referentes ao Plano não são transparentes e a sociedade não acompanha sua construção. Denunciaram ainda que não percebem que há propostas de melhorias da urbanização das cidades e o saneamento e coleta de lixo nos locais mais carentes são insuficientes.

Por conta da tragédia de 2011, muitos produtores/as rurais tiveram que migrar para os centros urbanos e sua adaptação tornou-se um sério problema, pois neste processo não se levou em conta as características e raízes culturais deste segmento da população. Há relatos do aumento dos casos de depressão e suicídio que consideram que estão relacionados a este acontecimento e pontuaram a necessidade de haver pesquisas que revelem a realidade no contexto do pós-tragédia, considerando que as informações do Censo do IBGE já não correspondem mais a situação vivida nos municípios.

No âmbito da discussão sobre a Situação de Moradores em locais precários e a Situação da Qualidade dos Espaços Públicos, os participantes das Rodas consideraram que a garantia do direito à moradia ultrapassa políticas que apenas fornecem um imóvel para residir; o direito à moradia está relacionado ao direito ao transporte, saneamento, saúde, educação, cultura, dentre outros. Nesse sentido, vale destacar que a perspectiva dos participantes está em consonância com o que consideramos ser a garantia do direito à moradia digna: faz parte do Direito à cidade, associado à luta mais ampla pelo direito coletivo do usufruto de espaços e serviços públicos de qualidade, como o acesso à água, saneamento e outros fatores importantes para inclusão social dos cidadãos e cidadãs. Nesse âmbito, os/as participantes questionaram os critérios conceituais para definição de locais de moradia inadequados formulados por algumas instituições públicas, como IBGE e Ministério das Cidades. Além disso, pontuaram que os dados apresentados estão defasados considerando que com a tragédia houve significativo aumento de aglomerados subnormais e de moradores/as de rua.

A construção dos locais de moradia para abrigar os atingidos pelas chuvas de 2011 precisa levar em consideração a importância de se residir em locais acessíveis e que garantam o bem-estar e saúde da população. Para tanto, pontuaram que precisa haver maior participação social e mais transparência da gestão pública para conseguirem a garantia do direito à moradia em sua integralidade.

Outro dado muito questionado pelos participantes foi o que compõe o indicador Situação do esgotamento sanitário nas cidades, apresentado por meio da ferramenta Mapas da Cidadania. Conforme relataram, os dados não correspondem à realidade dos municípios que têm muitas carências nesse sentido. Também questionaram os dados da Situação do Acesso à Água. Para eles, a classificação do IBGE que caracteriza o “acesso inadequado à água” não dá conta da complexidade de situações vivenciada no município e que na realidade o índice atual é muito maior que o apresentado.

Com relação aos indicadores do direito à saúde, Garantia de Atenção Básica e Situação do Direito à Saúde, os participantes também relataram alguns pontos em comum: destacaram o agravamento da situação da saúde no município após a tragédia, sobretudo em função de obras paralisadas, que foram abandonadas após o pleito de 2012, mantendo a situação de risco. Consideraram ainda que há grande desigualdade no acesso ao Sistema de Saúde dos municípios acarretando a diferença de atendimento de saúde entre bairros e distritos e a situação dramática de diversas localidades que não são atendidas no que diz respeito à Atenção Básica, exigindo dos moradores grandes esforços e investimentos para o deslocamento às unidades de saúde.

Ainda no âmbito da discussão sobre o direito à saúde nos municípios, os participantes apontaram diversos índices no histórico da Atenção Básica dos últimos anos, mostrando que as médias dos dados oficiais não revelam o cenário real, sobretudo porque não consideram as particularidades locais dos bairros, nem mesmo o crescimento populacional. Conforme observaram, o planejamento do número de agentes e unidades de saúde não acompanhou este crescimento. Os bairros que possuem atendimento encontram dificuldades, pois faltam especialistas e o acesso é complicado, além da questão da demora e da burocracia, que atrapalham muito nos atendimentos.

Os participantes também criticaram os resultados dos indicadores da Cidadania Percebida, considerando que os altos índices de respostas positivas estavam orientadas à percepção do que o outro e não a pessoa mesma faz para garantia de direitos e mudança social. Também quiseram saber detalhadamente a metodologia da pesquisa realizada, pontuando que a aplicação dos questionários poderia não ter alcançado alcançou as comunidades periféricas o que justificaria o índice apresentado.

Nos dois municípios consideraram a necessidade de haver monitoramento das políticas públicas para verificar se as demandas da população são incluídas nos planos de governo. Pontuaram também a necessidade de maior participação social e aumento no investimento em políticas de prevenção no Sistema de Saúde.

Quando o debate se deu sobre a discussão sobre Participação e Meio ambiente os/as presentes apontaram a necessidade de instituir mais espaços de interação entre poder público, organizações e movimentos sociais e denunciaram o desrespeito de acordos estabelecidos pelo poder público. Pontuou-se assim a necessidade de incentivar a participação como canal para transformação efetiva nos espaços de tomada de decisão.

Para enfrentar este desafio, a sensibilização, a valorização da cultura local, a conscientização política e a (in)formação para os cidadãos/cidadãs foram citadas como estratégias a serem seguidas. A educação para cidadania apareceu como uma necessidade para todos/as envolvidos/as: gestores públicos, conselheiros, cidadãos/ãs com atuação na luta por direitos e para a população em geral.

Na discussão sobre o Direito à Educação, os dois municípios analisaram o indicador sobre a Percepção sobre o Direito à educação. Com relação a este indicador, reconheceram a importância da participação para garantia da qualidade na educação, sugeriram a ampliação de debates e reforçaram a necessidade de maior diálogo do poder público com a sociedade civil. Observaram ainda haver um processo de sucateamento da educação pública e por isso há necessidade de maior participação social.

Na Roda realizada em Teresópolis, os índices da Situação da permanência de jovens na escola e Situação de Alfabetização foram questionados, considerando que, de um lado, o índice de analfabetismo entre adultos na área rural, homens e mulheres, é bastante alto; de outro, observou-se que a evasão escolar pode ser observada entre alunos mais jovens do que o recorte estabelecido para construção do indicador, que foi entre 15 e 17 anos.

REGIÃO BAIXADAS LITORÂNEAS

Foram realizadas três Rodas de Diálogos na Região da Baixada Litorânea, uma em Casimiro de Abreu; outra em Saquarema; onde também participaram organizações de Maricá; outra em Silva Jardim. Nestas Rodas foi discutido um tema em comum com a Região Serrana, versando sobre o indicador Percepção sobre Participação e Meio Ambiente.

Especificamente sobre os dados da Percepção sobre Participação e Meio ambiente e Participação e Garantia de Direitos, os participantes destacaram que é pequena a participação das pessoas nos municípios e que é necessário haver mais ações de conscientização e informação, buscando correlacionar a participação com a melhoria e garantia dos direitos dos cidadãos e cidadãs.

A situação do esgotamento sanitário foi discutida nas Rodas de Casimiro de Abreu e Saquarema. Os participantes apontaram as condições desiguais de infraestrutura e acesso aos serviços básicos quando se compara as zonas rurais e urbanas dos municípios. Apesar de apontarem especificidades locais foi possível verificar algumas situações comuns vivenciadas nos municípios. A precariedade das redes de esgoto existentes e a falta de tratamento adequado no escoamento das mesmas são problemas que afligem a todos/ todas. Conforme observaram, na área urbana, quando existe rede, o escoamento de esgoto é direcionado para os rios, lagoas ou terrenos. A situação do meio rural é mais séria, pois muitos utilizam fossa ou sumidouro sem nenhum tratamento havendo contaminação dos solos.

Consideraram ainda que mesmo nas áreas em que há rede de esgoto, o tratamento é inadequado. Desse modo, pontuaram que os dados oficiais apresentados não condizem com a real situação dos municípios. A crítica aos dados pontuou desde um desconhecimento técnico dos entrevistadores/as do IBGE até a falta de informação da população que não leva em consideração se a forma de escoamento do esgoto é efetivamente adequada. Assim, consideraram que há necessidade das organizações promoverem ações de para disponibilizar informação para o restante da população.

Além disso, consideraram a necessidade de haver maior investimento na divulgação de informação e transparência por parte do poder público para possibilitar a participação da população na luta por direitos.

Os/as participantes pontuaram ainda que as promessas de construção de Estações de Tratamento pelo poder público não são cumpridas. Indicaram que se ressentem muito com a falta de informação por parte do poder público sobre a política de resíduos sólidos para área: os Planos de Saneamento encontram-se parados, os participantes não têm nenhuma informação referente ao seu andamento.

Em Casimiro de Abreu, a discordância dos resultados da pesquisa de percepções foi muito tematizada. Os/as participantes consideraram que as desigualdades entre os bairros não foram captadas pela pesquisa de percepção e observaram que houve pouca participação de pessoas ligadas às organizações que lutam por direitos no município. Do mesmo modo, os participantes consideraram os dados do IBGE defasados.

Quanto ao indicador sobre Situação do acesso à água, discutido na Roda de Saquarema/Maricá, os/as participantes indicaram que a situação não difere muito do esgotamento sanitário. Eles/as denunciaram a precariedade do abastecimento e do tratamento da água, afirmando que se sentem inseguros/as quanto ao consumo optando muitas vezes por fervê-la e filtrá-la. Consideraram ainda que em Maricá e Saquarema não há serviços de abastecimento de água adequados no que muitos bairros enfrentam problemas de abastecimento de água, pois não há abastecimento regular.

Nas Rodas de Saquarema e Maricá e Casimiro de Abreu discutiu-se sobre o Direito à Saúde. Os/as participantes consideraram que os serviços de Atenção Básica prestados nas unidades municipais apresentam problemas relacionados à demora no atendimento, falta de determinadas especialidades médicas, levando os pacientes recorrerem a outros municípios. O Programa de Estratégia de Saúde da Família - ESF não atende a todos os moradores. Os postos de saúde e hospitais prestam apenas o primeiro atendimento e, posteriormente, encaminham seus pacientes para outras unidades de atendimento. Isto significa que os sistemas de saúde de outras localidades são sobrecarregados. Pontuaram ainda que as dificuldades aumentam para as pessoas que residem fora do centro dos municípios que encontram maior dificuldade tanto para o deslocamento quanto para ter acesso aos serviços de saúde.

Conforme observaram, Maricá e Saquarema são municípios que menos garantem a Atenção Básica da população (com 27,7 e 47,5% de pessoas cadastradas nos programas de atenção básica, respectivamente, de acordo com os dados do Datasus, 2010) e os habitantes desses municípios têm uma percepção negativa quanto aos serviços públicos de saúde, acreditando que eles não atendem sua necessidade. Pontuaram que concordam com os dados sobre Percepção sobre diferença e saúde que apontam que é uma das mais negativas da região AAI (62,1% e 61,7 % das pessoas entrevistadas considera que os serviços de saúde não as atende nem aos outros).

Todavia, os/as participantes pontuaram que, apesar das melhorias observadas nos últimos anos, a porcentagem de pessoas satisfeitas com a situação da saúde é muito mais baixa do que a apresentada. Sugeriram, então, a necessidade de buscar novas fontes de pesquisa para construção dos indicadores, como acessar e disponibilizar informações dos relatórios de gestão da saúde e realizar pesquisas de percepção junto às instituições do movimento social. Estas observações críticas em relação aos indicadores também foram pontuadas na Roda de Casimiro de Abreu.

Na Roda de Diálogos sobre o acesso à terra, realizada em Silva Jardim, foi notória a crítica à desatualização dos dados apresentados a partir do Censo Agrícola de 2006: tanto os/as agricultores/as de Silva Jardim quanto de Casimiro de Abreu declararam haver um número muito superior de assentados nos respectivos municípios do que o que foi apresentado nos dados trazidos pelo INCID.

Segundo os/as participantes, o INCRA não consegue dar prosseguimento aos processos de implementação de novos assentamentos, e nem acompanhar os que já existem. A deficiência na assistência técnica, a inadequação do financiamento pra compra de terra e do crédito para o trabalhador rural e a dificuldade em comercializar seus produtos também foram dificuldades explicitadas durante os debates da Roda.

No debate sobre o modelo a ser adotado para apropriação da terra não houve um consenso. Foram explicitadas duas posturas: uma defende a titulação definitiva para cada agricultor/a, outra defende o direito de uso. Mas no geral a compreensão é de que o sistema de reforma agrária hoje em vigor não atende as necessidades dos/das agricultores/as.

A permanência do jovem no campo aparece como um desafio, que ainda carece de política pública voltada especificamente para este segmento da população rural.

A defesa do meio ambiente aparece no discurso dos/das participantes como uma ferramenta na mão dos grandes proprietários para evitar as desapropriações. Fica explícito a tensão entre a política ambiental em vigor e a vivência dos/das agricultores/as. Os/as participantes se dizem vítimas de preconceito e afirmam serem impedidos de trabalhar por conta da fiscalização ambiental. “Os órgãos ambientais tem que entender que não existe preservação sem gente, sem as pessoas. O descaso com o agricultor familiar vai trazer consequências no futuro para todo mundo.”

Quanto à relação com o poder público, os/as participantes denunciaram situação de total abandono, seja por parte das prefeituras, seja por parte do INCRA e EMATER que se desresponsabilizam dos processos de assentamento em curso.

Os/as participantes da Roda pontuaram fortemente a necessidade dos/as agricultores/as se unirem na luta por direitos na área rural: “Precisamos de união entre os assentamentos. Para que a gente consiga ser ouvido, temos que ter força. Vamos organizar mais encontros desse tipo. Precisamos do apoio de todas as instituições que apoiam os trabalhadores rurais”.

REGIÃO METROPOLITANA

Nas Rodas realizadas na Região Metropolitana, procurou-se apresentar alguns indicadores comuns a serem analisados por um conjunto de municípios e outros que atendiam às especificidades identificadas pela equipe de articuladores/as locais em diálogo com as organizações da sociedade civil de cada município.

Nas discussões das Rodas de Niterói e São Gonçalo, foi proposto o debate sobre o indicador sobre a Situação de Segurança nas ruas, apresentando dados sobre a taxa de roubo de ruas por 10.000 habitantes, a partir das informações fornecidas pelo Instituto de Segurança Pública. Foi unânime a percepção dos/as participantes das Rodas de que a violência aumentou na região de Niterói e em São Gonçalo após a política de instalação das Unidades Polícia Pacificadoras - UPPs no Rio de Janeiro. Aponta-

ram igualmente que percebem que houve aumento dos assaltos (a transeuntes e em transporte público), estupros e aumento de violência contra a mulher. Nesse sentido, os dados que apontam uma relativa diminuição em alguns municípios das taxas de roubo do ano de 2006 para 2010 foram fortemente questionados.

Numa relação com outro indicador analisado nas Rodas realizadas em Niterói, Tanguá/ Itaboraí e São Gonçalo versando sobre a temática da desigualdade racial, alguns pontos comuns merecem destaque. Nos debates realizados, os participantes das três Rodas de Diálogos fazem correlação entre a questão racial e a taxa de homicídios corroborando a informação apresentada de que negros e pardos são a parcela da população que sofrem mais assassinatos e denunciando a discriminação racial na abordagem realizada pelos agentes públicos de segurança. A ação truculenta da polícia, considerada violadora de direitos, e a corrupção da instituição também são citados como fatores que contribuem para o aumento da violência.

Na Roda de Tanguá/ Itaboraí, observaram ainda que a invisibilidade da violência e da desigualdade racial no acesso aos serviços públicos é um dos fatores que mais afetam as condições de vida da população negra: Entre todos os problemas, o racismo institucional é a pior faceta da desigualdade racial .

Do mesmo modo, consideraram ser importante construir indicadores que olhem para a situação da violência impetrada contra homossexuais, observando um aumento nos crimes por motivos homofóbicos.

Nas Rodas realizadas em Niterói e Guapimirim foram analisados os indicadores referentes ao escoamento inadequado de esgoto. Nas duas Rodas foi indicada a precariedade do esgotamento sanitário, com denúncia de muitas localidades sem rede oficial ou mesmo clandestina, desaguando diretamente sobre os solos, rios, mares e lagoas.

Nas Rodas de Diálogo de Itaboraí e São Gonçalo foi apresentado para discussão o indicador sobre Percepção sobre o Direito a espaços públicos de qualidade. Na Roda de Niterói, discutiu-se o indicador sobre a Situação de moradores em locais precários. A considerar que ambos tratam da situação do Direito à Cidade nos municípios, é possível analisar pontos em comum na discussão das três Rodas.

Pontuou-se que a qualidade de vida não é a mesma para todos/as, a desigualdade é muito grande e o tratamento dado às áreas pobres é diferenciado. Grande parte da população convive com falta de saneamento e irregularidade de abastecimento de água e coleta de lixo. A maioria dos espaços públicos não tem estrutura adequada e não há uma política de melhoria destes espaços por parte do poder público. Consideraram ainda que as políticas públicas são traçadas sem participação popular.

Na Roda de Itaboraí, os/as participantes consideraram que desde o anúncio da instalação do Comperj no município, observaram impactos na urbanização com o aumento populacional e conseqüente aumento da construção de moradias em locais precários. Destacaram ainda o aumento no preço das moradias que tem transformado as características de alguns bairros, encarecendo também os serviços oferecidos.

Nas Rodas de Itaboraí, São Gonçalo e Itaboraí/Tanguá debateu-se sobre o indicador Percepção sobre direito à saúde e nas Rodas de São Gonçalo e Itaboraí/Tanguá foram realizadas discussões sobre Percepção sobre diferença e saúde.

Com relação ao Direito à Saúde é notório o relato da situação de precariedade da saúde nos três municípios. Os/as participantes demonstraram ter a percepção de que têm direito à saúde de qualidade, mas os serviços de saúde públicos são precários e a demanda bem maior do que a oferta de serviços. Apontaram vários motivos que consideram prejudicar a prestação de serviços de saúde de qualidade como a defasagem do número de agentes de saúde para a demanda existente, a falta de medicamentos na rede pública e a falta de estrutura adequada para o atendimento.

Com relação ao indicador sobre Percepção sobre diferença e saúde, os/as participantes consideraram que houve algum avanço nos serviços de saúde nos municípios de Itaboraí e Tanguá nos últimos anos, entretanto, os serviços oferecidos ainda estão aquém das demandas locais. Consideraram que para haver efetiva melhora as políticas públicas têm que ter maior transparência e deve haver maior controle da sociedade civil sobre as políticas executadas e maior investimento na capacitação de gestores.

Na Roda de Itaboraí, os/as participantes observaram de imediato a contradição entre os dados oficiais da saúde (Garantia de Atenção Básica) e os dados da Percepção sobre o direito à saúde, considerando que esta contradição retrata fielmente o que é vivenciado pela população: de um lado, os serviços de saúde são precários e a demanda é bem maior do que a oferta de atendimento; de outro, as informações fornecidas pelos órgãos públicos mascaram esta realidade.

Nas Rodas realizadas nos municípios de Tanguá/ Itaboraí e de São Gonçalo, os dados da Percepção sobre o direito à educação e Percepção sobre diferença e educação também apresentaram pontos em comum. As duas localidades apontaram um processo de precarização do quadro educacional com pouco investimento nos/as profissionais e em infraestrutura. Os/ as participantes se mostraram céticos com relação ao processo de mudança.

No que tange ao indicador sobre Percepção sobre diferença e educação, somente a Roda de São Gonçalo aponta algumas especificidades no que tange a análise crítica à atual política de inclusão da Educação Especial nas escolas da rede pública sem adequação de pessoal e estrutura para atender esta demanda, o que, segundo os/as participantes, tem ocasionado um processo de exclusão destas crianças no convívio escolar.

Na Roda de São Gonçalo, os/as participantes denunciaram ainda a restrição de horários de oferta para educação de jovens e adultos e pontuaram igualmente que não há investimento em políticas educacionais para este público no município. Ainda nesta Roda, uma sugestão apresentada foi o uso do sistema de indicadores para desvendar as diferenças existentes dentro de cada município contribuindo para que a cidadania ativa tenha uma percepção mais clara da realidade vivida no território em toda sua diversidade.

Na Roda temática de Mulheres, as participantes fizeram uma reflexão sobre as diferenças e desigualdades existentes entre as mulheres. Consideraram que mulheres negras, lésbicas ou pobres sofrem mais com a discriminação e acabam ocupando cargos com remuneração mais baixa no mercado de trabalho, a partir da reflexão sobre os indicadores apresentados.

Reafirmaram que, mesmo ocupando o mesmo cargo e exercendo a mesma função, as mulheres, em geral, ganham menos que os homens. Apontaram o gargalo das políticas para qualificação profissional para mulheres que muitas vezes não atendem às expectativas das mesmas. Conforme pontuaram, esta é uma das fragilidades que levam as mulheres a aceitar se inserir em relações de trabalho precarizadas.

Denunciaram também a inadequação dos modelos de capacitação profissional à realidade da mulher das classes populares, que encontra desde dificuldades para conciliar os horários dos cursos com os horários escolares dos/as filhos/as, às dificuldades de deslocamento visto que muitas vezes os locais de referência estão distantes de seu local de moradia. Também falou-se da desarticulação do programa Bolsa Família com outras políticas que permitiam às mulheres sair de uma condição de dependência.

Ainda assim consideraram que houve avanços históricos e sociais em função da luta das mulheres por direitos, apontando que hoje há um número maior de mulheres graduadas que estão se qualificando mais em todos os setores. Reconheceram que há uma parcela considerável de mulheres ainda no trabalho informal, mas ressaltaram que às vezes é nesta condição de trabalho que a mulher encontra maior autonomia, reconhecimento e remuneração.

Destacaram que o preconceito e o machismo afetam a mulher tanto no trabalho formal quanto no informal. E que a dependência financeira é um dos principais elementos que fazem com que muitas mulheres tenham dificuldades de romper com uma situação de violência doméstica.

Ressaltaram que mesmo no âmbito comunitário ou militante o trabalho da mulher torna-se invisível ao olhar da sociedade e dos movimentos sociais de que fazem parte.

Em Rio Bonito, realizou-se uma Roda temática sobre Meio Ambiente com representantes de instituições da cidadania ativa de Rio Bonito, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Cachoeiras de Macacu e Itaboraí. O objetivo da Roda foi possibilitar uma maior articulação entre sociedade civil organizada e alguns órgãos e militantes ambientalistas.

Nesta Roda ganhou destaque o debate sobre a diferença entre os dados apresentados no indicador Garantia de investimentos em Meio Ambiente e a percepção que têm do baixo investimento em políticas na área ambiental, pontuando a falta de uma política para coleta de resíduos sólidos e de saneamento. Conforme observaram, as informações apresentadas não condizem com o que vivenciam no município.

Uma proposta feita ao Incid foi a criação de um mapa de conflitos ambientais com o objetivo de visibilizar os conflitos vividos no território, bem como a criação de um indicador de transparência dos gastos com políticas ambientais.

Por fim, na Roda realizada em Guapimirim, na discussão sobre Situação da coleta de lixo, os/as participantes questionaram os dados oficiais apresentados, afirmando que as informações são parciais, pois referentes apenas ao processo de coleta, sem considerar a destinação final do lixo, que no município de Guapimirim é feita em um “lixão”.

Consideraram ainda que mesmo apenas levando em consideração as informações do IBGE sobre a situação da coleta do lixo no município, estas não correspondem à realidade: a proporção de domicílios que não possuem ou possuem apenas parcialmente o serviço de coleta de lixo domiciliar e coleta através de caçamba é muito maior, observaram.

Os/as participantes da Roda de Guapimirim também pontuaram a importância de haver (mais) material impresso com informações do Sistema de Indicadores, pois é uma maneira mais acessível para a maioria da população: “A mídia impressa seria mais acessível!! Nós dos municípios podemos reproduzir os boletins para distribuí-los nas associações?”.

Indicaram ainda o interesse numa ferramenta de georreferenciamento dos dados produzidos no âmbito do Projeto, considerando esta uma ferramenta importante na luta por direitos.

DESTAQUES DAS POTENCIALIDADES APRESENTADAS PELOS GRUPOS PARTICIPANTES DE SUSTENTAÇÃO DO INCID (PLENÁRIAS)

As potencialidades dos grupos participantes e o fortalecimento do Incid foram analisados conjuntamente por região, pois na análise geral das Rodas de Diálogos a potencialidade e sustentação do Incid estão integradas, fazem parte de um mesmo processo.

Para os/as representantes das organizações o caminho a percorrer é de mão dupla, a ferramenta tem que ser enraizada, utilizada, atualizada e servir como instrumento de mudança, transformação. Reconheceram que a partir desta ferramenta poderão construir e fortalecer os Conselhos, incidindo sobre políticas públicas e seu monitoramento, bem como, propiciando avanços significativos no campo do direito.

REGIÃO SERRANA

NOVA FRIBURGO

A inserção do Incid nas práticas das instituições participantes e a potencialização do Incid pelas instituições foi percebida como processos imbricados, que não se separam, uma prática está associada à outra.

Foi unânime entre os/as participantes o reconhecimento da importância da ferramenta Incid. Para eles/as o Incid promove a participação cidadã, a interatividade, a prática democrática que possibilita trocas e o fortalecimento da união da população e maior poder de cobrança do poder público. Ainda segundo os/as participantes o Incid permite aprofundar o conceito de cidadania, o reconhecimento dos direitos da cidadania e do cidadão como portador de direitos.

Os participantes se propuseram a buscar modificações ao longo de sua atuação inserindo as informações do Incid e buscando dados para o sistema. Para eles/as, através dos indicadores se tem a oportunidade de organizar as ações e adquirir uma maior consciência do que se deve fazer.

TERESÓPOLIS

Foram muitas as falas dos/as participantes referentes à importância da ferramenta INCID, como cada um/uma vai utilizar e como vão fortalecer o INCID através da prática cotidiana de cada organização ou movimento. Nessa apropriação pelos/as participantes foi importante, inclusive, o entendimento que o caminho a percorrer é de mão dupla, a ferramenta tem que ser utilizada e servir como instrumento de mudança, transformação.

Destacaram a importância do acesso à informação qualificada, do maior conhecimento sobre o município e reconheceram que a partir desta ferramenta poderão construir e fortalecer os Conselhos, incidindo sobre políticas públicas e seu monitoramento. A partir das discussões na Plenária pode-se perceber que o coletivo se mostrou propício a assumir uma dinâmica de gestão do INCID no território.

TERESÓPOLIS/FRIBURGO

Para os/as participantes o trabalho junto das organizações, a troca de informações, fortalece as práticas e também fortalece o Incid. A troca de experiências e informações possibilitada pelo Incid enriquece o processo de debate. Foi citado como exemplo a importância do encontro realizado possibilitando a troca de informações sobre o tema da Habitação entre os dois municípios.

REGIÃO BAIXADA LITORÂNEA

CASIMIRO DE ABREU

A apropriação da ferramenta Incid no processo das Rodas de Diálogos permitiu um maior entendimento da realidade do município, mas, sobretudo, o reconhecimento da pluralidade local, da importância da integração e interação das forças locais para as transformações necessárias à universalização dos direitos.

Este momento de conversa com os/as representantes dos grupos locais organizados foi importante para socialização e aperfeiçoamento dos indicadores produzidos. É inegável o reconhecimento pelos/as participantes da importância das informações do Banco de Dados do Incid. Mesmo tendo discordâncias com relação a alguns dados, tanto do IBGE quanto da pesquisa de percepção, reconheceram que têm que incidir neste processo, tornando-os mais fiéis à realidade e divulgando-os para um maior número de munícipes, contribuindo para uma maior conscientização e mobilização da população.

As organizações têm clareza que o conjunto de informações disponibilizado pelo Incid é uma ferramenta importante para um melhor conhecimento da realidade local, de suas fragilidades e as reais necessidades do território, apontando com maior fidedignidade o direcionamento de políticas públicas. Além disso, perceberam que com a participação na Roda as relações entre as organizações foi fortalecida e a reconheceram como estratégica para o processo de luta local.

SILVA JARDIM

Destacou-se como ponto apresentado pelos/as participantes com relação à inserção do Incid nas práticas das organizações a importância da divulgação das informações do Banco de Dados do Incid e do próprio site do Projeto como forma de se ampliar o conhecimento da realidade local e como elementos agregadores de grupos, associações para eventos, reuniões e quaisquer encontros necessários.

O estabelecimento de articulações entre as organizações propiciado pelo desenvolvimento do Projeto Incid nas localidades foi citado como um fator que possibilita desdobramentos que auxiliarão no processo de luta e mobilização locais.

SAQUAREMA E MARICÁ

Nesta Roda os/as participantes se propuseram contribuir para construção do Incid a partir do levantamento de informações de campo junto a quem está no território. Consideraram que o desenvolvimento de indicadores que possibilitem uma leitura qualitativa dos dados, e não apenas quantitativa como muitas vezes são apresentados, fortalece a ação dos atores locais.

Pontuaram que acreditam que o sistema de indicadores proposto contribui para o amadurecimento das reflexões das organizações para construção de políticas públicas e no trabalho de articulação de diferentes organizações e movimentos para atender as demandas a que se confrontam no cotidiano das ações que desenvolvem.

REGIÃO METROPOLITANA

NITERÓI

Os/as participantes afirmaram que é importante divulgar o Projeto Incid para trazer novos parceiros para o projeto. Destacaram que o Incid possibilita uma maior interação e integração entre as Associações de Moradores e, conseqüentemente, maior articulação entre as pessoas. O Incid também fornece maior conhecimento para todos/as contribuindo para o fortalecimento das lutas das organizações da sociedade civil.

ITABORAÍ

Ficou evidente para os/as participantes que os movimentos podem não só acessar o Banco de Dados do Incid como é importante a divulgação das informações para o fortalecimento de sua luta. Para eles/as o projeto Incid enriquece o processo de organização, pois permite a interação e o compartilhamento de experiências entre as instituições, contribuindo para o fortalecimento da luta conjunta e ampliando o horizonte da visão entre elas, tornando esta visão mais global.

TANGUÁ/ITABORAÍ

Para os/as participantes desta Roda, o Incid contribui para um maior compartilhamento de experiência e o estabelecimento de ações comuns entre as organizações dos municípios. Os encontros propiciados pelo Incid fortalecem a perspectiva do pensamento coletivo como instrumento da transformação em detrimento do pensamento individual. “A proposta do Incid em fazer esta rede é muito importante, pois acaba dando visibilidade as diversas lutas que estão ocorrendo”, considerou um dos/as participantes.

O acesso à informações que muitas vezes não estão facilmente disponíveis a/os cidadãos e cidadãs também foi destacado como uma importante contribuição do projeto: “Eu saí de reuniões com informações que em um dia fui orientado por participantes e outro dia o ministério público já estava me respondendo, com pouco tempo e isso foi devido à reunião com o Incid que me permitiu o acesso a essas ações e diálogos e respostas. Senti-me vitorioso no encontro deste fortalecimento aqui!”.

RIO BONITO

A Roda teve como proposta debater com organizações da sociedade civil temáticas relacionadas ao meio ambiente, tais como esgotamento sanitário e água; unidades de conservação e investimento em meio ambiente. Apesar do pequeno número de participantes, as mesas geraram discussões aprofundadas sobre a realidade dos participantes e seu território de atuação (destacam-se o bairro Pacheco e Porto das Caixas em Itaboraí; o Guapiaçu em Cachoeiras de Macacu e o Assentamento Visconde em Casimiro de Abreu).

Das discussões nas Mesas surgiu a proposta de criação e consolidação de um Fórum (cuja sugestão de nome foi FOCA - Fórum de Cidadania Ativa) onde a principal luta por direitos seria a melhoria das condições socioambientais dos municípios. Os/as participantes se entusiasmaram com a ideia da troca de experiências através do Fórum.

GUAPIMIRIM

Os/as participantes consideram importantes as ferramentas do Incid, entretanto, pontuaram que temem a descontinuidade do Projeto. Destacaram como principal contribuição o acesso à informação e a possibilidade da divulgação destas informações, fortalecendo as lutas da sociedade civil.

Afirmaram que acreditam no fortalecimento do Incid através do exercício da cidadania. Sugeriram, contudo, que os dados do Incid possam também ser divulgados pela mídia impressa, por jornal, pois somente 5% da população local tem acesso à internet. Destacaram que a circulação da revista do Incid a ser publicada auxiliará neste processo, bem como, a descentralização dos pontos de cadastramento das organizações.

SÃO GONÇALO – RODA TEMÁTICA MULHERES

Possibilitar a apropriação de dados que desvendam o território foi uma das qualidades atribuídas ao INCID pelas participantes durante a Plenária final. Também apontaram a importância do uso da ferramenta como uma nova fonte de informações a processos de formação e pesquisa desenvolvidos na região.

O Banco de Dados da Cidadania Ativa foi considerado uma ferramenta importante para impulsionar e fortalecer o trabalho em rede.

As participantes acreditam que podem contribuir para o INCID apontando novas temáticas caras para o território e que necessitam da formulação de indicadores, assim como na produção de dados a serem sistematizados por pesquisadores/as. Apontaram a necessidade de contextualização dos dados nos processos sociais e históricos de cada território, o que deve ser feito em diálogo com os atores locais.

SÃO GONÇALO

Na plenária final, o Banco de Dados da Cidadania Ativa apareceu como uma oportunidade de articulação para fortalecer as ações locais desenvolvidas pelas organizações/movimentos no território.

A apropriação e atualização dos dados por estes atores locais se apresenta como um dos desafios para os participantes, pontuando a necessidade de capacitação específica para tal. Outra proposta para apoiar a Cidadania Ativa no território é a produção de dados a partir da alimentação permanente do sistema, “tornando os dados mais próximos da realidade”.

Uma perspectiva apresentada foi de uso do sistema de indicadores para desvendar as diferenças existentes dentro de cada município contribuindo para que a Cidadania Ativa tenha uma percepção mais clara da realidade vivida no território em toda sua diversidade. Também indicaram a possibilidade de uso dos indicadores do INCID para construção e proposição de políticas públicas.

Considerações Finais

As Rodas de Diálogos representaram um importante passo na legitimação do Incid frente às organizações e movimentos sociais presentes no território, através da apropriação do sistema de indicadores e da reflexão sobre as possibilidades de uso deste sistema no fortalecimento destes atores na luta por direitos. Houve uma grande mobilização e participação das organizações dos municípios.

Durante as Rodas de Diálogos, as organizações tiveram um comportamento bastante colaborativo e propositivo. As instituições participantes são referências importantes, formadoras de opinião pública local. Também buscou-se a legitimidade do processo garantindo uma participação plural e diversa. Assim, as Rodas possibilitaram uma aproximação orgânica entre a proposta do sistema de indicadores e a sociedade civil organizada da AAI. Destacam-se como resultado diferentes níveis de articulação, seja por agenda de lutas comuns, seja por localização, apontando a possibilidade de formação de redes mais consistentes como forma de uma organização capaz de fazer frente aos desafios para garantia dos direitos no território. Nesse processo, considera-se possível a concretização de diferentes formas de apropriação e utilização do Incid para o fortalecimento das lutas e suas organizações.

As Rodas de Diálogos nos municípios representaram ainda o fortalecimento da organização em rede a partir do uso do Banco de Dados da Cidadania Ativa, apontando o desafio de articular as organizações a partir de ações concretas no território. Do mesmo modo, a apropriação do Banco de Dados pode ser pensada como instrumento para dar visibilidade a diferentes ações desenvolvidas no território, contribuindo para superar a invisibilidade das lutas contra violações de direitos vivenciadas por parcelas da população dos municípios. Esta articulação e possibilidade de divulgação poderá tornar visível e operacional o sentido de participação social.

Das possibilidades de uso do INCID apontada pelos participantes para fortalecimento da Cidadania Ativa do território os/as participantes pontuaram a utilização dos dados para embasar o diálogo como o poder público. Do mesmo modo, a percepção de alguns dos/as participantes é de que as ferramentas do INCID poderão fortalecê-los e servir como instrumento de mediação entre o Comperj e os movimentos sociais locais na luta por direitos no contexto dos impactos da instalação do empreendimento no território.

Diante desse panorama, faz-se importante que organizações e movimentos sociais do território se apropriem efetivamente dos dados e dos indicadores para que a gestão e o controle social sejam feitos a partir do local. O diferencial do Incid é a possibilidade dos movimentos de se apropriarem dos dados, corrigirem e atualizarem os mesmos. Isso garante um princípio fundante para o Incid, de que a relação com os atores locais se estabeleça em uma via de mão dupla, superando a convencional relação de mão única onde projetos usam os movimentos, propondo-se, ao inverso, provocar o uso do projeto pelos movimentos.

Com relação às críticas efetuadas a um conjunto de indicadores apresentados, de um lado, destacou-se ainda a importância dos indicadores apresentados pelo INCID como contraponto aos dados oficiais divulgados pelos governos locais, muitas vezes orientados por interesse político e que não condizem com a realidade. Nesses contextos, os dados fornecidos pelo sistema de indicadores são apontados como importantes instrumentos de luta e cobrança dos movimentos junto à condução das políticas públicas. Por outro lado, questionou-se um conjunto de indicadores produzidos no âmbito da pesquisa de percepção, observando a necessidade de efetuar uma pesquisa mais próxima às organizações da sociedade civil e com maior abrangência no município, assegurando a captação da percepção de um público mais diverso. Também sugeriu-se à equipe de pesquisadoras/es procurar outras fontes de dados produzidas por organismos públicos, como os CRAS ou Postos de Saúde, que podem colocar em questão os dados apresentados a partir de fontes como as do IBGE, assim como apontarem sugestões para melhoria do sistema.

O questionamento dos dados de alguns indicadores de Cidadania Percebida também contribuiu para a reflexão sobre a necessidade das organizações e movimentos da sociedade civil transformarem ou potencializarem práticas de divulgação de informação para aumento da criticidade da população em geral em relação a situação da garantia dos direitos nos municípios. Igualmente, pontuou-se a importância em divulgar informação à sociedade em geral, seja para acesso a serviços oferecidos pela Cidadania Ativa, seja para ter informações sobre o que acontece de positivo nos bairros onde moram, o que pode contribuir para desenvolver ou fortalecer o sentimento de pertencimento nas diferentes localidades.

Uma outra qualidade de crítica efetuada pelos/as participantes foi em relação a alguns conceitos utilizados para gerar os dados dos indicadores apresentados nas pesquisas oficiais. Conforme observaram, alguns dos conceitos utilizados limitam o olhar para a medição da situação efetiva do direito ou induzem a respostas equivocadas. Nesse sentido, discutiu-se sobre as noções adotadas pelo IBGE para definição de coleta de lixo adequado; escoamento de esgoto adequado; e acesso à água, por exemplo. Também questionou-se a noção de moradia inadequada tomando por base a categorização do IBGE de “aglomerados subnormais”. Conforme observaram, esta conceituação deve se pautar na luta pelo direito à moradia digna que faz parte da luta pelo Direito à cidade, luta mais ampla pelo direito coletivo do usufruto de espaços e serviços públicos de qualidade, como o acesso à água, saneamento, transporte público, educação e outros fatores importantes para inclusão social dos cidadãos e cidadãs.

Com relação às sugestões realizadas, ganhou destaque o desejo das organizações de terem acesso a dados que revelem a situação, garantia e percepção dos direitos no interior dos municípios, possibilitando que estas tenham conhecimento mais detalhado e mais próximo das realidades locais, contribuindo para a agenda de lutas. Do mesmo modo, indicaram o interesse na construção de uma ferramenta de georreferenciamento da situação dos direitos nos municípios como uma forma diferente e interessante de apresentação dos dados.

Houve também sugestões para construção de novos indicadores e dados que atendam às lutas específicas dos movimentos sociais, como a situação do transporte público; da formação profissional pública de qualidade; do mercado de trabalho; da transparência dos gastos públicos; da habitação; a situação da população carcerária; o racismo institucional; a saúde da população e da mulher negra; acesso à internet; mapa de conflitos ambientais, entre outros. Nesse âmbito, destacaram a importância de envolver pessoas das organizações locais no processo de construção dos dados como forma de realização de pesquisas participativas.

Por fim, ganhou destaque também a reflexão sobre a necessidade de se pensar estratégias de divulgação do sistema de indicadores por meio da mídia impressa, considerando que muitas pessoas que participam da luta por direitos não têm acesso à internet e em alguns casos não sabem utilizar computadores.

Na continuidade do Projeto, as críticas e observações efetuadas pelos/as participantes das Rodas serão incorporadas ao conjunto de indicadores como forma de qualificar o sistema Incid. Do mesmo modo, procurar-se-á construir/aplicar metodologias de modo a disponibilizar as ferramentas e dados solicitados pelos movimentos. O intuito é qualificar o sistema a partir destas demandas de modo a torná-lo mais próximo dos anseios da população e da realidade local. Finalmente, também serão elaboradas estratégias para garantir a apropriação, divulgação e utilização do sistema por um conjunto de organizações/ movimentos do território assegurando o compromisso do Incid com o fortalecimento, autonomia e apoio à luta da Cidadania Ativa.

PARCERIA:

PROGRAMA **PETROBRAS**
DESENVOLVIMENTO
& CIDADANIA



REALIZAÇÃO:

